



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Ofício nº 556

Lapa, 01 de Novembro de 2011.

Senhor Presidente:

Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei Complementar nº 01/2011, que dispõe sobre a instituição do Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

Sem outro motivo, subscrevo-me,


Paulo César Frates Furiati
Prefeito Municipal

*João Renatto Leal Afonso
Vereador*

17/11/11
João Renatto Leal Afonso
Vereador - Presidente

Exmo. Sr.
JOÃO RENATO LEAL AFONSO
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
Protocolo Nº: 1124 / 2011
16/11/2011 - 16:42

Responsável: INE.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

A implementação de um novo Código Tributário para o Município da Lapa tornou-se medida de extrema necessidade e urgência. O atual CTM em vigor no Município está adstrito/adaptado ao comando institucional da Carta Política de 1967. Com o advento da Constituição de 1988 e em face da abertura política havida uma nova e avançada legislação tributária se fazia necessária para o país.

Considerando esse pacto federativo e a existência de um Código Tributário com mais de trinta anos em vigor no município da Lapa, a atual administração (2009-2012) propõe, através deste texto-base, a criação de um novo Código Tributário Municipal. Em razão da urgência para se aplicar a legislação tributária nacional à realidade do município, o prefeito Paulo Cesar Fiates Furiati, através do Decreto Municipal n.º 16.160 de 14/09/2010, criou a Comissão de Estudos para a implantação/formatação do projeto do novo CTM do Município da Lapa.

O trabalho da Comissão de Estudos desenvolveu-se em três etapas:

A primeira foi constituída de estudos e pesquisas na elaboração de um texto técnico jurídico, condizente com a realidade sócio-econômica e histórica do município da Lapa.

A segunda, concluídos os referidos estudos/pesquisas e debates na Comissão de Estudos, foi submetê-lo ao crivo e observações dos órgãos técnicos e hierarquia interna: Gabinete, Secretaria da Fazenda, Departamentos de Arrecadação, Tributação, Controladoria Interna, Procuradoria Fiscal e Procuradoria Geral.

A terceira, com a redação completa do texto-proposta foi a convocação de audiências públicas observando-se o comando Constitucional brasileiro, expedindo-se convites a segmentos da sociedade politicamente organizada: Câmara Municipal, Ministério Público, Judiciário, Associação Comercial e Industrial – ACIAL, Associação de Contabilistas, OAB-subseção da Lapa e comunidade em geral, para debater/discutir/sugerir/ estudar o conteúdo proposto.

Foram realizadas cinco audiências públicas, de cujos debates resultou o texto-base aqui apresentado para a apreciação desse Poder Legislativo.

Além de toda a publicidade formal convocatória da sociedade organizada e das audiências públicas realizadas e documentadas/registradas nos anais do município, o texto ficou à disposição no site oficial da Prefeitura Municipal da Lapa, para receber propostas/sugestões. Disso resultou um texto-proposta moderno, flexível, embasado em princípios técnico-jurídicos à luz da Constituição Federal e do




MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Código Tributário Nacional em vigor. Como avanço criou-se a possibilidade de se instituir como apêndice e adjetivamente se acoplar ao futuro texto-base substantivo, toda a legislação suplementar/extravagante que irá regulamentar os tributos a serem criados/regulamentados posteriormente.

Confiando no Alto Espírito Público dos Nobres Edis Integrantes dessa Casa, pede-se e espera-se Aprovação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 01 de Novembro de 2011.


Paulo César Fialtes Euriati
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 01, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei Complementar:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo Único SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 1º - Sem prejuízo das normas legais, supletivas e das disposições regulamentares, com fundamento na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, esta Lei dispõe sobre o Sistema Tributário do Município, regulando toda a matéria tributária de competência municipal.

Art. 2º - São Tributos Municipais:

- I - o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- II - o Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, assim como, a Cessão de Direitos para a sua Aquisição;
- III - o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IV - a Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas;
- V - as taxas, especificadas nesta Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município.

Art. 3º - Compete ao Executivo fixar e reajustar periodicamente os preços destinados a remunerar a utilização de bens e serviços públicos. Também, os relativos ao custeio de despesas com a prática de atos administrativos do interesse dos que os requererem, tais como: o fornecimento de cópias de documentos, a expedição de certidões e alvarás, a realização de vistorias e outros atos congêneres, ressalvado-se o direito assegurado no inciso XXXIV, artigo 5º da Constituição Federal.

7



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



TÍTULO II COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 4º - A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º - A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que a conferir.

Capítulo Único LIMITAÇÃO DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 5º - É vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - utilização do tributo com efeito de confisco;

IV - instituir imposto sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços relativos a outras esferas governamentais;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social (sem fins lucrativos) atendidos os requisitos da Lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

V - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 1º - A vedação do inciso IV, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso IV, alínea "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou nos em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso IV, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º - O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 5º - O disposto na alínea "c" do inciso IV é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

I - não distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, que possa representar rendimento, ganho ou lucro para os respectivos beneficiários;

II - aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem sua exatidão.

§ 6º - Na falta de cumprimento do disposto nos parágrafos 1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente poderá suspender a aplicação do benefício.

TÍTULO III IMPOSTOS

Capítulo I IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I Fato Gerador

7

Art. 6º - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) tem como fato gerador a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo e, especialmente, a de serviço constante em tabela de Lei Específica Municipal.

§ 1º - A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade em Lei Específica, comporta interpretação ampla e analógica na sua horizontalidade.

§ 2º - A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não expressamente referidas, não criando



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



direito novo, mas apenas completando o alcance do direito existente.

§ 3º - Os serviços especificados em Lei Específica ficam sujeitos ao Imposto, ainda que a respectiva prestação de serviço envolva o fornecimento de mercadorias.

Art. 7º - Considera-se ocorrido o fato gerador para os efeitos desta Lei:

I - quando a base de cálculo for o preço do serviço, o momento da prestação, independente do seu resultado;

II - quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou por sociedade nas condições da Lei Específica Municipal, respeitadas as alíneas abaixo:

- a) ao primeiro dia seguinte àquele em que tiver início a atividade;
- b) no primeiro dia de cada ano, nos exercícios subseqüentes, desde que continuada a prestação de serviços.

Seção II Incidência

Art. 8º - A incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), independe:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

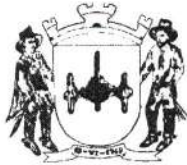
III - do resultado financeiro obtido.

Art. 9º - O imposto é devido no Município da Lapa, salvo hipóteses elencadas em legislação complementar, conforme disposição constitucional do artigo 156.

Seção III Sujeito Passivo

Art. 10 - Contribuinte é o prestador do serviço.

Parágrafo Único - Não são contribuintes os que prestem serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Seção IV Das Disposições em Lei Específica

Art. 11 – Ficarão regidos por Lei Específica Municipal os demais dispositivos que versam sobre o ISSQN como os casos de retenção na fonte, da Base de Cálculo, do arrendamento mercantil ou “Leasing”, das Instituições Financeiras, da Inscrição do Contribuinte, da Alíquota, do Lançamento, da Arrecadação, das Penalidades e das Isenções.

Capítulo II IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Seção I Fato Gerador

Art. 12 - O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado em zona urbana do Município.

Parágrafo Único - O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada ano.

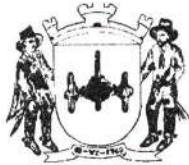
Art. 13 - A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 14 - Para os efeitos deste Imposto entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Município da Lapa:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotos sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado;

§ 1º - A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos deste artigo;

§ 2º - A lei municipal pode considerar urbana a área que, localizada fora da zona



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



urbana, seja comprovadamente utilizada como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Parágrafo Único - O Imposto não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, independentemente de sua área, conforme lei específica.

Art. 15 - Os bens imóveis, para os efeitos deste Imposto, serão classificados como terrenos ou prédios.

§ 1º - Considera-se terreno o bem imóvel:

I - sem edificação;

II - em que houver construção paralisada ou em andamento, bem como aquelas em ruínas, em demolição, condenadas ou interditadas;

III - cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV - os imóveis em que houver edificação considerada inadequada, a critério da Administração, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma;

V - os imóveis que contenham edificações de valor não superior à vigésima parte do valor do terreno, localizados em áreas definidas pelo Executivo;

VI - os imóveis destinados a estacionamento de veículos e depósitos de materiais, desde que a construção seja desprovida de edificação específica.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Seção II

Sujeito Passivo

Art. 16 - Contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel.

§ 1º Conhecidos o proprietário ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este: dentre àqueles, tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 2º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil, devido ao fato de o mesmo ser imune, estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



§ 3º O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeitos passivos na obrigação tributária.

Art. 17 - A incidência e a cobrança do Imposto independem da legitimidade do título de aquisição ou da posse do bem imóvel, do resultado econômico da sua exploração ou do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas a ele relativas.

Seção III

Das Disposições em Lei Específica

Art. 18 – Ficarão regidos por Lei Específica Municipal os demais dispositivos que versam sobre o IPTU, da Base de Cálculo, da Inscrição do Contribuinte, do Lançamento, da Alíquota, da Arrecadação, das Penalidades, das Isenções e da instituição do IPTU progressivo no tempo.

Capítulo III

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 19 - O imposto, de competência dos Municípios, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

Parágrafo único. Nas transmissões "causa mortis", ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários.

Art. 20 - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo anterior:

I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 21 - O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 1º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 22 - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Art. 23 - O imposto compete a situação do imóvel transmitido, ou sobre que versarem os direitos cedidos, mesmo que a mutação patrimonial decorra de sucessão aberta no estrangeiro.

Art. 24 - Contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei.

Seção II

Das Disposições em Lei Específica

Art. 25 – Ficarão regidos por Lei Específica Municipal os demais dispositivos que versam sobre o Imposto da Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), como os casos de Incidência, da Base de Cálculo, da Inscrição do Contribuinte, da Alíquota, do Lançamento, da Arrecadação, das Penalidades e das Isenções.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



TÍTULO IV TAXAS

Capítulo I TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Seção I Fato Gerador

Art. 26 - As Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia cobradas pelo Município de Lapa têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.

§ 1º - Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

§ 2º - Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei, aplicável com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio do poder.

Seção II Base Imponível

Art. 27 - Base imponível das Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia é o valor estimado das atividades administrativas tendentes à realização do fato imponível.

Art. 28 - O Poder Executivo fixará em ato administrativo a unidade de valor estimado para as atividades tendentes à realização do fato imponível de cada taxa.

Art. 29 - A fixação da unidade de valor levará em conta, para cada taxa, a complexidade dos trabalhos especializados e outros dados relevantes à realização dos fatos imponíveis.

Capítulo II TAXAS DE SERVIÇOS

Art. 30 - Ficarão regidas por leis específicas municipais, as taxas de utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, cujas leis disciplinarão os casos de incidência, da base de cálculo, da inscrição do contribuinte, da alíquota, do lançamento, da arrecadação, das penalidades e das isenções.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



TÍTULO V CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 31 – Ficarà regida por lei específica municipal, a contribuição de melhoria, cuja lei disciplinará os casos de incidência, da base de cálculo, da inscrição do contribuinte, da alíquota, do lançamento, da arrecadação, das penalidades e das isenções.

TÍTULO VI DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

Capítulo I DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32 - A expressão "Legislação Tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações a eles pertinentes.

Art. 33 - Respeitadas as disposições previstas nesse Código, somente lei complementar municipal poderá vir a estabelecer novas condições referentes:

- I - à instituição de tributos e sua extinção;
- II - à majoração de tributos ou sua redução;
- III - à definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;
- IV - à fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo;
- V - à cominação de penalidades para as ações ou omissões aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- VI - às hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, de dispensa ou de redução de penalidades;

§ 1º - Não constitui majoração de tributo, para efeitos do inciso II deste artigo, a atualização do valor da respectiva base de cálculo.

§ 2º - A atualização a que se refere o parágrafo anterior será feita anualmente por Decreto do Executivo.

Art. 34 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais do direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a equidade.

§ 1º - O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em Lei.

§ 2º - O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Art. 35 - O Executivo regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município, observando:

- I - as normas constitucionais vigentes;
- II - as normas gerais de direito tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional e legislação federal posterior;
- III - as disposições deste Código e das leis municipais a ele subsequentes.

Art. 36 - São normas complementares das leis e decretos:

- I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa que a lei atribua eficácia normativa;
- III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- IV - os convênios celebrados entre o Município, a União e o Estado.

Art. 37 - Nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início desse exercício, respeitado o inciso III, alínea b do artigo 150 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, a lei ou o dispositivo de lei que:

- I - definam novas hipóteses de incidência;
- II - extingam ou reduzam isenções, salvo se dispuserem de maneira mais favorável ao contribuinte.

Capítulo II DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

- I - obrigação tributária principal;
- II - obrigação tributária acessória.

§ 1º - Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º - Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática ou abstenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º - A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Seção I Do Fato Gerador

Art. 39 - Fato gerador da obrigação tributária principal é o da situação definida neste Código e em Lei Complementar Extravagante, como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 40 - Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Seção II Do Sujeito Ativo

Art. 41 - O Município da Lapa é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subseqüentes.

Seção III Do Sujeito Passivo

Art. 42 - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em Lei.

Art. 43 - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

Art. 44 - O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º - A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei.

§ 2º - Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 30 (trinta) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar:

I - da data da ciência aposta no auto;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



- II - da data do recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida contar-se-á este após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;
- III - da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

Seção IV Da Capacidade Tributária

Art. 45 - A capacidade tributária passiva independe:

- I - da capacidade civil das pessoas naturais;
- II - de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens e negócios;
- III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Seção V Do Domicílio Tributário

Art. 46 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável de domicílio tributário para os fins desta lei, considera-se como tal:

- I - quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;
- II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;
- III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§ 1º - Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§ 2º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

§ 3º - Os contribuintes deverão comunicar à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob as penalidades da Lei específica.

§ 4º - O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Seção VI Da Solidariedade

Art. 47 - São solidariamente obrigadas:

- I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;
- II - as pessoas expressamente designadas por lei;
- III - todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

§ 1º - A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§ 2º - A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários até a extinção do crédito fiscal.

Art. 48 - Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

- I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
- II - a isenção de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

Capítulo III DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

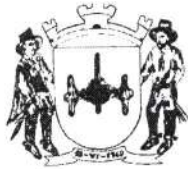
Seção I Das Disposições Gerais

Art. 49 - Sem prejuízo do disposto neste capítulo a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este, em caráter supletivo, o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Seção II Da Responsabilidade dos Sucessores

Art. 50 - O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 51 - Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, assim como os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Único - No caso de arrematação em hasta pública a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 52 - São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente ou o remitente pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
- II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
- III - o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Art. 53 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

Art. 54 - A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

- I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
- II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Seção III

Da Responsabilidade de Terceiros

Art. 55 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II - os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



- III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;
- VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas;
- VIII - os procuradores, mandatários e herdeiros presumíveis respeitadas as normas limitadoras do Código Civil.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 56 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I - as pessoas referidas no artigo anterior;
- II - os mandatários, prepostos e empregados;
- III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Seção IV Da Responsabilidade por Infrações

Art. 57 - Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo Único - A responsabilidade por infrações desta lei independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 58 - A denúncia espontânea exclui a aplicação de multa, quando acompanhada do pagamento do tributo e dos juros de mora.

Parágrafo Único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada ou o pagamento do tributo em atraso, após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

7



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



TÍTULO VII DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Da Definição

Art. 59 - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 60 - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 61 - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 62 - Qualquer anistia que envolva matéria tributária somente poderá ser concedida através de lei específica municipal, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

Seção II Do Parcelamento do Crédito Tributário

Art. 63 - Os créditos tributários, lançados ou apurados em ação fiscal, inclusive os decorrentes de denúncia espontânea por parte do Contribuinte inscritos em dívida ativa, a critério da Fazenda Municipal, e respeitados os acréscimos pecuniários devidos, inclusive futuros, poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais, iguais e consecutivos, desde que cada parcela não seja inferior a 5% do VRM.

Capítulo II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Do Lançamento

Art. 64 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo Único - A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 65 - O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo Único - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 66 - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - recurso de ofício;
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 74.

Art. 67 - Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, através:

- I - da notificação direta;
- II - da afixação de edital no quadro de editais da Sede do Poder Executivo Municipal;
- III - da publicação em pelo menos um dos jornais de circulação regular no Município;
- IV - da publicação no órgão de imprensa oficial do Município;
- V - da remessa do aviso por via postal.

§ 1º - Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.

§ 2º - Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma dos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 3º - A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

§ 4º - A notificação de lançamento conterà:

- I - o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



- II - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- III - o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;
- IV - o prazo para recebimento ou impugnação;
- V - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
- VI - demais elementos estipulados em regulamento.

§ 5º - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedidas a revisão e a retificação daqueles que contiverem irregularidade ou erro.

Art. 68 - Será sempre de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente nesta Lei.

Art. 69 - Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 70 - É facultado ainda à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou em decorrência de ocorrência de fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

Art. 71 - A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Seção II Das Modalidades de Lançamento

Art. 72 - O lançamento é efetuado:

- I - com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;
- II - de ofício, nos casos previstos neste capítulo.

Art. 73 - Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

§ 1º - A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



§ 2º - Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 74 - O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma desta lei;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

X - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da Lei.

Parágrafo Único - A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 75 - O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§ 1º - O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º - Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º - Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§ 4º - O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.

§ 5º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 76 - A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e atualização monetária.

Art. 77 - Nos termos do inciso VI do art. 134 do Código Tributário Nacional, até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da Justiça enviarão à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, conforme lei específica municipal, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.

Parágrafo Único - Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo das penas previstas em lei específica, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos deste artigo.

Capítulo III DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 78 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I - a moratória;
- II - o depósito do seu montante integral;
- III - as reclamações e os recursos nos termos deste Código;
- IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI - o parcelamento

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela conseqüentes.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Seção II Da Moratória

Art. 79 - Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º - A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício desse.

Art. 80 - A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.

Parágrafo Único - A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 81 - A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

- I - o prazo de duração do favor;
- II - as condições da concessão;
- III - os tributos alcançados pela moratória;
- IV - o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;
- V - garantias.

Art. 82 - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

- I - com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;
- II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º - No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º - No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Seção III Do Depósito

Art. 83- O contribuinte poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária:

- I - quando preferir o depósito à consignação judicial;
- II - para atribuir efeito suspensivo:
 - a) à consulta formulada na forma deste Código;
 - b) a qualquer ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 84 - A lei municipal poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

- I - como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;
- II - como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;
- III - em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 85 - A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I - pelo fisco, nos casos de:

- a) lançamento direto;
- b) lançamento por declaração;
- c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;
- d) aplicação de penalidades pecuniárias;

II - pelo próprio contribuinte, nos casos de:

- a) lançamento por homologação;
- b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
- c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
IV - mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Parágrafo único - É facultado ao contribuinte o depósito parcial.

Art. 86 - Considerar-se-á suspensão a exigibilidade do crédito tributário, a partir da



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



data da efetivação do depósito na Tesouraria do Município, ou outro órgão municipal competente para tanto, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 87 - O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

- I - em moeda corrente do país;
- II - por cheque;
- III - em títulos da dívida pública municipal.

Parágrafo Único - O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

Art. 88 - Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.

Parágrafo Único - A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

- I - quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;
- II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Seção IV

Da Cessação do Efeito Suspensivo

Art. 89 - Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

- I - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- II - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- III - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;
- IV - pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

Capítulo IV

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 90 - Extinguem o crédito tributário:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV - a remissão;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



- V - a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;
- VI - a conversão do depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 73 desta Lei;
- VIII - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
- IX - a decisão judicial transitada em julgado;
- X - a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da Lei.

Seção II Do Pagamento e da Restituição

Art. 91 - O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheques, dentro dos prazos estabelecidos em lei ou fixados pela Administração.

§ 1º - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§ 2º - O pagamento é efetuado no órgão arrecadador, sob pena de nulidade, ressalvada a cobrança em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo.

§ 3º - O pagamento poderá ser feito por meio eletrônico, conforme lei específica municipal.

Art. 92 - O Poder Executivo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabelecer o regulamento.

Art. 93 - Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

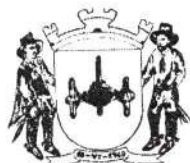
Parágrafo Único - No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 94 - É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 95 - O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

I - atualização monetária;

II - multa de mora;



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



III - juros de mora;

IV - multa de infração.

§ 1º - A atualização monetária será calculada de acordo com as leis municipais em vigor que tratam da matéria.

§ 2º - A multa de mora é calculada sobre o valor do principal atualizado à data do seu pagamento, à razão de 2% (dois por cento) sobre o valor mencionado.

§ 3º - Os juros de mora serão calculados à razão de 0,0333% (trezentos e trinta e três décimos de milésimos por cento) ao dia, sobre o montante do débito atualizado, a partir do dia seguinte ao vencimento do tributo.

§ 4º - A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

§ 5º - Entende-se como valor do principal o que corresponde ao débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa de infração.

§ 6º - No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 7º - As disposições deste artigo aplicam-se a quaisquer débitos fiscais anteriores a esta lei, apurados ou não.

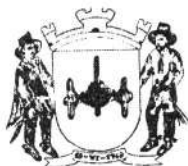
Art. 96 - Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito, na forma regulamentar, da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais, até o limite da respectiva importância depositada.

Parágrafo Único - Caso o depósito de que trata este artigo for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

Art. 97 - O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

Art. 98 - O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor, sujeitará este à norma contida no parágrafo único do art. 93 deste Código.

Art. 99 - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



I - quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 100 - Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

Art. 101 - A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 102 - O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação tributária municipal ou de natureza e circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º - O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

§ 2º - Os valores da restituição a que alude o caput deste artigo serão atualizados monetariamente a partir da data do efetivo recolhimento.

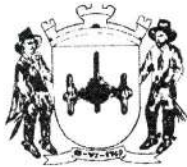
Art. 103 - A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 104 - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 105 - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 102, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do art. 102, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



Art. 106 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 107 - O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada, conforme normas do processo contencioso administrativo, que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 108 - A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Art. 109 - Somente após decisão irrecorrível, favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, ao impugnante as importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal para efeito de discussão.

Seção III

Da Compensação e da Transação

Art. 110 - A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Municipal, sem antecipação de suas obrigações e nas condições fixadas em regulamento.

§ 1º - É de competência para autorizar a transação o Secretário Municipal da Fazenda, o Procurador Geral e o Chefe do Poder Executivo, em conjunto, mediante fundamentado despacho em processo regular.

§ 2º - Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.

§ 3º - Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.

§ 4º - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

X



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Seção IV Da Consignação e Pagamento

Art. 111 - Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do tributo, nos casos:

I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória.

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III - de exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito com os acréscimos legais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Seção V Da Remissão

Art. 112. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 155 do CTN.

Seção VI Da Prescrição e da Decadência

Art. 113 - A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 114 - A prescrição se interrompe:



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



- I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- II - pelo protesto feito ao devedor;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;
- V - durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

Art. 115 - O direito da Fazenda Municipal constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único - O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 116 - Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da Lei.

Parágrafo Único - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

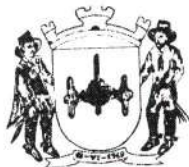
Seção VII Das Demais Formas de Extinção do Crédito Tributário

Art. 117 - Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

- I - declare a irregularidade de sua constituição;
- II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
- IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º - Extinguem crédito tributário:

- a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- b) a decisão judicial passada em julgado.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



§ 2º - Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas no art. 78.

Art. 118 - Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

- I - para garantia de instância, conforme lei municipal específica;
- II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

Parágrafo Único - Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

- I - a diferença a favor da Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;
- II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

Capítulo V DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 119 - Excluem o crédito tributário:

- I - a isenção;
- II - a anistia.

Parágrafo Único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

Seção II Da Isenção

Art. 120 - A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 121 - Salvo disposição em contrário, a isenção só atingirá os impostos.

Art. 122 - A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo,



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

Art. 123 - A isenção pode ser concedida:

I - em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

§ 1º - Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

Seção III Da Anistia

Art. 124 - A anistia, assim entendidos o perdão das infrações cometidas e a conseqüente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;

II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Lei Federal n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e alterações posteriores;

III - às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 125 - A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

- a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
- b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
- c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º - Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

Capítulo VI GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Disposições Gerais

Art. 126 - A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 127 - Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 128 - Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido.

Seção II Preferências

Art. 129 - O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. Parágrafo único. Na falência:

I - o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

II - a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho;

III - a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Art. 130 - A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata;

III - Municípios, conjuntamente e pró rata.

Art. 131 - São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.

Art. 132 - São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acrescidos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Pública interessada.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

Art. 133 - São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 134 - São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art. 135 - A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.

Art. 136 - Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Art. 137 - Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

TÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Capítulo I DAS INFRAÇÕES

Art. 138 - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições das leis tributárias e, em especial, desta Lei e demais Leis que versarem sobre matéria tributária.

Parágrafo Único - Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

Art. 139 - Constituem agravantes de infração:

I - a circunstância da infração depender ou resultar de outra prevista em lei, tributária ou não;

II - a reincidência;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



III - a sonegação.

Art. 140 - Constituem circunstâncias atenuantes da infração fiscal, com a respectiva redução de culpa, aquelas previstas em lei específica municipal.

Art. 141 - Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 142 - A sonegação se configura procedimento do contribuinte quando:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;

IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Art. 143 - O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§ 2º - A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 144 - Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública Municipal, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Capítulo II DAS PENALIDADES

Art. 145 - São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separada ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

- I - a multa;
- II - a perda de desconto, abatimento ou deduções;
- III - a cassação do benefício da isenção;
- IV - a revogação dos benefícios de anistia ou moratória;
- V - a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;
- VI - a sujeição a regime especial de fiscalização, mediante lei específica.

Parágrafo Único - A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

Art. 146 - A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, quando consista em multa, e deverá ter em vista:

- I - as circunstâncias atenuantes;
- II - as circunstâncias agravantes.

§ 1º - Nos casos do inciso I deste artigo, reduzir-se-á a multa prevista em 50% (cinquenta por cento).

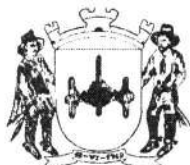
§ 2º - Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-á, na reincidência, o dobro da penalidade prevista.

Art. 147 - Independente das penalidades previstas para cada tributo nos capítulos próprios, serão punidas:

I - com multa de 03 (três) VRM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embarçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;

II - com multa de 03 (três) VRM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para as quais não tenham sido especificadas penalidades próprias nesta Lei.

Art. 148 - Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Municipal solicitará ao órgão de Segurança Pública as providências de caráter policial necessárias à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



TÍTULO IX ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Capítulo I DO CADASTRO FISCAL

Art. 149 - O Cadastro Municipal de Contribuintes, mantido pela Secretaria Municipal da Fazenda, se comporá:

- I - Cadastro Imobiliário;
- II - Cadastro Econômico.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal da Fazenda poderá, quando necessário, instituir outras modalidades de cadastramento de contribuinte, a fim de atender a organização fazendária dos tributos municipais.

Art. 150 - Poderão ser celebrados convênios com a União e com o Estado, visando utilizar os dados e elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuinte, de âmbito federal e estadual, e em especial de Pessoas Físicas - CPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da Secretaria da Receita federal, para melhor caracterização de seus registros.

Seção I Cadastro Imobiliário

Art. 151 - O Cadastro Imobiliário tem por finalidade a inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas existentes, ou que vierem a existir, no Município de Lapa, bem como dos sujeitos passivos das obrigações tributárias que as gravam, e dos elementos que permitam a exata apuração do montante dessa obrigação.

Parágrafo único - Não ilidem a obrigatoriedade da inscrição, a isenção ou a imunidade.

Art. 152 - A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário será promovida:

- I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
- II - por qualquer dos condôminos;
- III - pelo promissário comprador;
- IV - de ofício, em se tratando de propriedade de entidade de direito público, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo e na forma legal.

§ 1º. É fixado em 30 (trinta) dias o prazo para promoção da inscrição, contados da data da conclusão das construções, reconstruções ou reformas, e, nos casos de aquisição, a qualquer título, da assinatura da escritura formal.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



§ 2º. Aproveita ao requerente, para os fins deste artigo, o requerimento de "habite-se", devendo o processo, em tal caso, ser encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda, para registro da alteração no Cadastro Imobiliário.

Art. 153 - Para efetivar a inscrição, o responsável deverá, em petição, apresentar as seguintes informações:

- I - o nome e os dados pessoais do proprietário, possuidor ou compromissário, comprador da propriedade;
- II - documento que ateste a condição de proprietário;
- III - localização da propriedade;
- IV - serviços públicos e melhoramentos existentes nos logradouros em que se situa a propriedade;
- V - descrição e área da propriedade territorial;
- VI - área, características e tempo de vida da propriedade predial;
- VII - valor venal da propriedade territorial, e de propriedade predial, quando existente;
- VIII - utilização dada à propriedade;
- IX - existência, ou não, de passeios e muro em toda a extensão da testada;
- X - valor da aquisição.

§ 1º. A propriedade que se limitar com mais de um logradouro será considerada como situada naquele em que a propriedade territorial apresentar testada de maior valor no Cadastro Imobiliário.

§ 2º. À petição mencionada neste artigo será anexada a planta da propriedade territorial, em escala que possibilite a perfeita identificação da situação. Em se tratando de área loteada, deverá a planta ser completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos, e designar o valor da aquisição, os logradouros, quadras e lotes, a área total, as áreas cedidas ao Patrimônio Municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art. 154 - Consideram-se prejudicadas para a inscrição, as propriedades cujas petições apresentem informações destinadas à identificação do sujeito passivo da obrigação tributária e à apuração de seu montante de maneira incorreta, incompleta ou inexata.

Art. 155 - Serão obrigatoriamente comunicadas à Secretaria Municipal da Fazenda, também em petição, as ocorrências que possam, de qualquer maneira, alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário.

Parágrafo único - É de 30 (trinta) dias, contados da data de ocorrência, o prazo para a comunicação referida neste artigo.

Art. 156 - Em caso de litígio sobre o domínio ou posse do imóvel, a inscrição mencionará tal circunstância, bem como o nome dos litigantes, dos possuidores da propriedade, a natureza do feito e o cartório por onde correr a ação.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



Art. 157 - Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer à Secretaria Municipal da Fazenda, a relação dos lotes alienados definitivamente ou mediante compromisso, 30 (trinta) dias após a venda, mencionando as informações definidas nos incisos I, III, e X do art. 153.

Art. 158 - Do cadastro Imobiliário constará o valor venal atribuído à propriedade nos termos da legislação tributária, ainda que discordante este do declarado pelo responsável.

Seção II

Cadastro Econômico

Art. 159 - O Cadastro Econômico tem por finalidade o registro nominal dos sujeitos passivos da obrigação tributária, ou dos que por ela forem responsáveis, referentes aos tributos sobre:

- I - Taxas do Poder de Polícia;
- II - Taxas de Serviços;
- III - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

Art. 160 - A inscrição no Cadastro Econômico será promovida pelo sujeito passivo da obrigação tributária, ou responsável, em requerimento destinado a Secretaria Municipal da Fazenda, acompanhado da respectiva ficha de cadastramento e demais informações e documentos definidos em regulamento.

§ 1º. Como complemento dos dados para a inscrição, o sujeito passivo é obrigado a fornecer, por escrito ou verbalmente, a critério do Fisco, quaisquer informações que lhe forem solicitadas.

§ 2º. Em se tratando de sociedade, a prova de identidade será exigida a um só dos membros da direção, gerência ou presidência.

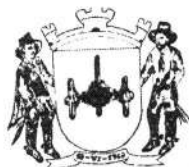
Art. 161 - A inscrição, por estabelecimento ou local de atividade, precederá o início da atividade.

§ 1º. A inscrição será intransferível e obrigatoriamente renovada sempre que ocorrer qualquer modificação na identificação do contribuinte, especificamente quanto ao "nome/razão social" ou "local do estabelecimento".

§ 2º. O cancelamento de inscrição, por transferência, venda, fechamento ou baixa do estabelecimento será requerido a Secretaria Municipal da Fazenda, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ocorrência.

Art. 162 - Constituem estabelecimentos distintos, para fins de inscrição no Cadastro de que trata este Capítulo:

- I - os, que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



serviços, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos;

II - os que, embora no mesmo local, ainda que com o mesmo ramo de serviços, pertençam a diferentes firmas ou Sociedades.

Parágrafo único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, ou os vários pavimentos de um imóvel.

Capítulo II FISCALIZAÇÃO

Art. 163 - A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Parágrafo único. A legislação a que se refere este artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Art. 164 - Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exhibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 165 - A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

Art. 166 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;
- III - as empresas de administração de bens;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



- IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V - os inventariantes;
- VI - os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 167 - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo, unicamente, os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 168 - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos nos artigos 166, 169 e 201, os seguintes:

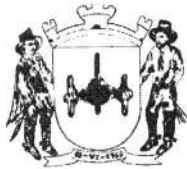
- I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
- II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I - representações fiscais para fins penais;
- II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
- III - parcelamento ou moratória.

Art. 169 - A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo único. A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.

Art. 170 - As autoridades administrativas municipais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embarço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Capítulo III

DÍVIDA ATIVA

Art. 171 - Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 172 - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

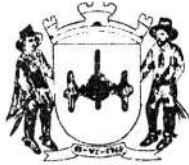
- I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
- II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
- III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
- IV - a data em que foi inscrita;
- V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 173 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 174 - A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Capítulo IV CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 175 - A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação, conforme regula lei municipal específica.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento.

Art. 176 - Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 177 - Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 178 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

TÍTULO X DOS PROCEDIMENTOS FISCAIS

Capítulo I DAS MEDIDAS PRELIMINARES E INCIDÊNCIA

Seção I Dos Termos de Fiscalização

Art. 179 - A autoridade ou funcionário fiscal que presidir ou proceder a exame a diligência, fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, do qual constarão, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo autenticado pela autoridade, mediante contra recibo no original.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



§ 2º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não favorece ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 3º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente aos fiscalizados e infratores analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes definidos pela lei civil.

Seção II

Da Apreensão de Bens e Documentos

Art. 180 - Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias ou documentos existentes em estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas ou de prestação de serviços do contribuinte, responsável ou terceiros, ou em outros locais em trânsito, que constituam prova material de infração tributária estabelecida neste Código ou ainda em regulamento.

Parágrafo Único - Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontrem em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 181 - Da apreensão lavrar-se-á auto com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 185 deste Código.

Art. 182 - Do auto da apreensão constará a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarem depositadas e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 183 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando, no processo, cópia do inteiro teor de parte do interessado que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 184 - As coisas apreendidas serão restituídas a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância, será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos até decisão final os espécimes necessários à formação probatória.

Art. 185 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para a liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados à hasta pública ou leilão, afixando-se a comunicação do leilão por edital no mural de editais do Paço Municipal.

§ 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão, e, não havendo interessado, serão os bens doados a uma instituição filantrópica.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ



§ 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e a multa devidos, será o autuado notificado para no prazo de 5 (cinco) dias receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

Seção III

Auto de Infração

Art. 186 - Verificando-se infração de dispositivos da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o competente auto de infração pelo Fisco Municipal.

§ 1º - Constitui infração fiscal, toda ação ou omissão que importe em inobservância da Legislação Tributária.

§ 2º - Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

Art. 187 - O Auto de Infração será lavrado por Agente Fiscal Tributário do Município e conterá obrigatoriamente:

- I - a qualificação, endereço e a inscrição municipal do atuado e testemunhas, se houver;
- II - o local, data e hora da lavratura;
- III - a descrição do fato;
- IV - a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;
- V - o valor do crédito tributário, quando devido;
- VI - a assinatura do atuado, seu representante legal ou preposto;
- VII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 20 (vinte) dias;
- VIII - a assinatura do atuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de sua matrícula;

§ 1º - Se o infrator, ou quem o representa, não puder ou negar-se assinar o auto, far-se-á necessário mencionar essa circunstância.

§ 2º - A assinatura do autuado não importa em infração, nem a sua falta ou recusa, em nulidade do auto, ou agravamento da penalidade.

§ 3º - As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

Art. 188 - É admissível a apreensão de bens móveis ou mercadorias, livros ou outros documentos, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Art. 189 - A apreensão somente se fará lavrando-se Termo de Apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos e a qualificação do depositário, se for o caso, além dos demais requisitos mencionados no artigo 187.

Parágrafo Único - O autuado será intimado da lavratura do Termo de Apreensão, na forma estipulada para o Auto de Infração.

Art. 190 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e após os trâmites legais.

Art. 191 - Da lavratura do Auto de Infração será intimado o autuado:

I - Pessoalmente, no auto da lavratura, mediante a entrega da cópia do Auto da Infração ao próprio autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - Pôr via postal por meio de aviso de recebimento - AR;

III - Pôr edital, com prazo de 30 (trinta) dias, quando resultar improficuos os meios referidos nos incisos I e II.

Art. 192 - As intimações subseqüentes à inicial, far-se-ão pessoalmente, por carta ou edital, conforme as circunstâncias.

Art. 193 - Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa e autorização do Diretor de Fiscalização Tributária, em processo regular.

Parágrafo Único - Lavrado o auto, o autuante terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito horas), o qual passa a fluir a partir do primeiro dia útil, para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

Seção IV Do Processo Contencioso

Art. 194 - Considera-se processo contencioso, todo aquele que versar sobre a aplicação da legislação tributária municipal.

§ 1º. As falhas do processo não constituirão nulidade sempre que existam elementos que permitam supri-las, sem cerceamento do direito de defesa do interessado.

§ 2º. A apresentação de processo à autoridade incompetente não induzirá caducidade ou perempção, devendo a petição ser encaminhada, de ofício, à autoridade competente.

Art. 195 - Os processos contenciosos serão organizados na forma de autos forenses e sob essa forma serão instruídos e julgados, atendidas, principalmente, as seguintes normas:

I - qualquer referencia a elementos constantes do processo deverá ser feita com



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



indicação precisa do número da folha em que se encontrem registrados;

II - em caso de referências a elementos constantes de processo anexado ao que estiver em estudo, far-se-á, também, a menção do número do processo em que estiver a folha citada;

III - renumeração e rubrica a tinta, nos casos de reorganização do processo, cancelando-se a paginação anterior e consignando-se expressamente esta providência no processo, com identificação do servidor que efetuar a reorganização;

IV - nas informações ou despachos será observado o seguinte:

- a) - clareza, sobriedade, precisão e linguagem isenta de acrimônia ou parcialidade;
- b) - concisão na elucidação do assunto;
- c) - legibilidade, adotando-se, preferencialmente, o uso da datilografia;
- d) - transcrição das disposições legais citadas;
- e) - ressalva, ao final, de entrelinhas, emendas e rasuras.

V - O fecho das informações ou despachos conterá:

- a) - a denominação do órgão em que tem exercício o funcionário, permitida a abreviatura;
- b) - a data;
- c) - a assinatura;
- d) - o nome do funcionário por extenso e o cargo ou função.

VI - o processo em andamento conterá, após cada ato ou juntada de documento, a declaração da data do ato, recebimento ou encaminhamento, feita pelo funcionário que praticou o ato, ou que recebeu e encaminhou o documento.

Art. 196 - Os processos com a nota "URGÊNCIA" terão preferência sobre todos os demais, de forma que sua instrução e julgamento se faça com a maior brevidade possível.

Parágrafo único - A nota de "urgência" será aposta na capa do processo, à direita, no alto, e só será considerada se rubricada pelo Procurador Fiscal ou pelo Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, se for o caso.

Art. 197 - Formam o processo contencioso:

- I - as contestações;
- II - as impugnações;
- III - os recursos;
- IV - as consultas;
- V - os pedidos de reconsiderações.

X

Art. 198 - O processo contencioso se constituirá, obrigatoriamente, na repartição do domicílio tributário do seu autor.

Parágrafo único - Serão canceladas do processo, por qualquer funcionário que participar de sua instrução, as expressões por ele consideradas descorteses ou injuriosas.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Sub-seção I Da impugnação

Art. 199 - O sujeito passivo da obrigação tributária poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração, ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, alegando de uma só vez toda matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios, das razões apresentadas.

§ 1º - A impugnação da exigência fiscal mencionará obrigatoriamente:

- I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II - a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para a notificação;
- III - os dados do imóvel, ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;
- IV - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- V - as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
- VI - o objetivo visado.

§ 2º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

§ 3º A autoridade administrativa determinará, de ofício ou requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe o prazo e indeferirá as considerações as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

§ 4º - Se a diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor impugnado, será reaberto prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.

§ 5º - Preparado o processo para decisão, encerrada a instrução, a autoridade administrativa prolatará parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando a procedência ou improcedência da impugnação.

Art. 200 - É vedado ao contribuinte reunir, numa única petição, impugnação contra mais de um lançamento ou Auto de Infração, exceto quando se tratar de fatos conexos, sujeitos às mesmas provas, ou se os créditos tributários tiverem sido exigidos num só procedimento fiscal ou Auto de Infração, nos termos do que faculta o artigo 101.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Art. 201 - Não cabe impugnação contra lançamento referente a créditos tributários registrados nos livros fiscais próprios do sujeito passivo, ressalvadas as hipóteses de:

I - depósito prévio, em dinheiro, de seu montante integral;

II - apresentação, juntamente com a petição, do documento de arrecadação relativo ao tributo exigido na Notificação Fiscal.

Art. 202 - As impugnações terão efeito suspensivo quanto houver pagamento ou depósito prévio.

Art. 203 - O impugnador será notificado do despacho, mediante assinatura no próprio processo ou, na ordem, pelas formas previstas nos incisos II e III do art. 191.

Art. 204 - Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização, a partir da data dos respectivos vencimentos, salvo quando houver pagamento ou depósito prévio.

Art. 205 - É autoridade administrativa para decisão o Procurador Fiscal do Município ou a autoridade fiscal delegada.

§ 1º - Das decisões de primeira instância contrárias, no todo ou em parte à Fazenda Municipal, ou que acarretem ou possam acarretar grave prejuízo ao Município, em função da natureza ou objeto da decisão, a autoridade administrativa recorrerá de ofício obrigatoriamente ao Conselho de Contribuintes.

§ 2º - Não é admitido o pedido de reconsideração da decisão de 1º instância, salvo na ocorrência do parágrafo único do art. 198.

Art. 206 - É facultado ao sujeito passivo, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores devidos a essa parte, sem qualquer dedução, contestando o restante.

Sub-seção II Do recurso voluntário

Art. 207 - Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação tributária, caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 208 - O prazo para apresentação de recurso voluntário será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância.

Art. 209 - O recurso voluntário será entregue à repartição em que se constituiu o processo fiscal original, e por ela encaminhado à destinação.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Art. 210 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo contribuinte.

Art. 211 - Os recursos voluntários interpostos depois de esgotado o prazo previsto no artigo 208, serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, a quem caberá pronunciar-se sobre a perempção.

Parágrafo único - Mesmo perempto o recurso, se o Conselho entender seja manifesta, no lançamento ou no Auto de Infração, a ausência da vinculação legal dos fatos à norma legal, prevista no artigo 64 e seu parágrafo único, proporá ao Procurador Fiscal a sua revisão, nos termos do artigo 74. A decisão do Procurador Fiscal, ou autoridade fiscal delegada, nesse caso, será definitiva e irrecorrível na esfera administrativa.

Sub-seção III Do recurso de ofício

Art. 212 - Das decisões de primeira instância, contrárias no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, ou que acarretem prejuízo ao Município, inclusive por desclassificação de infração, será interposto recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 50% do VRM.

§ 1º. Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando cabível a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição, encaminhada por intermédio daquela autoridade.

§ 2º. Não é definitiva, em nenhuma hipótese, para todo e qualquer fim de direito, a decisão sujeita a recurso de ofício, enquanto não for ele interposto e apreciado pelo Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 213 - Será facultado o recurso de ofício independentemente do valor fixado no artigo anterior, quando a autoridade julgadora de primeira instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito do feito, maior interesse para a Fazenda Municipal.

Sub-seção IV Da consulta

Art. 214 - É facultado formular consulta formal à autoridade julgadora de primeira instância, sobre assuntos relacionados com a aplicação e interpretação da legislação tributária.

§ 1º. Não se admitirá consulta que versar sobre objeto de lançamento ou de ação fiscal já iniciada contra o consulente.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



§ 2º. A consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza e somente poderá focalizar dúvidas relativas à situação do consulente.

§ 3º. Quando a consulta for formulada por sindicato, associação, federação ou confederação de categorias econômicas ou profissionais, poderá ter como objeto assunto do interesse dos seus integrantes, caso em que o processamento da petição não impedirá o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria consultada.

§ 4º. A competência para decidir sobre as consultas poderá ser delegada, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º. No decurso da ação fiscal, ocorrendo dúvidas relativas à interpretação e aplicação da legislação tributária, poderá o Agente Fiscal formular consulta, interrompendo a fiscalização iniciada, se for o caso.

Seção V Do julgamento do processo contencioso

Art. 215 - Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira, singular e a segunda, colegiada.

Parágrafo único. Em primeira instância, decide o Procurador Fiscal do Município, e em Segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 216 - Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos já apreciados, sob esses aspectos, por decisão judicial definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 217 - As autoridades julgadoras administrativas são incompetentes para:

- I - declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;
- II - dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária, ressalvado do disposto no artigo 236, inciso I.

Sub-seção I Do Julgamento de Primeira Instância

Art. 218 - O Procurador Fiscal proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada.

Art. 219 - Ao interessado se comunicará a decisão proferida em primeira instância:



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



- I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;
- II - pelo correio, com aviso de recebimento;
- III - por edital, afixado no local próprio do Paço Municipal ou publicado no "Diário Oficial do Estado" ou jornal de boa circulação no Município ou ainda no Boletim Oficial do Município.

Parágrafo único - A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário à instância superior.

Art. 220 - É o Procurador Fiscal impedido de julgar:

- I - quando tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;
- II - quando for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;
- III - quando estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até o terceiro grau.

Parágrafo único - Impedido o Procurador Fiscal para decidir, competirá ao Secretário da Fazenda substituí-lo no feito.

Art. 221 - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem baixado o processo em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se julgado procedente o lançamento ou o Auto de Infração, ou improcedente a reclamação ou defesa, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Art. 222 - São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após passadas em julgado.

Sub-seção II **Do julgamento de segunda instância** **Do conselho municipal de contribuintes**

Art. 223 - As decisões de segunda instância competem ao Conselho Municipal de Contribuintes e serão definitivas e irrecorríveis quando proferidas pela maioria ou após julgado o pedido de reconsideração.

Art. 224 - O conselho Municipal de Contribuintes será composto de 5 (cinco) membros efetivos, a saber:

- I - o Procurador Fiscal do Município, ou autoridade que este delegar;
- II - o Procurador Geral do Município, ou autoridade que este delegar;
- III - o Secretário da Fazenda, ou autoridade que este delegar;
- IV - um representante do Poder Legislativo Municipal;
- V - o Prefeito ou o Vice-Prefeito, com delegação desse, exercerá o cargo de Presidente do Conselho de Contribuintes;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Art. 225 - A função de Conselheiro não será remunerada, constituindo-se em serviço público relevante.

Art. 226 - O Conselho Municipal de Contribuintes requisitará, da Secretaria Municipal da Fazenda, servidores para o bom desempenho de suas tarefas, inclusive para secretariar seus trabalhos.

Art. 227 - O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-ão pelo disposto neste código e no Regimento Interno a ser baixado pelo Conselho, após aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 228 - O Conselho Municipal de Contribuinte só deliberará, quando presentes pelo menos 4 (quatro) de seus membros.

Parágrafo único - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 229 - Deverá declarar-se impedido de participar de julgamento, o conselheiro que:

I - haja participado, a qualquer título, no processo ou em diligência que nele seja debatido ou lhe tenha dado origem;

II - sejam sócios, cotista ou acionista de recorrente, como da direção ou do conselho fiscal;

III - seja parente de recorrente, até o terceiro grau.

Art. 230 - Os processos de recursos serão distribuídos aos Conselheiros, mediante sorteio, exceto ao Presidente, garantida a igualdade numérica.

§ 1º. O relator restituirá, no prazo de 30 (trinta) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º. Quando, a requerimento do relator, for realizada qualquer diligência, terá este prazo de 15 (quinze) dias, para completar o estudo, contados da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º. Fica automaticamente destituído da função de membro do Conselho, o relator que reter processos além dos prazos previstos nos parágrafos anteriores, salvo motivo de doença ou deferimento de dilatação de prazo, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator alegue, comprovadamente, em requerimento dirigido, tempestivamente, ao Presidente do Conselho, a necessidade da prorrogação.

§ 4º. No caso de relevante interesse social o relator poderá solicitar parecer consultivo da sociedade politicamente organizada.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Art. 231 - O Conselho poderá converter em diligência qualquer julgamento, através de Resolução aprovada na forma do parágrafo único do artigo 228.

Art. 232 - A decisão, sob forma de acórdão, será redigida pelo relator, até 18 (dezoito) dias após o julgamento. Se o relator for vencido, o Presidente designará, para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos Conselheiros cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º. Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º. As decisões serão enfileiradas em volumes, para distribuição aos interessados.

Art. 233 - O Presidente mandará organizar e publicar, em Edital até 08 (oito) dias antes da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

I - data da entrada no protocolo do Conselho;

II - data do julgamento em primeira instância;

III - maior valor, se coincidirem os dois elementos anteriores de precedência.

Parágrafo único - Terão preferência absoluta, para inclusão na pauta de julgamento, os processos que tiverem oposição da nota "urgente".

Art. 234 - A publicação referida no artigo anterior poderá ser substituída por comunicação por via postal, telegráfica ou qualquer outro meio disciplinado por lei específica ao recorrente.

Art. 235 - Após proferida a decisão definitiva, o Conselho encaminhará comunicação da mesma à Secretaria Municipal da Fazenda, para as providências de execução.

Parágrafo único - Ficarão arquivadas no Conselho, a petição do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito, pelo prazo de cinco anos após a decisão definitiva, salvo se a pendência for objeto de ação judicial, quando esse prazo, mediante comunicação da Procuradoria Geral do Município, será contado a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial.

Art. 236 - É facultado ao Conselho Municipal de Contribuintes:

I - sugerir ao Chefe do Executivo Municipal a dispensa de penalidades, pela aplicação do princípio de equidade;

II - comunicar irregularidade ou falta funcional verificada no processo, na instância inferior;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



III - propor medidas que julgar necessárias à melhor organização e tramitação dos processos;

IV - sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação;

V - requerer de forma consultiva parecer técnico da sociedade politicamente organizada sobre o assunto versado no processo administrativo.

Art. 237 - O conselho mandará cancelar, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descorteses ou injuriosas, proferidas por qualquer das partes.

Art. 238 - A decisão do Conselho Municipal de Contribuintes será comunicada ao recorrente, de acordo com o disposto no artigo 234.

Art. 239 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela conversão do valor do depósito em renda ordinária ou por sua devolução;

II - pela citação do contribuinte para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazer ao pagamento da obrigação tributária principal referida na condenação ou pagar a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada;

III - pela inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

Capítulo II DA EXECUÇÃO

Seção Única Da Execução das Decisões Fiscais

Art. 240 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela intimação ao contribuinte, no prazo de 15 (quinze) dias, para efetuar o pagamento do valor da condenação;

II - pela intimação ao contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributos ou multas;

III - pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação com fundamento no artigo 185 e seus parágrafos.

IV - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa de certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se refere o inciso I, se não satisfeitos no prazo estabelecido.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



TÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo Único DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 241 - Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha cumprido ou liquidado os tributos de acordo com a decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Art. 242 - Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - Os prazos serão contínuos, excluído do seu cômputo o dia do início e incluído o do vencimento.

§ 2º - Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Prefeitura do Município de Lapa e/ou estabelecimento de crédito, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil seguinte.

Art. 243 - Considera-se parte integrante da presente Lei, as tabelas e anexos que a acompanham.

Parágrafo Único - A atualização da V.R.M. (Valor de Referência do Município), poderá ser atualizada anualmente, pelo FCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 244 - Esta Lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Executivo Municipal, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, ficando o mesmo autorizado, através de ato próprio, a proceder consolidação das leis de natureza tributária.

Art. 245 - Esta Lei entrará em vigor em imediatamente, respeitado os prazos constitucionais, com a denominação de Sistema Tributário do Município de Lapa, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei N.º 649/1976, com exceção do artigo 4º ao artigo 28 e artigo 60 ao artigo 83.

Edifício da Prefeitura do Município de Lapa, em 01 de Novembro de 2011.


Paulo César Farias Furiati
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



DECRETO Nº 16160, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Comissão de Estudos para a Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa, a ser integrada pelos seguintes servidores:

EDSON CARLOS PEREIRA DE SÁ
ADVOGADO
ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE - Presidente

FILIPPE AUGUSTO PIAZZA
ADVOGADO
PROCURADOR FISCAL DO MUNICÍPIO - Relator

MARCO ANTONIO CAMENAR
TÉCNICO CONTÁBIL
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO - Membro

CARLITO MACHADO DOS SANTOS FILHO
CONTADOR
COORDENADOR DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - Membro

CLÁUDIA ANDREA KUGERATSKI CARNEIRO
CONTADORA
DIRETORA DO DEP. DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – Secretária

JEANE KELLEN BARBOSA PINTO
ADVOGADA
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS – Suplente

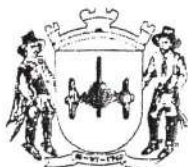
ALTAIR EUKO
ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – Suplente

MARIZA CARNEIRO PINHEIRO
CONTADORA
CHEFE DA SEÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS - Suplente

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 6225

FILIPPE AUGUSTO PIAZZA
Advogado
OAB/PR Nº 41.958
Procurador Fiscal do
Município da Lapa/PR

Claudia Andrea K Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/11/09



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Art. 2º - A referida Comissão terá o prazo de 90 dias, a contar da publicação deste Decreto, para concluir os estudos/pesquisas que serão submetidos ao crivo da sociedade organizada e do Poder Legislativo Municipal.

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

2010.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 14 de Setembro de

Paulo César Fátos Furiati
Prefeito Municipal

FILIPPE ALVES DE SOUZA
OAB/PR 84958
Procurador Fiscal do
Município de Lapa/PR

Cláudia Aparecida Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Processo nº 14.421 de 02/11



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 16380, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.


O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida dilação do prazo, por 30 (trinta) dias a contar do término da data estipulada no artigo 2º, do Decreto nº 16.160, de 14.10.10, para a conclusão dos trabalhos a serem realizados pela Comissão de Estudos para a Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município de Lapa, nomeada através do decreto acima mencionado.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 09 de Dezembro de 2010.


Paulo César Fictes Furiati
Prefeito Municipal



Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

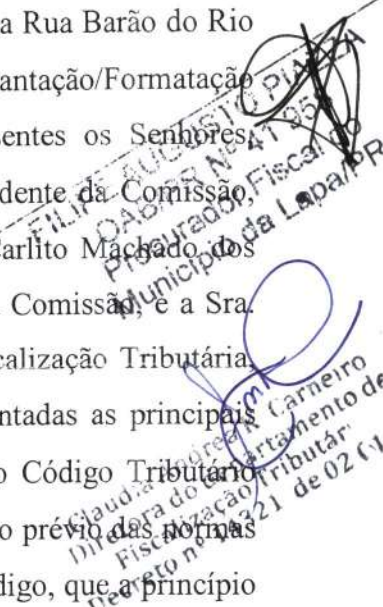
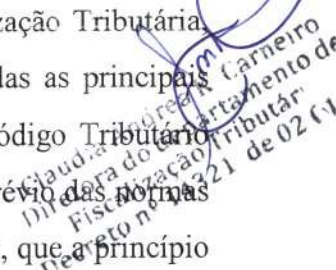


Claudia Andréa K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/11/10



**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez, às nove e trinta horas, nas dependências da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, sito a Rua Barão do Rio Branco, 1865, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatção do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores: Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão; Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Carlito Machado dos Santos Filho, Coordenador da Unidade de Controle Interno, Membro da Comissão, e a Sra. Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária, Membro da Comissão. Aberto os trabalhos pelo Presidente foram levantadas as principais questões a serem abordadas pelo estudo quanto à proposta para o novo Código Tributário Municipal, sendo colocado pelos presentes a necessidade de: levantamento prévio das normas em vigor; busca dos fundamentos constitucionais para nortear o novo Código, que, a princípio busque reunir as normas gerais dos tributos de sua competência; estabelecimento de normas que tenham como objetivo o combate a evasão fiscal; estudo sobre a propositura de limite ou teto para as execuções fiscais, vinculando-o a algum fator de correção como o VRM (Valor de Referência do Município); acomodação da legislação federal relativa as micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional, micro empreendedor individual, na legislação municipal, levando em conta modalidades como retenção do Imposto Sobre Serviços e procedimentos para a concessão da Licença e Funcionamento; proceder revisão das alíquotas do Imposto Sobre Serviços, melhor detalhamento do Processo Administrativo Tributário, lançamento tributário, penalidades fiscais; regulamentação dos procedimentos de fiscalização; estudo quanto a implantação de fortalecimento da fiscalização, como produtividade, treinamento, modernização; maior uso das ferramentas disponíveis na internet (normas propositivas). Após o levantamento das questões relevantes, foi acrescentado pelos presentes alguns procedimentos que podem vir a acelerar para uma melhor implementação das propostas, como a adoção de um Código Tributário mais sintético, que traga em seu texto normas gerais, que abrigue as diretrizes do sistema tributário municipal, sendo definidas as demais características como alíquotas, lançamento, arrecadação através de leis complementares; a busca da sensibilização do legislativo municipal através de reuniões, onde sejam expostos os motivos das alterações propostas, bem como, a divulgação para a sociedade do novo sistema tributário e considerações relevantes, através de cartilha a ser produzida e



desenvolvida. Nada mais sendo acrescentado, o presidente definiu a próxima reunião para o dia trinta do corrente, face a impossibilidade da presença do relator no dia vinte e oito, encerrando a reunião às onze horas e dezoito minutos, sendo que eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim assinada e pelos demais presentes.

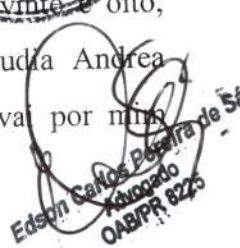

EDSON CARLOS PEREIRA DE SÁ
Presidente


CLÁUDIA ANDREA KUGERATSKI CARNEIRO
Secretária "ad hoc"


FILIPE AUGUSTO PIAZZA
Relator


CARLITO MACHADO DOS SANTOS FILHO
Membro




Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225


FILIPE AUGUSTO PIAZZA
OAB/PR Nº 40958
Procurador Fiscal do
Município de Lapa/PR


Cláudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento d
Fiscalização Tributár
Decreto nº 14321 de 02/0

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATAÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, às nove e trinta horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, sito a Rua Barão do Rio Branco, 1865, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão, Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Carlito Machado dos Santos Filho, Coordenador da Unidade de Controle Interno, Membro da Comissão, Altair Euko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa, Suplente da Comissão e Mariza Carneiro Pinheiro, Chefe da Seção de Expedição de Alvarás, Suplente da Comissão. Aberto os trabalhos pelo Presidente vieram à tona os assuntos principais para a elaboração do Novo Código Tributário Municipal - CTM, definindo-se que no mesmo deverá conter apenas princípios norteadores da questão tributária, sendo as demais questões como: ISS, Alvará, Taxas, Alíquotas, dentre outras, definidas em Leis específicas em outro trabalho; discutiu-se sobre a criação de uma "Corregedoria Municipal" fazendo às vezes de um Ministério Público e/ou Tribunal de Contas no nível de Prefeitura; levantado a possibilidade de visitas em outras Prefeituras para contato com instituições que tenham um Código Tributário atual para troca de idéias, sendo levantada a possibilidade de na próxima semana realizar visitas à Prefeitura de Curitiba e outras da Região Metropolitana, tais como Pinhais e Colombo; foi lançada a idéia, pelo Presidente, da programação de pré-audiências com segmentos organizados da sociedade e individualmente com o Legislativo, durante a formulação do CTM, para trilharmos, da melhor maneira possível, rumo a uma proposta coesa; outra proposta sugerida durante a conversação foi de ir em busca do Estudo do Plano Diretor para fazermos uma revisão do mesmo e correlação com nossos trabalhos; foi levantada a necessidade de um computador para auxílio nos trabalhos, onde o Presidente pronunciou que providenciaria um Notebook, e também destacou que no dia dezoito de outubro de dois mil e dez, data da próxima reunião, que acontecerá no Salão Nobre do Gabinete da Prefeitura,




Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

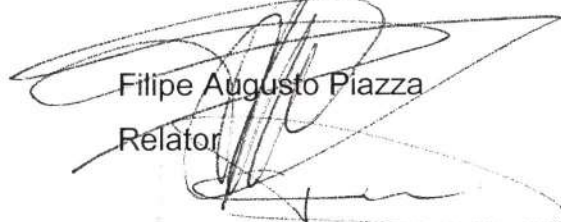
Filipe Augusto Piazza
Procurador Fiscal do
Município da Lapa

Claudia Andreia K. Carneiro
Diretora do Departamento d
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14.241, de 02/04/12

onde se farão presentes o Prefeito Municipal, Sr. Paulo César Fiates Furiati e o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Flávio Wolf, sendo que para isto seria importante a presença de todos os componentes da presente Comissão, inclusive suplentes. Nada mais sendo acrescentado, o presidente declarou encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos, sendo que eu Altair Euko, suplente e fazendo às vezes da Secretária Cláudia Andrea Kugeratsk Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.


Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente


Altair Euko
Secretário "ad hoc"



Filipe Augusto Piazza
Relator

Carlito Machado dos Santos Filho
Membro


Mariza Carneiro Pinheiro
Suplente




FILIPE AUGUSTO PIAZZA
OAB/PR 19.119/8
Procurador Fiscal do
Município de Lapa/PR


Claudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14.221 de 02/11

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATAÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, às nove e trinta horas, nas dependências da Sede do Poder Executivo, Salão Nobre da Prefeitura, sito a Praça Mirazinha Braga, n.º 37, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Carlito Machado dos Santos Filho, Coordenador da Unidade de Controle Interno, Membro da Comissão, Altair Euko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa, Suplente da Comissão e Marco Antonio Camenar, Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação, Membro da Comissão e como convidado esteve o Procurador Geral do Município Dr. Mauro Machado. Aberto os trabalhos pelo Relator da Comissão o qual apresentou um trabalho sobre o Código Tributário da Prefeitura de Apucarana, já com alterações efetuadas pelo Relator trazendo as necessidades locais ao contexto. O modelo impresso foi manipulado pelos presentes que também receberam arquivo do material via e-mail, durante a reunião já foram apontadas necessidades e excessos contidos no material, os quais ficaram devidamente anotados para discussão futura. Tratou-se também da formação da segunda instância administrativa, tema que ficou indefinido tanto em número de membros como também quem ocuparia tais cargos. Nada mais sendo acrescentado, o presidente declarou encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos, sendo agendada próxima reunião dia nove de novembro do corrente ano, sendo que eu Altair Euko, suplente e fazendo às vezes da Secretária Cláudia Andrea K. Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.

Filipe Augusto Piazza
Relator

Carlito Machado dos Santos Filho
Membro

Altair Euko
Secretário "ad hoc"

Marco Antonio Camenar
Membro

Câmara Municipal
Lapa - Paraná
Fl. Nº 69
MPO

PREFEITURA MUNICIPAL
LAPA - PARANÁ

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 6228

Claudia Andrea K. Carneiro
Secretaria do Departamento de
Fiscalização Tributária
Município de Lapa/PR
14321 de 02/11

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATAÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, às nove e trinta horas, nas dependências da Sede do Poder Executivo, Salão Nobre da Prefeitura, sito a Praça Mirazinha Braga, n.º 37, reuniram-se membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão, Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Claudia Andrea K. Carneiro, Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária, Secretária da Comissão, Marco Antonio Camenar, Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação, Membro da Comissão, Altair Euko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa, Suplente da Comissão e o Sr. Mauro Pacheco Xavier, convidado. Aberto os trabalhos pelo Presidente foi apresentado o Código Tributário do Município de Pinhais, o qual servirá de apoio na elaboração dos trabalhos dessa Comissão pela sua atualidade. Voltou à tona o assunto ainda não resolvido sobre as instâncias administrativas, após discussões ficou definida a seguinte formação: Primeira Instância: Procurador Fiscal; Segunda Instância (Colegiado): Procurador Fiscal, Secretário da Fazenda, Procurador Geral do Município e um representante do Poder Legislativo e o Prefeito Municipal. Também sugerido como órgão consultivo, as instituições: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Lapa, Conselho Regional de Contabilidade – CRC Lapa, Associação Comercial e Industrial da Lapa – ACIAL. Ficando ainda a se definir o prazo de noventa ou sessenta dias para as instâncias proferirem suas decisões. O Relator da Comissão prontificou-se em trazer este assunto já incluso no projeto de lei, que a partir da próxima reunião será iniciada sua digitação e formatação sobre o modelo apresentado pelo Relator. Discutiu-se também a necessidade de notificação pessoal ou apenas por edital dos contribuintes incluídos em Dívida Ativa, por exemplo. Nada mais sendo acrescentado, o presidente declarou encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos, ficando a próxima reunião marcada para o dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dez, sendo que eu Cláudia Andrea Kugeratski

Edson Carlos Pereira de Sá
Assessor Especial de Gabinete
Presidente da Comissão

Dr. Filipe Augusto Piazza
Procurador Fiscal
Relator da Comissão

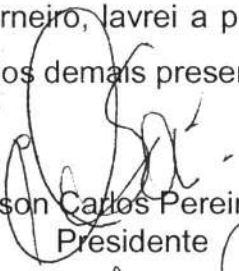
Claudia Andrea K. Carneiro
Secretaria do Departamento de
Fiscalização Tributária
Município de Lapa/PR

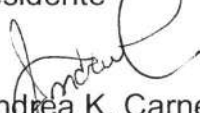
Marco Antonio Camenar
Diretor do Departamento de
Cadastro e Tributação
Membro da Comissão

Altair Euko
Chefe da Seção de Fiscalização
Administrativa
Suplente da Comissão

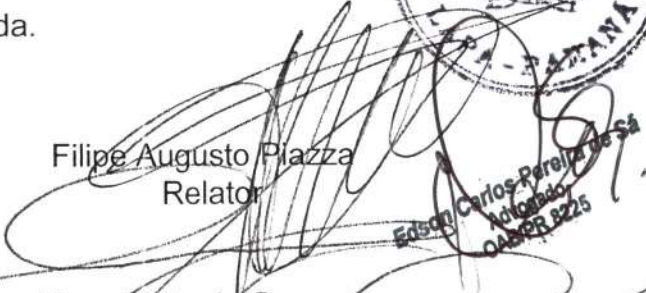
Mauro Pacheco Xavier
Convidado

Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.


Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente


Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretária


Altair Euko
Suplente


Filipe Augusto Piazza
Relator


Marco Antonio Camenar
Membro


FILIPE AUGUSTO PIAZZA
OAB/PR nº 44.978
Procurador Fiscal do
Município de Ladário


Cláudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02-01-00



Câmara Municipal de Lapa - Paraná
Fl. nº 71
MP

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA
Tributária

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

FILE DE ASSIS. Nº 4138
LAPA Nº 4138
Procurador Fiscal do Município da Lapa/PR

Claudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/17

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, às nove e trinta horas, na Sede da Administração Tributária, Sala da Procuradoria Fiscal, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1499, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão, Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Carlito Machado dos Santos Filho, Responsável pela unidade de Controle Interno do Município, Membro da Comissão, Claudia Andrea K. Carneiro, Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária, Secretária da Comissão, Marco Antonio Camenar, Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação, Membro da Comissão, Altair Euko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa Suplente da Comissão. Aberto os trabalhos pelo Presidente, o Sr Procurador, relator da comissão entregou cópia da proposta aos integrantes da comissão, apresentando as alterações e inclusões efetuadas no texto da lei. Foram apresentadas algumas dúvidas pela Diretora de Fiscalização Tributária, Secretária da Comissão, as quais em discussão com os demais membros foram reavaliadas e efetuadas as alterações devidas. Tais como: No TÍTULO III – IMPOSTOS, CAPÍTULO I – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, SEÇÃO I – FATO GERADOR, no artigo 7º, II, foi substituído “do artigo 14, § 3º” para “da lei específica, respeitadas as alíneas abaixo”. NA SEÇÃO II – INCIDÊNCIA, artigo 9º, trouxe ao texto da lei a redação dada pelo artigo 3º da LC nº 116/2003. No artigo 18 do CAPÍTULO II – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIA URBANA, SEÇÃO III- DAS DISPOSIÇÕES EM LEI ESPECÍFICA, foi substituído onde diz “ISSQN” para “IPTU”, e subtraído a expressão “os casos de retenção na fonte”. No CAPÍTULO III que trata do ITBI, o artigo 22 foi subtraído da redação da lei, o artigo 23 o Sr. Procurador ficou de reavaliá-lo, no artigo 24, retirou-se a expressão “ao Estado da”, e no artigo 26, SEÇÃO III – DAS DISPOSIÇÕES EM LEI ESPECÍFICA, também, subtraiu-se a expressão “e da instituição do IPTU progressivo no tempo”. No TÍTULO VI - DAS NORMAS GERAIS

[Handwritten signatures and marks]



COMPLEMENTARES, CAPÍTULO I – DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, foi incluído ao final do artigo 32 a expressão “condições referentes”, e no artigo tratado sobre o instituto da noventena. No CAPÍTULO II – DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, SEÇÃO III – DO SUJEITO PASSIVO, ampliou o prazo de vinte dias para trinta dias, previsto no § 2º do artigo 43. Na SEÇÃO V – DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO, artigo 45, § 3º, substitui-se a expressão “comunicarão” por “deverão comunicar”, incluindo ao final deste “sob penalidades da lei específica”. No CAPÍTULO III – DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA, SEÇÃO III – DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS, artigo 54, o Sr. Procurador, solicitou a inclusão do inciso VIII, com a seguinte redação “os mandatários, procuradores e herdeiros, respeitadas as normas limitadoras do Código Civil”. No TÍTULO VII – DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, SEÇÃO IV – DO PARCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, artigo 62, onde diz “inscritos ou não em dívida ativa”, opinou-se por inscritos em dívida ativa, omitindo do artigo a expressão “ou não”, e ao final do mesmo artigo, inclui-se “desde que cada parcela não seja inferior à 5% do VRM”, subtraindo-se o parágrafo único. Nada mais sendo acrescentado, o presidente declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, ficando a próxima reunião marcada para o dia trinta de novembro de dois mil e dez, sendo que eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.

Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente

Carlito Machado dos Santos Filho
Membro

Marco Antonio Camerari
Membro

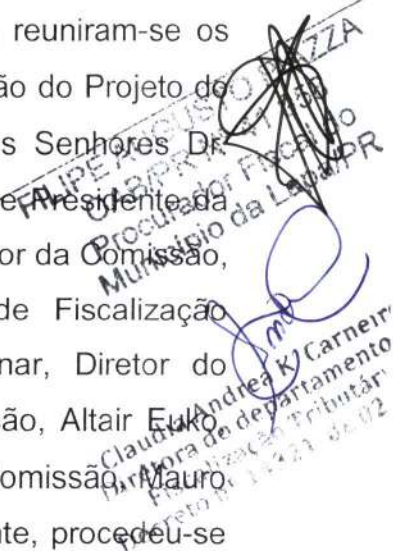
Filipe Augusto Piazza
Relator

Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretária

Altair Euko
Suplente

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATAÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, às onze horas e trinta minutos, na Sede da Administração Tributária, Sala da Procuradoria Fiscal, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1499, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão, Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Claudia Andrea K. Carneiro, Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária, Secretária da Comissão, Marco Antonio Camenar, Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação, Membro da Comissão, Altair Eulko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa, Suplente da Comissão, Mauro Pacheco Xavier, convidado. Aberto os trabalhos pelo Presidente, procedeu-se a continuidade à revisão dos artigos do modelo proposto, sendo no TÍTULO VII – DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, CAPÍTULO II - SEÇÃO I – DO LANÇAMENTO, suprimido o parágrafo 6º e seus incisos do artigo 66, e no artigo 67 alterado o prazo para pagamento ou impugnação do lançamento notificado, de “dez dias” para “quinze dias”. Na SEÇÃO II – DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO, artigo 76, Parágrafo Único, onde diz “neste Código” alterou-se para “em lei específica”, omitindo do mesmo dispositivo a expressão “inter vivos”. No CAPÍTULO III – DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – SEÇÃO II – DA MORATÓRIA, artigo 78, § 2º, substitui-se a palavra “daquele” por “desse”, e o artigo 81 foi suprimido do texto da lei, em razão, da redação estar igual à disciplinada no § 1º do artigo 78. Na SEÇÃO III – DO DEPÓSITO, por questões jurídicas, onde diz “sujeito passivo” substitui-se para “contribuinte”, sendo colocado em pauta para discussão pelo Sr. Procurador, sobre a obrigatoriedade ou faculdade do depósito, bem como, sobre a necessidade de ser em valor integral ou não, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Nada mais sendo acrescentado, o presidente declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, ficando a próxima reunião marcada para o dia dois de dezembro de dois mil e dez, sendo que eu Cláudia Andrea





Three handwritten signatures at the bottom of the page.

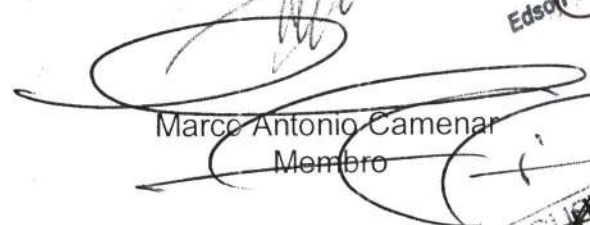
Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai
por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.


Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente


Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretaria


Altair Euko
Suplente


Filipe Augusto Piazza
Relator


Marco Antonio Camenar
Membro


FILIPE AUGUSTO PIAZZA
OAB/PR Nº 1958
Procurador Fiscal do
Município de Umuarama/PR


Cláudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14.221 de 02/11




Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, na Sede da Administração Tributária, Sala da Procuradoria Fiscal, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1499, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão, Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Carlito Machado dos Santos Filho, responsável pela unidade de Controle Interno do Município, Membro da Comissão, Claudia Andrea K. Carneiro, Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária, Secretária da Comissão, Marco Antonio Camenar, Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação, Membro da Comissão, Altair Euko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa, Suplente da Comissão, Mauro Pacheco Xavier, convidado. Aberto os trabalhos pelo Presidente, retomou-se o assunto sobre o Depósito, deixado em pauta na reunião anterior, decidindo os membros da comissão pela faculdade da prerrogativa do depósito, e, em valor integral, mantendo-se a redação conforme disciplinada no Código Tributário Nacional. No artigo 86, ainda da SEÇÃO III – DO DEPÓSITO, CAPÍTULO II, TÍTULO VII, substitui-se a palavra “Prefeitura” para “Município” e acrescentou-se em seguida “ ou outro órgão municipal competente para tanto. No CAPÍTULO IV – DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, atentou-se sobre a necessidade de rever o artigo o qual o inciso VII do artigo 90 remete. Na SEÇÃO II – DO PAGAMENTO DA RESTITUIÇÃO, no artigo 95, § 1º, omitiu-se o indexador da redação do citado dispositivo, ficando “...de acordo com índices oficiais fixados pelo Poder Executivo.”, o § 2º foi omitido da redação da proposta, no § 3º, o qual trata da multa, subtrai-se da redação “ ao mês ou fração, não podendo o seu percentual acumulado ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do valor do débito.”, e o § 7º foi omitido da proposta. No artigo 98, onde diz art. “250”, substitui-se para artigo “93” No artigo 107, foi acrescentado ao final “conforme normas do processo contencioso



Edson Carlos Pereira de Sá
Assessor Especial de Gabinete
OAB/PR 8225

FILIPE AUGUSTO PIAZZA
Procurador Fiscal do
Município da Lapa - PF
Claudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/10

AB

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

administrativo". Na SEÇÃO III – DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSACÇÃO, no artigo 110, § 1º, além do Secretário Municipal da Fazenda, acrescentou-se o Procurador Geral e o chefe do Poder Executivo, em conjunto", os § 5º e 6º, após discussão, foram omitidos da proposta, bem como, os artigos 111 e 112. Na SEÇÃO VI – DAS DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, atentou-se sobre a necessidade de rever o artigo o qual o § 2º do artigo 119 remete, no inciso I do artigo 120, acrescentou-se "conforme lei específica municipal". No CAPÍTULO V – DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS e na SEÇÃO II – DA ISENÇÃO, nada acrescentou-se. Então, o presidente declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, ficando a próxima reunião marcada para o dia sete de dezembro de dois mil e dez, sendo que eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.


Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente

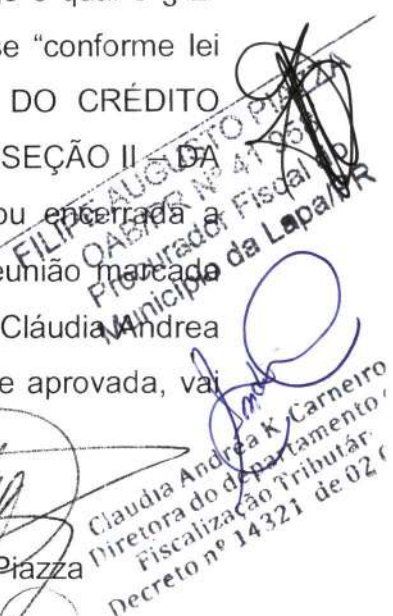

Carlito Machado dos Santos Filho
Membro


Marco Antonio Camenar
Membro


Filipe Augusto Piazza
Relator


Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretária


Altair Euko
Suplente




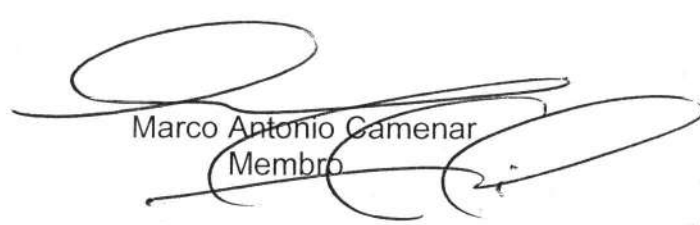
**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATAÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, na Sede da Administração Tributária, Sala da Procuradoria Fiscal, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1499, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão, Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Carlito Machado dos Santos Filho, responsável pela unidade de Controle Interno do Município, Membro da Comissão, Claudia Andrea K. Carneiro, Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária, Secretária da Comissão, Marco Antonio Camenar, Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação, Membro da Comissão, Altair Euko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa, Suplente da Comissão, Mauro Pacheco Xavier, convidado. Aberto os trabalhos pelo Presidente, deu-se continuidade a análise do TÍTULO VII – DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, CAPÍTULO V – DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, SEÇÃO III – DA ANISTIA, nada sendo acrescentado e/ou alterado nesta seção. No TÍTULO VIII – DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES – CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES, substitui-se ao final do artigo 132, “em” por “quando”. No CAPÍTULO II – DAS PENALIDADES, acrescentou-se ao final do inciso VI do artigo 135 “mediante lei específica”, o artigo 136, ficou para análise e discussão quanto à denominação das circunstâncias atenuantes e agravantes, e no artigo 137, incisos I e II, substitui-se “UFM” por “VRM”. No CAPÍTULO VI – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS, retirou-se o artigo 141 e seu parágrafo da redação proposta, e na SEÇÃO II – PREFERÊNCIAS, no artigo 144, inciso II, omitiu-se a expressão “e Territórios”, e os artigos 149 e 151 foram retirados da redação proposta. Acrescentou-se sobre a necessidade da revisão quanto à seqüência dos artigos, tendo em vista que, durante a discussão da proposta, houve a retirada de alguns artigos. Nada mais sendo acrescentado, o presidente declarou encerrada a reunião às

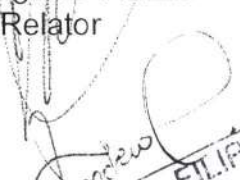
onze horas e trinta minutos, ficando a próxima reunião marcada para o dia nove de dezembro de dois mil e dez, sendo que eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.


Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente


Carlito Machado dos Santos Filho
Membro


Marco Antonio Camenar
Membro


Filipe Augusto Piazza
Relator


Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretária


Altair Euko
Suplente




Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225


FILIPE AUGUSTO PIAZZA
OAB/PR nº 958
Procurador Fiscal d
Município de Lapa



Cláudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/11

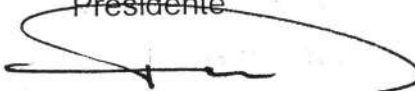
**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATAÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

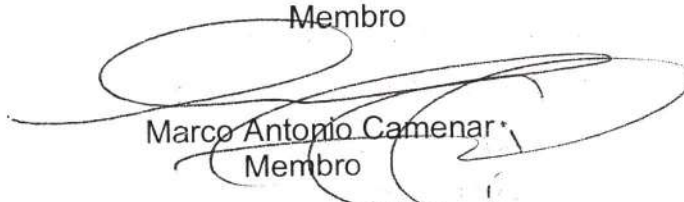


Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, na Sede da Administração Tributária, Sala da Procuradoria Fiscal, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1499, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão, Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Carlito Machado dos Santos Filho, responsável pela unidade de Controle Interno do Município, Membro da Comissão, Claudia Andrea K. Carneiro, Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária, Secretária da Comissão, Marco Antonio Camenar, Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação, Membro da Comissão, Altair Euko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa, Suplente da Comissão, Mauro Pacheco Xavier, convidado. Aberto os trabalhos pelo Presidente, deu-se continuidade à análise e discussão do Título - Administração Tributária, Fiscalização, Auto de Infração, ficando com prazo de quinze dias para impugnação e que nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal sem despacho do Diretor(a) do Departamento de Fiscalização Tributária. Após a lavratura do auto, o autuante terá o prazo de quarenta e oito horas para entrega da cópia ao órgão arrecadador, a contar a partir do primeiro dia útil. Abordou-se na sequência, sobre o Cadastro Fiscal, primeiramente, sobre o Cadastro Imobiliário, sendo acrescentado à inscrição de ofício: "quando constatada irregularidades por parte do poder público." Onde trata do prazo para promoção da inscrição, acrescentou-se novo parágrafo, disciplinando penalidade para quem não cumprir o prazo legal; e, adiante, também, onde trata de prazo de 30(trinta) dias para comunicação da alteração, acrescentou-se um parágrafo dispondo o seguinte: "No caso de descumprimento do prazo mencionado no parágrafo anterior, será aplicada a multa de 50% do valor do IPTU do exercício, a qual será lançada no carnê do IPTU do exercício seguinte." No Cadastro Econômico, onde trata da sua finalidade, suprimiu do texto o nome das taxas,

deixando de forma geral: Taxas de Poder de Polícia, Taxas de Serviços e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS. Onde trata de prazo de 15(quinze) dias para requerer o cancelamento da inscrição, por transferência, venda, fechamento, ou baixa do estabelecimento, foi acrescido parágrafo disciplinado sobre aplicação de multa de 100% do valor da taxa, caso haja o descumprimento do prazo citado no parágrafo anterior. Na sequência, foi acrescido o seguinte parágrafo: "Também ocorrerá o cancelamento da inscrição por falta de pagamento das respectivas taxas a ele inerentes, do exercício anterior." E o último artigo, o qual tratava de estabelecimentos distintos para fins de inscrição no Cadastro, foi suprimido da redação proposta. Às onze horas e trinta minutos, o Sr. Presidente, encerrou a reunião, em virtude do horário de almoço, solicitando, se possível, a presença de todos para o período da tarde, a partir das quatorze horas, para dar continuidade a revisão e discussão do ante-projeto proposto. Retornando às quatorze horas, iniciou-se a revisão e discussão sobre o Processo Contencioso, sendo colocado que as impugnações terão efeito suspensivo quando houver depósito ou pagamento prévio. Alterou-se o prazo para apresentação de recurso voluntário de 10(dez) dias para 15(quinze) dias. Subtrai-se do texto o parágrafo que tratava o seguinte: "Não será conhecido o recurso dirigido ao Conselho Municipal de Contribuinte, quando for apenas parcial e o recorrente não tiver recolhido a parte não discutida." Nada mais sendo acrescentado, o presidente declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e trinta minutos, ficando a próxima reunião marcada para o dia quatorze de dezembro de dois mil e dez, sendo que eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.



Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente


Carlito Machado dos Santos Filho
Membro


Marco Antonio Camenar
Membro


Filipe Augusto Piazza
Relator


Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretária


Altair Euko
Suplente

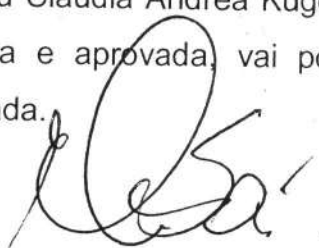
**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATAÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**



Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 6225

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, na Sede da Administração Tributária, Sala da Procuradoria Fiscal, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1499, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão, Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Claudia Andrea K. Carneiro, Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária, Secretária da Comissão, Altair Euko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa, Suplente da Comissão, Mauro Pacheco Xavier, convidado. Aberto os trabalhos pelo Presidente, deu-se continuidade à análise e discussão do Processo Contencioso, na Sub-Seção – Do Recurso de Ofício, sendo alterado a importância em litígio de 1 VRM, para 50% do VRM, para a interposição de recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes. Na Sub-seção – Da consulta, alterou-se o parágrafo que trata da competência para decidir sobre as consultas, ficando da seguinte forma: “A competência para decidir sobre as consultas poderá ser delegada por Decreto do Chefe do Poder Executivo. Na Sub-seção - Do Julgamento em Segunda Instância, substitui-se a expressão “por unanimidade”, por “pela maioria”, e no artigo que disciplina a composição do Conselho Municipal de Contribuintes, onde trata de “um Vereador da Câmara nomeado por ato interno dessa;” substitui-se por “um representante do Poder Legislativo Municipal;”. Concordou-se que a função de conselheiro não será remunerada, constituindo-se em serviço público relevante. Quanto a distribuição dos processos de recursos aos conselheiros, mediante sorteio, deixou-se claro, com exceção do Presidente. Acrescentou-se o seguinte parágrafo: “No caso de relevante interesse social, o relator poderá solicitar parecer consultivo da sociedade politicamente organizada.”. Quanto a publicação da pauta dos processos destinados ao Conselho, concordou-se que poderá ser substituída por comunicação via postal, ou quaisquer outros meios disciplinados por lei específica. Alterou-se o prazo de seis anos para cinco

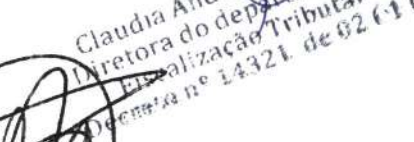
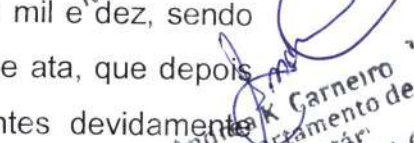
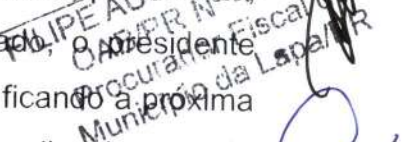
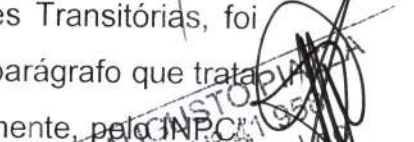
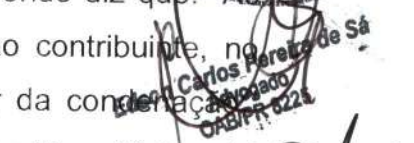
anos, para arquivo no Conselho da petição do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito. No Capítulo que trata da Execução, onde diz que: "As decisões definitivas serão cumpridas: I – pela intimação ao contribuinte, no prazo de 10(dez) dias, para efetuar o pagamento do valor da condenação", alterou-se para 15(quinze) dias. O Capítulo das Disposições Transitórias, foi suprimido da redação, e no Título das Disposições Finais, o parágrafo que trata da atualização do VRM, substitui-se a expressão "trimestralmente, pelo INPC" por "anualmente, pelo FCA". Nada mais sendo acrescentado, o presidente declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, ficando a próxima reunião marcada para o dia dezesseis de dezembro de dois mil e dez, sendo que eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.


Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente


Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretária


Filipe Augusto Piazza
Relator

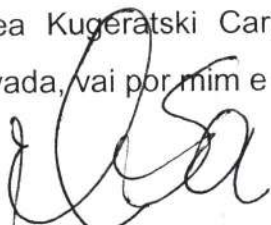

Altair Euko
Suplente



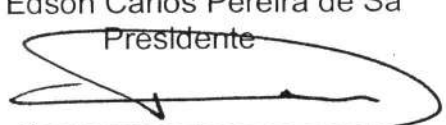
**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A
IMPLANTAÇÃO/FORMATAÇÃO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos dezesesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às nove horas e trinta minutos, na Sede da Administração Tributária, Sala da Procuradoria Fiscal, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1499, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Presentes os Senhores Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial de Gabinete e Presidente da Comissão, Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, Carlito Machado dos Santos Filho, responsável pela unidade de Controle Interno do Município, Membro da Comissão, Claudia Andrea K. Carneiro, Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária, Secretária da Comissão, Marco Antonio Camenar, Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação, Membro da Comissão, Altair Euko, Chefe da Seção de Fiscalização Administrativa, Suplente da Comissão, Mauro Pacheco Xavier, convidado. Aberto os trabalhos pelo Presidente, o mesmo entregou cópia do Decreto nº 16380 de 09 de Dezembro de 2010, o qual trata da dilação do prazo por 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do Decreto nº 16160 de 14.10.10, para a conclusão dos trabalhos a serem realizados pela Comissão de Estudos para a Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa. Acrescentou, também, o Sr. Presidente, que no período de Janeiro/2011, será feita a revisão do Código e as últimas alterações que se fizerem necessárias, e será dado início as Audiências Públicas, para discussão do ante-projeto de lei, ora proposto. Foi discutido e acordado que a primeira audiência pública deverá ser realizada entre os servidores atuantes nas áreas de fiscalização e tributação, e posteriormente com órgãos de classe (CRC e OAB), e Câmara dos Vereadores. Foram feitos alguns ajustes, na redação proposta, inclusive quanto à renumeração dos artigos, e impresso 02 (duas) vias do mesmo, sendo uma para o Exmo. Sr. Prefeito, e outra para o Sr. Secretário Municipal da Fazenda, a ser entregue nesta data, durante o evento "Prêmio-Servidor". Nada mais sendo acrescentado, o presidente declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, ficando a próxima reunião

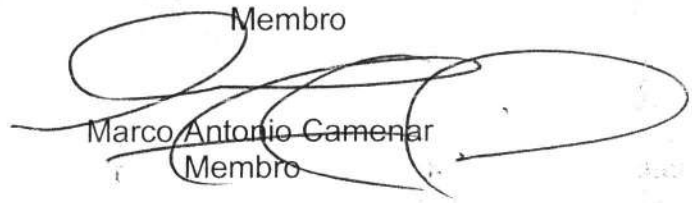
marcada para o dia quatro de janeiro de dois mil e onze, sendo que eu Cláudia
Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e
aprovada, vai por mim e pelos demais presentes devidamente assinada.



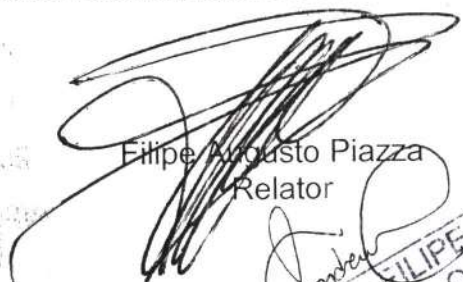
Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente



Carlito Machado dos Santos Filho
Membro



Marco Antonio Camenar
Membro



Filipe Augusto Piazza
Relator

Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretária



Altair Euko
Suplente



Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

FILIPES AUGUSTO PIAZZA
OAB/PR 41.958
Procurador Fiscal do
Município de Lapa/PR

Claudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/11



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Ofício nº 001/2011 – Comissão de Estudos do Código Tributário Municipal

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

Lapa, 01 de Março de 2011.

Prezado Senhor:

Servimo-nos do presente para convidar V.S^a. e seus pares para que compareçam à Audiência Pública convocada pelo Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de debater o texto-proposta do Código Tributário Municipal da Lapa.


Dia: 15 de março de 2011.


Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação

Horário: 10:00 hs.

Claudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/11

Atenciosamente,


Claudia Andrea K. Carneiro
Secretária da Comissão


Dr. Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente da Comissão

ILMO. SR.
JOÃO RENATO LEAL AFONSO
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
LAPA-PR



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 002/2011 – Comissão de Estudos do Código Tributário Municipal



Lapa, 01 de Março de 2011.


Prezado Senhor:


Servimo-nos do presente para convidar V.S^a. e seus pares para que compareçam à Audiência Pública convocada pelo Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de debater o texto-proposta do Código Tributário Municipal da Lapa.

Dia: 15 de março de 2011.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação.

Horário: 10:00 hs.


Claudia Andrea K. Carneiro
Secretária da Comissão


Dr. Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente da Comissão

Atenciosamente,

ILMO. SR.

WILMAR JOSÉ HORNING

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL
LAPA-PR**



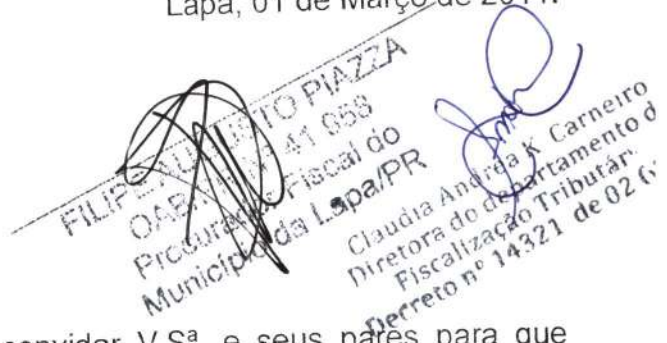
MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Ofício nº 003/2011 – Comissão de Estudos do Código Tributário Municipal

Lapa, 01 de Março de 2011.

Prezado Senhor:




Servimo-nos do presente para convidar V.S^a. e seus pares para que compareçam à Audiência Pública convocada pelo Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de debater o texto-proposta do Código Tributário Municipal da Lapa.

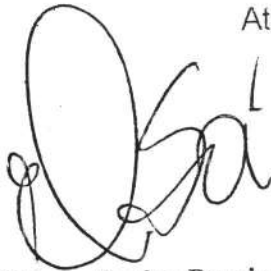
Dia: 15 de março de 2011.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação.

Horário: 10:00 hs.

Atenciosamente,


Claudia Andrea K. Carneiro
Secretária da Comissão


Dr. Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente da Comissão

ILMO. SR.

JOÃO VIDAL BAGGIO NETO

**PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL
LAPA-PR**



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Ofício nº 004/2011 – Comissão de Estudos do Código Tributário Municipal

Lapa, 01 de Março de 2011.

Prezado Senhor:




Servimo-nos do presente para convidar V.S^a. e seus pares para que compareçam à Audiência Pública convocada pelo Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de debater o texto-proposta do Código Tributário Municipal da Lapa.

Dia: 15 de março de 2011.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação.

Horário: 10:00 hs.

Atenciosamente,


Claudia Andrea K. Carneiro
Secretária da Comissão


Dr. Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente da Comissão

**ILMO. SR.
KIVAL DELLA BIANCA PAQUETE JUNIOR
PRESIDENTE DA OAB - SUBSEÇÃO MUNICIPAL
LAPA-PR**



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 005/2011 – Comissão de Estudos do Código Tributário Municipal

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

Lapa, 01 de Março de 2011.

Prezado Senhor:


Servimo-nos do presente para convidar V.S^a. e seus pares para que compareçam à Audiência Pública convocada pelo Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de debater o texto-proposta do Código Tributário Municipal da Lapa.

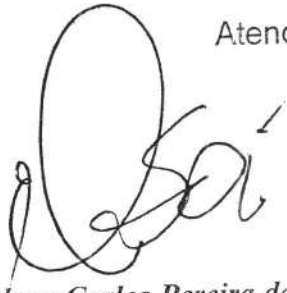
Dia: 15 de março de 2011.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação.

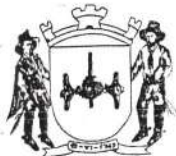
Horário: 10:00 hs.

Atenciosamente,


Claudia Andrea K. Carneiro
Secretária da Comissão


Dr. Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente da Comissão

**ILMO. SR.
JOSÉ CARLOS MAIDL
ASSOCIAÇÃO DOS CONTABILISTAS
LAPA-PR**



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Ofício nº 006/2011 – Comissão de Estudos do Código Tributário Municipal

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

Lapa, 01 de Março de 2011.

Prezado Senhor:

FILIPE AUGUSTO PIZZA
OAB/PR 11.658
Procurador Fiscal do
Município de Lapa/PR

Claudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02.11.09


Servimo-nos do presente para convidar V.S^a. e seus pares para que compareçam à Audiência Pública convocada pelo Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de debater o texto-proposta do Código Tributário Municipal da Lapa.

Dia: 15 de março de 2011.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação.

Horário: 10:00 hs.

Atenciosamente,


Claudia Andrea K. Carneiro
Secretária da Comissão


Dr. Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente da Comissão

ILMO. SR.
SALVADOR MEIRA
DELEGADO REGIONAL CRC
LAPA-PR



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 007/2011 – Comissão de Estudos do Código Tributário Municipal



Lapa, 01 de Março de 2011.

Prezado Senhor:




Servimo-nos do presente para convidar V.S^a. para que compareça à Audiência Pública convocada pelo Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de debater o texto-proposta do Código Tributário Municipal da Lapa.

Dia: 15 de março de 2011.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação.

Horário: 10:00 hs.

Atenciosamente,


Claudia Andrea K. Carneiro
Secretária da Comissão


Dr. Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente da Comissão

**ILMO. SR.
FLÁVIO WOLF
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA
LAPA-PR**

COMISSÃO DE ESTUDOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Documento	Assunto	Destino	Data	Assinatura
Of. 01/2011	1ª Audiência Pública	Presidente da Câmara Municipal	10/03/11	Maurício de Sá
Of. 02/2011	1ª Audiência Pública	Pres. da Comissão Econ., Fin. e Orçamento da Câmara Municipal	10/03/11	Maurício de Sá
Of. 03/2011	1ª Audiência Pública	Presidente da ACIAL	10/03/11	Daiane K. Kommisschmidt
Of. 04/2011	1ª Audiência Pública	Presidente OAB	10/03/2011	Leandro de Sá
Of. 05/2011	1ª Audiência Pública	Associação dos Contabilistas	10/03/2011	Samila Suenes
Of. 06/2011	1ª Audiência Pública	Delegado Regional CRC Lapa	10/03/2011	Edson Carlos Pereira de Sá
Of. 07/2011	1ª Audiência Pública	Sec. Municipal da Fazenda	10/03/11	Edson Carlos Pereira de Sá



Edson Carlos Pereira de Sá
 Advogado
 OAB/PR 8225

CLAUDIO PIAZZA
 OAB/PR Nº 41.958
 Provedor Fiscal do
 Município da Lapa/PR

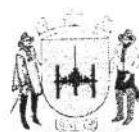
Claudia Andrea Carneiro
 Diretora do Departamento de
 Fiscalização Tributária
 Decreto nº 14321 de 02.01.09



Edson Carlos Pereira da Silva
Advogado
OAB/PR 1222

FILIPPE LACERDA OPIAZZA
OAB/PR 1941 958
Procurador Fiscal do
Município de Lapa/PR

Claudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02-1-09



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

CONVITE

A Prefeitura da Lapa convida você para participar da Audiência Pública que debaterá com a sociedade politicamente organizada, a proposta - texto do Código Tributário do Município, a ser submetida à aprovação do Poder Legislativo.

Data: 15.03.2011

Horário: 10 horas

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação
Rua Barão do Rio Branco, 1865

Lapa, 15 de Março de 2011.



Paulo Cesar Fiates Furiati
Prefeito da Lapa




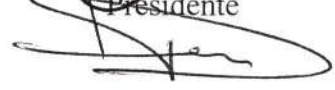
Solicita-se a confirmação de presença pelo fone: 3911-1050 ou secom@lapa.pr.gov.br


**ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA
DO NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**


Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às dez horas, no Auditório da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 1865, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa, para a primeira Audiência Pública de apresentação e discussão do texto-proposta. O Senhor Prefeito abriu a apresentação falando que o Código do Município da Lapa é muito antigo e que está defasado, e, que é necessário que não haja dúvidas quanto à constituição dos tributos. Comentou sobre algumas medidas que já foram tomadas, como é o caso da constituição de comissão de avaliação de imóveis do município, para o caso do ITBI, e o trabalho efetuado através do geoprocessamento, no caso do IPTU. Falou que a Lapa está passando de cidade pequena para média, e por isto tem a obrigação de aumentar sua arrecadação, não através do aumento de tributos, mas cobrando-se o que é justo. Agradeceu aos presentes, falando que a audiência é o momento certo para discutir sobre as propostas de lei, falando que, nesta primeira audiência seria uma breve apresentação de forma resumida sobre a proposta do novo Código Tributário Municipal, e que há tempo suficiente para discutir. Em seguida passou a fala para o Dr. Edson, Presidente da Comissão, o qual iniciou a apresentação com a leitura do Decreto nº 16160/2010, que instituiu a Comissão de Estudos para Implantação/ Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa, fazendo a apresentação dos membros. Comentou que a comissão teve o prazo de noventa dias para o estudo, tomando como base a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional e alguns diplomas legais já codificados com sucesso, como é o caso dos municípios de Pinhais, Apucarana, Curitiba e Colombo. Falou que haverá outras audiências com a sociedade, como associação de bairros, escolas e com a comunidade mais humilde. Comentou que o texto-proposta trata-se de um código objetivo, que foi exaurido nesses três meses de trabalho pela comissão. Em seguida, passou a fala para o Dr. Filipe, Procurador Fiscal do Município, e relator da comissão, o qual iniciou a apresentação dos tópicos da proposta, comentando que o código antigo, contempla muitas que não poderiam estar no código, e sim em uma lei específica. Falou que, quanto aos impostos e taxas a matéria não foi exaurida, foi apenas traçado em linhas gerais, ficando para se discutir em lei específica. Disse que alguma coisa sobre responsabilidade de terceiros, sucessores, já foi definido, e que sobre a exclusão do crédito tributário, já foi comentado sobre o cancelamento do crédito. Comentou que quanto aos procedimentos fiscais, foi tentado

disciplinar todos os requisitos, falando sobre a criação do Conselho Municipal de Contribuintes, o qual se propõe ser a segunda instância administrativa. Dr. Filipe, finalizou sua apresentação colocando-se a disposição para perguntas. O Sr. Prefeito, também, deixou os presentes à vontade para perguntas e propostas. Neste ínterim, o Promotor de Justiça, Dr. Felipe, convidado e presente na audiência, manifestou-se que observou o código proposta faz muita remessa a lei específica. Dr. Filipe, Procurador e relator da comissão, respondeu que a idéia básica é esta, deixar um código enxuto e regulamentar os tributos através de Lei específica. O Promotor de Justiça comentou ainda, sobre a necessidade de regulamentar o IPTU progressivo no tempo, visto o crescimento da cidade. O Sr. Prefeito, concordou com o Dr. Felipe, Promotor de Justiça, sobre a necessidade de regulamentar o IPTU progressivo, e solicitou a ajuda da promotoria para tornar a Lapa uma cidade melhor. O Dr. Felipe, Promotor de Justiça, colocou-se a disposição do município no que for pertinente, junto com a Dr^a Beatriz. Não havendo mais manifestação, o Sr. Prefeito, encerrou a presente audiência, agradecendo a presença de todos. Neste momento, foram colhidas as assinaturas dos participantes, na lista de presença, anexa, sendo que estavam presentes, representantes do Poder Legislativo Municipal, representante da Ordem dos Advogados do Brasil e seus pares, representante da associação dos contabilistas do município e o Sr. delegado do CRC-Lapa. Nada mais sendo acrescentado, eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais membros da comissão devidamente assinada.

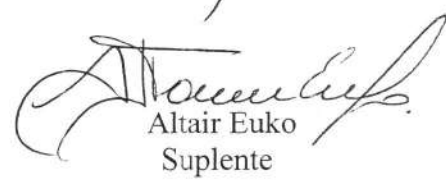

Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente


Carlito Machado dos Santos Filho
Membro


Marco Antonio Camenar
Membro








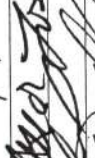










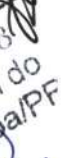

Filipe Augusto Piazza
Relator


Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro
Secretaria


Altair Euko
Suplente

PRIMEIRA AUDIÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DO TEXTO PROPOSTA DO NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL –
LAPA – PR.

LISTA DE PRESENÇA EM 15/03/2011:

Nome	Instituição	Assinatura
MARIO RICATO	SARE PAR	
VILMAR FÁVARO PURGA	DAVEPPAR.	
JOSE Carlos Mouda	CONSTATO	
EFECIPE CAMARÃO	MINISTERIO PÚBLICO	
servador mesteira	delegado CRC/PR - Lopez	
Juacini gregolus melhen	OAB	
Edson Carlos Vieira Ribas	OAB	
RAFAEL ANDRADE AUGELLO	OAB	
LEANDRO LINHARES KUSS	OAB	
WILMAR JOSE FLORENINO	VEREADOR	
ARMAS BINDER	DEFESA CIVIL	
VILMA Piovezan Wille	Sec. de Educação	
ALCE NORTENMAN	VEREADOR	
MANUINADO R.A. BERGHAUSER	PREFEITURA/LAPA	
CLÉSIO THIAGO CARDOSO DE JESUS	PREFEITURA / SEC. GERAL	
JOÃO ANTONIO MARTINS	U	
MAURO RIBEIRO MACCHADO	U / PROCURADORIA	
GIOVANI ALMEIDA	Pref. de Jm - Comunidade	
Paulo V. de Almeida	Sec. de Jm - Comunidade	
MAURO RIBEIRO MACCHADO	Município	
PAULO E. F. FURTADO	MUNICÍPIO	
FILIZ AUGUSTO PIATTA	PROCURADORIA FISCAL DA LAPA	
ALTAIR ECKO	FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	
MARINA CARNEIRO P. VIEIRA	DEPT. GABINETE (PMU)	
Claudia Ondreux K. Corrêa	DEPT. FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	
Carlo Magalhães dos Santos Filho	Coordenador de Jm - Comunidade	
MAURO ANDRÉ DE OLIVEIRA	SEC. DE Jm - Comunidade	




**ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA
DO NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA - PARANÁ**

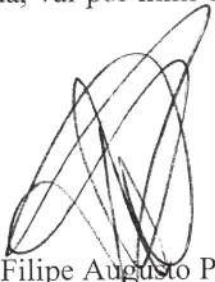
Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às dezessete horas, no Auditório da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1865, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa, para a segunda Audiência Pública de apresentação e discussão do texto-proposta. A presente audiência foi aberta pelo Sr. Marinaldo Berghauser, passando a palavra para o Senhor Prefeito, o qual ressaltou sobre a importância da participação nas audiências, visto que após aprovada a lei, não há o que reclamar. Em seguida passou a palavra para o Dr. Edson, Presidente da Comissão. Dr. Edson explanou sobre a importância das audiências públicas, e que constitucionalmente o município precisa da participação na discussão da proposta para referendá-la. Comentou que as audiências são fundamentais, e que o Senhor Prefeito julga importante a participação dos servidores a fim de prestar melhor serviço público. Na sequência, Dr. Edson, passou a palavra para o Dr. Filipe, Procurador Fiscal e Relator da Comissão, para fazer a apresentação do texto proposta. Dr. Filipe iniciou a explanação informando que preparou a apresentação de quatro títulos do código tributário, o que representa em média 16 artigos. Fez um breve comentário, explicando o que significa código. Falou que o código é a fundação de tudo, e por isso, no caso da Lapa, por ser muito antigo, dificulta a aplicação das leis ordinárias. Iniciando a apresentação no Título I, falou que os artigos 1º e 2º definem o sistema tributário do município. No Título II, comentou que a competência tributária é indelegável, assim como definido no Código Tributário Nacional, falando que o município da Lapa não pode delegar a outro município os seus tributos. Citou sobre as limitações de competência tributária, as quais são asseguradas pela constituição. No Título III – Impostos, apresentou o que está definido no texto proposta do código tributário, e o que será definido através de lei específica. No tributo IPTU, comentou que os sítios de recreio, mesmo em área rural, poderão ser tributados pelo IPTU. No Título IV - Taxas, também, apresentou o que está definido no código, e o que será definido através de lei específica. Encerrando a apresentação, Dr. Filipe, perguntou se alguém queria fazer alguma pergunta. Não havendo manifestação do plenário, Dr. Filipe passou a palavra para o Sr. Prefeito, o qual comentou que a princípio trata-se de conceitos. Falou que o CTM está a disposição no site do município para a população poder acessar e fazer sugestões. Citou sobre a grande necessidade de se discutir o IPTU progressivo, passando o microfone para o Dr. Filipe fazer uma breve explicação. Dr. Filipe falou que IPTU progressivo trata-se de

uma medida legal que permite ao município aumentar, progressivamente, o valor da alíquota do IPTU de um imóvel, caso seu proprietário não lhe dê a utilização conforme previsto no Plano Diretor. Consiste em uma espécie de desincentivo aos proprietários em manter imóveis abandonados, terrenos vazios sem edificação, ou glebas sem utilização parcelamento, de forma a racionalizar e otimizar a ocupação da cidade. Retornando a palavra ao Sr. Prefeito, o mesmo falou que o imposto progressivo será discutido exemplificando que terrenos baldios sofrerão aumento de tributação ano a ano, de forma que o valor do imposto poderá chegar ao valor do imóvel. Falou também, que será feito um estudo em cima das glebas, para verificar a real destinação, comentando que o imposto perante aos demais que recolhem o IPTU, aquelas glebas localizadas dentro do quadro urbano, sem nenhuma atividade agrícola, mas que continuam recolhendo valor muito pequeno de ITR. Falou também, que houve na Prefeitura uma reunião sobre o IPTU, que está sendo feito uma comissão para novo estudo. Disse sobre a necessidade de ajustes no IPTU, o qual no próximo exercício deve ser entregue pelo Correio, citando sobre a necessidade de adoção de estratégias de atualização de endereço do cadastro imobiliário. Comentou ainda, que a Lapa é um dos lugares que tem alíquota mais baixa de IPTU. Não havendo mais manifestação, o Sr. Prefeito, encerrou a presente audiência, agradecendo a presença de todos. Neste momento, foram colhidas as assinaturas dos participantes, na lista de presença, anexa. Nada mais sendo acrescentado, eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais membros da comissão devidamente assinada.

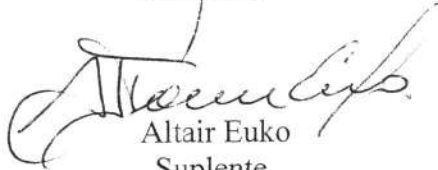

Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente

Carlito Machado dos Santos Filho
Membro


Marco Antonio Camenar
Membro


Filipe Augusto Piazza
Relator


Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretaria


Altair Euko
Suplente



MUNICÍPIO DA LAPÁ ESTADO DO PARANÁ

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA DO NOVO
CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – LAPA-PR

Lista de Presença
20/04/2011

Nome	Instituição/Empresa	Assinatura
Ulrich Antonio Carneiro	Sec. de Fazenda	
Edson Carlos Pereira de Sá	Sec. de ABN ETE	
Claudia Dondora K. Corrêas	Sec. Fazenda	
Dirceu Luiz Hoffmann	Comunicação Prefeitura	
Filipe Augusto Pinheiro	MAQUINARIA Fiscal	
Agilson J.D. POKES	SEC. COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Daiane Pinheiro	Seguros Alimentos	
Frederico E. Rodrigues	Sec. Comunicação Social	
POPE TASSO GALDANHA	Sec. Comunicação Social	
Giovani Almeida	SECOM	
LEANDRO P. BORGES DA SILVA	VICE - PREFEITO	
Paulina Polato	Dec. Educação	
VILMA WILLE	SEC. Educação	
LEONARDO BREGGIO	SG. GERENCIA	
Louise Litter Weimer	PROCURADORIA GERAL	
ANTÔNIO CASTILHO	PROCURADOR - CONTABILIDADE	
Wagner L. Santos	PROCURADOR - CONTABILIDADE	

Câmara
FIM
Lapa - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL
LAPA - PARANÁ
Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 6225

PROCURADORIA GERAL
PROCURADOR FISCAL
Claudia Dondora K. Carneiro
Diretor do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/11



Lista de Presença
20/04/2011




 Edson Carlos Pereira
 Advogado
 OAB/PR 8225

FILIPE AUGUSTO MAZZA
 OAB/PR 16.473/58
 Procurador Fiscal do
 Município de Lapa/PR

Claudia Andrea K. Carneiro
 Diretora do Departamento de
 Fiscalização Tributária
 Decreto nº 24321 de 02/09



FILIPPE AUGUSTO PIAZZA
OAB/PR nº 41.958
Procurador Fiscal do
Município de Lapa/PR

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 6225

Claudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02.11.09



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

CONVITE

O Prefeito Municipal da Lapa, Paulo Furiati, tem a satisfação de convidar a todos para uma Audiência Pública a fim de discutir o "texto proposta" do novo código tributário municipal.

Dia: 27 de Abril – Quarta-feira.

Local: Auditório da Secretaria de Educação
- R: Barão do Rio Branco, 1861 Centro, Lapa-Pr

Horário: 17:00hrs.

Lapa, Abril de 2011.

Paulo Cesar Fiates Furiati
Prefeito da Lapa

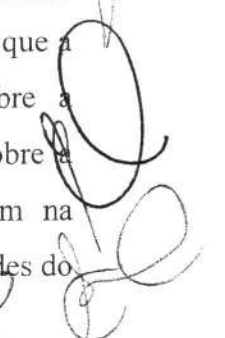
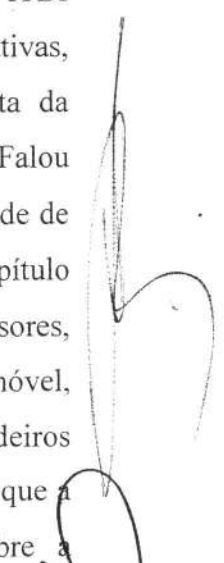
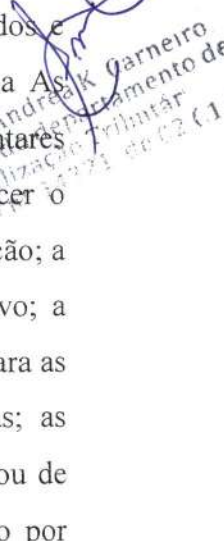
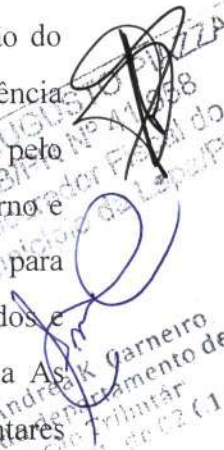



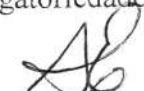

Solicita-se a confirmação de presença pelo fone: 3911-1050 ou secom@lapa.pr.gov.br



**ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA
DO NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às dezessete horas, no Auditório da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1865, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa, para a terceira Audiência Pública de apresentação e discussão do texto-proposta. A presente audiência foi aberta pelo Sr. Giovani Almeida, da Secretaria de Comunicação, anunciando a reunião de governo e passando a palavra para Dr. Filipe Piazza, Procurador Fiscal e Relator da comissão, para apresentação da proposta. Dr. Filipe, iniciou a apresentação cumprimentando a todos e informando que seria apresentado o Título V, do texto-proposta, o qual contempla as Normas Gerais e Complementares. Comentou sobre a diferença das Leis Complementares e Ordinárias, e citou o que somente a lei complementar poderá a vir a estabelecer o seguinte: a instituição de tributos e sua extinção; a majoração de tributos ou sua redução; a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo; a fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo; a cominação de penalidades para as ações ou omissões aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas; as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou de redução de penalidades. Ressaltou que a majoração de tributos, não pode ser feito por Decreto, salientando que a atualização do valor da base de cálculo não se atribui majoração de tributo, a qual pode ser feita pelo Executivo, através de Decreto, como é o caso do ITBI e do IPTU. Comentou que o novo código, contempla 1ª e 2ª instâncias administrativas, sendo esta última denominada Conselho de Contribuintes. No capítulo que trata da Obrigação Tributária, explicou o que é fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo. Falou sobre a capacidade tributária e domicílio tributário, ressaltando sobre a obrigatoriedade de o contribuinte comunicar o município no prazo de 30 dias, qualquer alteração. No capítulo que trata da Responsabilidade Tributária, exemplificou a responsabilidade dos sucessores, que é aquela que sucedeu o contribuinte, como por exemplo: se você compra um imóvel, você compra junto, a dívida do IPTU, ou quando o contribuinte falece, os herdeiros respondem pelo débito. Sobre a responsabilidade de terceiros, citou que são aqueles que a lei atribui para tanto, apresentando o artigo 53 da proposta. Comentou sobre a responsabilidade dos tabeliães, os quais devem exigir o pagamento do ITBI, e sobre a responsabilidade dos sócios, os quais respondem na proporção que representam na sociedade. Na responsabilidade por infrações comentou sobre algumas obrigatoriedades do





contribuinte, como é o caso da apresentação de Livros do ISS, entre outras obrigações acessórias, as quais, geralmente em outras esferas de governo, como é o caso da Receita Federal, muitas vezes o contador é responsabilizado, o que não é o caso atualmente do município da Lapa. Dr. Filipe encerrou a apresentação, agradecendo a presença de todos, colocando-se a disposição para esclarecimentos. No plenário, a Sra. Jurema Furiatti, servidora municipal, manifestou-se sugerindo que o contador responda por infrações perante a empresa a qual presta serviços. O Sr. Camenar, contador e servidor público, informou que o Código Civil já regula a responsabilidade dos contadores. Não havendo mais manifestação, Dr. Filipe, solicitou que eu anotasse a sugestão da participante para estudo e discussão da proposta, encerrando em seguida a presente audiência pública. Neste momento, foram colhidas as assinaturas dos participantes, na lista de presença, anexa. Nada mais sendo acrescentado, eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais membros da comissão devidamente assinada.



Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente

Carlito Machado dos Santos Filho
Membro


Marco Antonio Camenar
Membro


Filipe Augusto Piazza
Relator

Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretaria


Altair Euko
Suplente



MUNICÍPIO DA LAPARÁ ESTADO DO PARANÁ

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA DO NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LAPA-PR

Lista de Presença
27/04/2011

Nome	Instituição/Empresa	Assinatura
Adelina M. S. Siqueira	Sec. Educação	
Aluísio Williams G. Platt	Sec. Educação	
Lucia Leinen	Sec. Saúde	
Thiaine do Prado Bruna da Rocha	Apex Saúde	
Jaqueline Furtado de Carneiro	Sec. Gerência	
Jaqueline Compagnolo	Secretaria de Saúde	
Juliana Silva	Sec. Educação	
VALÉRIA BORGES DA SILVA	SEC. MUNICIPAL CULTURA E TUR.	
Suorata C. da Silva	Sec. Saúde	
Hildegard. M. Silva	S.M.S.	
Simone Graio Olesko	S.M.S.	
Fabiana Stelmok	S.M.S.	
ANTONIO CASTILHO	Sec. Fazenda	
Renata E. Schaphauser	SME	
JANETE APARECIDA SCHAPHAUZER BECHTOLD	SMEEL	
Wilma S. Nunes dos Anjos	SMEEL	
Suzeli Felizardo Parana	Secretaria da Fazenda	
Felipe André Lechir	Secretaria da Fazenda	

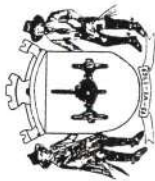
Câmara de Vereadores
Lapará - Paraná
FI Nº 154
M.D.

PREFEITURA MUNICIPAL - LAPARÁ - PARANÁ

Andson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

CLAUDIA ANDREAS CARNEIRO
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 1.000 de 02/11/09

Procurador Fiscal do
Município de Lapará/PR



MUNICÍPIO DA LAPARÁ ESTADO DO PARANÁ

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA DO NOVO
CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LAPA-PR

Lista de Presença
27/04/2011

Nome	Instituição/Empresa	Assinatura
Cláudia D'Amore V. Corrêa	SEC FAZENDA	
Adilson	" Comunicação	
Gláucia Almeida	" Comunicação	
Dorlan Luiz Hoffmann	comunicação	
Altair Eulb	Sec de Fazenda	
Odair T. Saldanha	comunicação	
MAURO RIBAS XAVIER	VRBARIISMO	
JENIA SOARES CARPEN	SECRETARIA AGRICULTURA	
ARILDO JOSÉ HUMERSCHEMIDT	SAMA	
CLAUDINEI LUIZ STANISLOWSKI	Secretaria Ass. Meio Amb. E Rel. Exter. Lapará	
João Dondaque Neto	SHUPE	
Marja C. F. Pinheiro	D.º Cadastro Imobiliário	
LEANDRO BACCIO	SEC. GERENCIA	
JUJO FERREIRA	Banco local de crédito	
Luiz Cesar Nogueira	Secretaria de Cultura	
MARIO B. Marchini	SEC. DE CULTURA	
JAMES BUENO	SEC. DE CULTURA	
João Antônio	SEC. GERENCIA	



Flávia Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

LIPE AUCALANTO
OAB/PR Nº 14321
Procurador Fiscal do
Município de Lapará-PR

Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretaria do Departamento de
Fiscalização Tributária
Setor 14321 de 02 (1)



Lista de Presença
27/04/2011

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

FILIAL DO POSTO PIAZZA
CADASTRAL Nº 41 958
Procurador Fiscal do
Município da Lapa-PR

[Handwritten signature]

Claudia Andrea Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/11/11

Edson Carlos Bersile da Sá
Advogado
OAB/PR 6225



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

CONVITE

O Prefeito Municipal da Lapa, Paulo Furiati, tem a satisfação de convidar a todos para uma Audiência Pública a fim de discutir o "texto proposta" do novo Código Tributário Municipal.

Dia: 11 de Maio – Quarta-feira.

Local: Auditório da Secretaria de Educação
- R: Barão do Rio Branco, 1861 Centro, Lapa-Pr

Horário: 17:00hrs.

Lapa, Maio de 2011.

Paulo César Fiates Furiati
Prefeito da Lapa



Solicita-se a confirmação de presença pelo fone: 3911-1050 ou secom@lapa.pr.gov.br

Câmara Municipal
Fl. Nº 108
Lapa - Paraná

Câmara Municipal
Lapa - Paraná

Edson Carlos Pereira de Sá
Assessor Especial
CAB/PR 8225

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA DO NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA

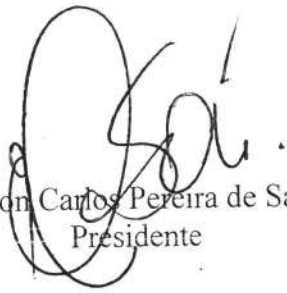
Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às dezessete horas, no Auditório da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1865, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa, e demais presentes para a quarta Audiência Pública de apresentação e discussão do texto-proposta. A presente audiência foi aberta pelo Sr. Adilson, da Secretaria de Comunicação, informando sobre a disponibilização no site do município de envelope para a população fazer sugestões à proposta do Código Tributário Municipal. Em seguida passou a palavra para o Dr. Edson Carlos Pereira de Sá, Assessor Especial, e Presidente da Comissão, o qual em nome do Sr. Prefeito, cumprimentou a todos. Comentou sobre a continuidade das audiências com outros segmentos e sobre a intenção de se elaborar cartilhas, numa linguagem simples para distribuição à população e escolas. Falou ainda sobre a Reforma Tributária, salientando que o nosso projeto já contempla inovações, como é o caso do Super Simples. Finalizando a sua ressaltou sobre a possibilidade da população encaminhar sugestões através do site do município, passando em seguida, a palavra para Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da comissão, para a apresentação dos tópicos do texto-proposta. Dr. Filipe iniciou a apresentação falando sobre o Crédito Tributário, sua definição e parcelamento do crédito tributário. Explicou que no caso do ISS, o crédito tributário nasce na prestação do serviço. Sobre o parcelamento, falou que a proposta inovou, permitindo que o crédito tributário seja parcelado em 36 parcelas, visto que o atual Código Tributário, permite somente em 24 parcelas. Sobre Lançamento, falou sobre o prazo de defesa, o qual foi proposto 15 dias, e exemplificou as modalidades de lançamento. Lançamento por declaração, como no caso do ITBI, lançamento por homologação, como no caso do ISS, lançamento de ofício, como no caso do IPTU. Em seguida tratou sobre a Suspensão do Crédito Tributário, comentando que o Parcelamento é a forma mais simples de suspender o crédito, previsto no inciso VI do artigo 76 da proposta, os incisos IV e V, tratam ação judicial, o inciso II - depósito, serve para resguardar o contribuinte de juros e mora, para posterior discussão, e a moratória, inciso I, pode ser concedida através de lei. Demonstrou as possibilidades de cessação do crédito tributário, bem como, da extinção do crédito tributário. Comentou que o pagamento extingue o crédito tributário, mas não o direito do contribuinte pleitear a devolução, se achar indevido o pagamento. Quanto ao pagamento, ressaltou que os juros são de 1% e a multa de 2%. Finalizando foram apresentadas as

Classificação: Confidencial
Assessor Especial
Secretaria de Comunicação
Câmara Municipal
Lapa - Paraná

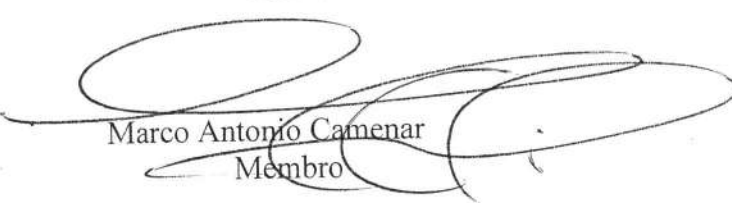
Classificação: Confidencial
Assessor Especial
Secretaria de Comunicação
Câmara Municipal
Lapa - Paraná

Classificação: Confidencial
Assessor Especial
Secretaria de Comunicação
Câmara Municipal
Lapa - Paraná

demais seções que tratam da extinção do crédito tributário, e do Capítulo Da Exclusão do Crédito Tributário, quais sejam, da Isenção e da Anistia. Não havendo mais manifestação de Dr. Filipe, encerrou a presente audiência pública. Neste momento, foram colhidas as assinaturas dos participantes, na lista de presença, anexa. Nada mais sendo acrescentado, eu Cláudia Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais membros da comissão devidamente assinada.



Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente

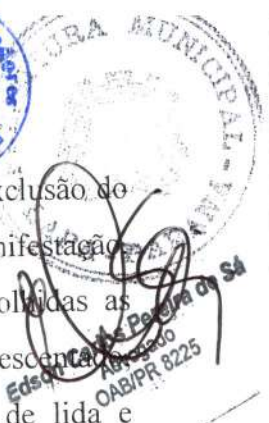
Carlito Machado dos Santos Filho
Membro


Marco Antonio Camenar
Membro


Filipe Augusto Piazza
Relator

Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretária


Altair Euko
Suplente





MUNICÍPIO DA LAPARÁ ESTADO DO PARANÁ

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA DO NOVO
CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – LAPA-PR

Lista de Presença
11/05/2011

Nome	Instituição/Empresa	Assinatura
ADILSON PORTES	SEC. COMUNICAÇÕES	
Cristina Hoffmann Dardaque	SME	
Altair Euk	Sec Fazenda	
patouvo de almeida	SEC. OBRAS	
Abraão Kanos	SOU	
Joelma Palato	SEC. Educação	
Luiz Cesar dos Reis	SEC. cultura	
VALERIA BORGES DA SILVEIRA	SEC. CULTURA	
Emise S. de Siqueira	Sec. de Cultura	
Roberto de S. Junior	Sec. de Cultura	
Marcelo de S. Junior	Secretaria obras	
Mauro de S. Junior	SME	
Marcelo A. Junior	SME	



Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

FILIPPE ALBERTO PIAZZA
CPF: 047.958
Procurador Fiscal do
Município de Lapará/PR

Cláudia Andréa A. Carneiro
Militar de Genêrimento
Fiscal de Tributos
Poderes 11/05/2011 de 02/11



F. 01

Lista de Presença
11/05/2011

Nome	Instituição/Empresa	Assinatura
Paulino Schumalski	SAMADE	
VERA SOLANGE CARPEN	"	
JAMES BUENO	SEC. CULTURA	
MARIO BLANCHINI	SEC. CULTURA	
Disinício Mendes		
ANTONIO CASTILHO	Sec. Fazenda	
Wanderley Alves dos Anjos	SME	
Renata T. Esben Schapnhauser	SME	
MARCIO RIBEIRO MATEOS	SME	
Marina Cristina Schapnhauser	SME	
FILIPPE AUGUSTO PAPAZZA	PROCURADORIA FISCAL	
Claudia Andrea K. Corrêas	Sec. Fazenda	
Vali Vences	Secret. Fazenda	
LOUIS KATER WIEDNER	PROCURADORIA GERAL	
JANE TE AP. SCHAPHAUSER BECHTLOFF	SMEEL	
Marina Phareide Mlik	Secretaria de Fazenda	
Henrique Gervasio Pereira	Sec. Fazenda	
NIDEIA LACERDA	SOC. Educ	

Camara de Veread...
FIL N° 111
Lapa - Paraná

2 AUGUST 1950
FILIPPE AUGUSTO
CAB/PR Nº 41 950
Procurador Fiscal do
Município de Lapa PR
neiro

Claudio Andre K. Carneiro
 Diretor do Departamento de
 Fiscalização Tributária
 Secretária 4221 de 02/61

**VENHA AJUDAR
A DECIDIR OS RUMOS
DA NOSSA CIDADE.**

**HABITAÇÃO
OBRAS RUAS**

**SAÚDE
EDUCAÇÃO**

CONVITE

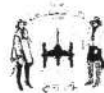
O Prefeito Municipal da Lapa Paulo Furiati tem a satisfação de convidar a todos para a Reunião de Governo para debater o texto proposta do Código Tributário Municipal, a ser realizada quarta-feira, dia 13 de julho, às 17:00h no auditório da Secretaria de Educação, situado à Rua Barão do Rio Branco, 1861, Centro.



Edson Carlos Carneiro de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

FILIPPE AUGUSTO PIAZZA
OAB/PR nº 41.958
Procurador Fiscal do
Município da Lapa/PR

Claudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14.741 de 02/11



Prefeitura Municipal
Lapa

**ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA
DO NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA**



Edson Carlos Pereira da Silva
Advogado
OAB/PR 8225

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, às dezessete horas, no Auditório da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1865, reuniram-se os membros da Comissão de Estudo para Implantação/Formatação do Projeto do Novo Código Tributário do Município da Lapa, e demais presentes para a quinta Audiência Pública de apresentação e discussão do texto-proposta. A presente audiência foi aberta pelo Sr. Prefeito Municipal que passou a palavra para Dr. Filipe Augusto Piazza, Procurador Fiscal e Relator da comissão, para a apresentação dos tópicos do texto-proposta. Dr. Filipe iniciou a apresentação falando sobre Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, inclusive sobre Preferências. Em seguida adentrou no Título que trata das Infrações, comentando que cada caso tem uma característica peculiar. Sobre penalidades argumentou que o atual código deixa a desejar em algumas questões, porém, as penalidades serão discutidas futuramente, para cada caso específico de tributo, em legislação própria. Quanto ao Título - Administração Tributária demonstrou os capítulos: I - Do Cadastro Fiscal, II - Fiscalização, III - Dívida Ativa e IV - Certidões Negativas. No Título dos Procedimentos Fiscais, comentou sobre a discussão do Imposto, sobre a consulta, e sobre o processo contencioso. Quanto à impugnação ressaltou sobre o prazo de quinze dias, e sobre a decisão administrativa, citou as subseções: Do Recurso Voluntário e do Recurso de Ofício. Falou sobre o Conselho Municipal de Contribuintes, o qual será composto por 5 membros efetivos. E finalizando a apresentação, comentou sobre o último Título do Código Tributário, das Disposições Finais, o qual trata inclusive sobre os vencimentos dos prazos relativos à matéria fiscal. Quanto à apresentação, houve manifestação da platéia, através do Promotor de Justiça, Dr. Filipe, quanto ao artigo 222 inciso V, se onde diz "com delegação desse", não seria, "com delegação daquele". Diante da manifestação, eu, secretária da comissão, anotei o artigo para discussão e adequação com os demais membros da comissão. Não havendo mais manifestação, Dr. Filipe, encerrou a última audiência pública de apresentação do texto proposta do novo Código Tributário do Município da Lapa. Neste momento, foram colhidas as assinaturas dos participantes, na lista de presença, anexa. E, nada mais sendo acrescentado, eu Cláudia

Andrea Kugeratski Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim e pelos demais membros da comissão devidamente assinada.

Filipe Augusto Piazza
Relator

Marco Antonio Camenar
Membro

Cláudia Andrea K. Carneiro
Secretaria

Altair Euko
Suplente

Cláudia Andrea K. Carneiro
Diretora do Departamento de
Fiscalização Tributária
Decreto nº 1.321 de 02/10/09



FILIPES AUGUSTO PIAZZA
OAB/PR nº 41.958
Procurador Fiscal do
Município de Lapa/PR

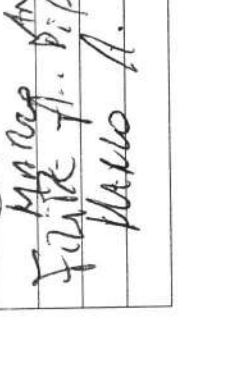
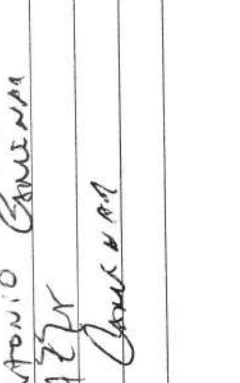
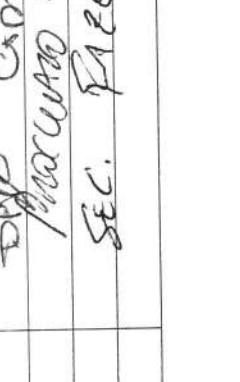
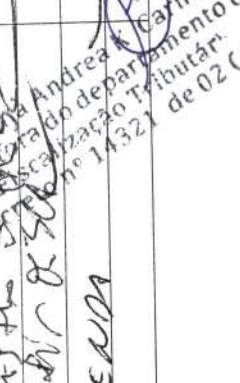


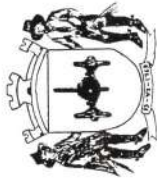
MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA DO NOVO
CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – LAPA-PR

Lista de Presença
13/07/2011

Nome	Instituição/Empresa	Assinatura
Adriano Moraes	SEC. AGRI. MEIO AMBIENT	
Adilson J. D. Portes	SEC. DE COMUNICAÇÃO	
BINDEIR		
Claudia Andrea K. Lomazzo	SEC. FAZENDA	
Ednel Algodina	Desenvolvimento Econômico	
Gilson Lenniani De Lima	ESPORTE e Lazer	
Vilmar Góes Pires	CRIMINAL	
FEL. DE P. SOARES	M.P.	
Paulo C. F. F. R. I. A. T. I.	PREFETURA	
João Manoel L. A. P. O. L. O. S.	PRIS. DA CÂMARA	
Edley W. P. O. L. O. S.	Secretaria de Urbanização	
Alcides M. M. S. K.	A. T. R. A. N. S. P. O. R. T. E.	
Luiz E. L. M. S. K.		
Geovani P. M. S. K.	PRIS. DA CÂMARA	
MAUR. ANTONIO CAMERON	D. P. O. S. C. A. M. A. R. A.	
FABR. J. P. A. R. E. S.	PRIS. DA CÂMARA	
Walter A. J. A. M. O. S.	SEC. FAZENDA	





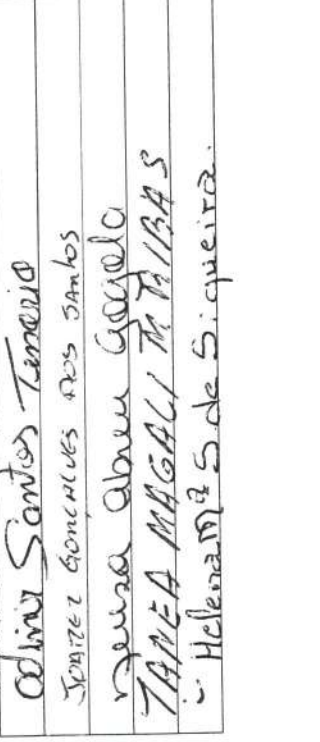
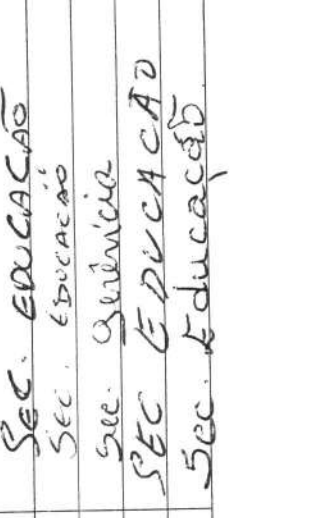
MUNICÍPIO DA LAPARÁ

ESTADO DO PARANÁ

5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TEXTO-PROPOSTA DO NOVO
CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – LAPA-PR

Lista de Presença
13/07/2011

Nome	Instituição/Empresa	Assinatura
Denise S. de Siqueira	Secretaria de Cultura e	Denise S. de Siqueira
Ademara Pastres	COM LAPA	Ademara Pastres
ANTONIO CASTILHO	SOC. FAZENDA	Antonio Munda
ARILDO J. HAMERSCHMIDT	SAMA	Arildo J. Hamerschmidt
LEANDRO BAGOLO	DEPTO INFORMÁTICA	Leandro Bago
Roberto Munda	SCTA. FAZENDA / FISCALIZAÇÃO	Roberto Munda
Henrique Gueiros Pereira	Sec. Fazenda / Fiscalização	Henrique Gueiros Pereira
Zildes M. de Lacerda	Sec. Educação	Zildes M. de Lacerda
Carilola C. Nodding	Sec. Educação	Carilola C. Nodding
Odair Trigo de Saldade	Sec. Comunicação	Odair Trigo de Saldade
Giseli Felizardo Parana	Secretaria da Fazenda	Giseli Felizardo Parana
João Vidal Baggio Neto	ACIA	João Vidal Baggio Neto
VERA P. WILLE	SEC. EDUCAÇÃO	Vera P. Wille
Admir Santos Tenorio	SEC. EDUCAÇÃO	Admir Santos Tenorio
Temeriz Gonçalves dos Santos	SEC. EDUCAÇÃO	Temeriz Gonçalves dos Santos
Renata Abreu Gaiola	Sec. Serviços	Renata Abreu Gaiola
TANEA MAGALI TRIBAS	SEC. EDUCAÇÃO	Tanea Magali Tribas
Helena M. S. de Siqueira	SEC. EDUCAÇÃO	Helena M. S. de Siqueira





MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 008/2011

Lapa, 13 de Setembro de 2011

Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

DA: Comissão de Estudos para Implantação do Texto-Proposta do Novo Código Tributário do Município

PARA: Sr. Prefeito Municipal

FILIPES A. S. PIAZZA
OAB/PR nº 41.958
Procurador Fiscal do
Município de Lapa/PR


Edson Carlos Pereira de Sá
Advogado
OAB/PR 8225

Secretaria de Planejamento e
Fiscalização Tributária
Decreto nº 14321 de 02/11/00

Servimo-nos do presente para encaminhar a V. S^a. o texto-proposta do Novo Código Tributário Municipal.

Informamo-lo também, que as leis extravagantes referentes aos tributos municipais estão sendo objeto de estudos e formatação suplementares e serão entregues na sequência.

Atenciosamente,


Claudia Andrea K. Carneiro
Secretária da Comissão


Edson Carlos Pereira de Sá
Presidente da Comissão

**ILMO. SR.
PAULO FURIATI
PREFEITO MUNICIPAL
LAPA-PR**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2011

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 16/11/2011.
Apresentado em Expediente do Dia / /

À COMISSÃO DE

Legislação, Justiça e Redação, em 17/11/2011.

JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Presidente da Câmara Municipal da Lapa

RECEBIMENTO PELA COMISSÃO

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação**, no uso de suas prerrogativas regimentais RECEBE nesta data a proposição acima citada ciente de que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para que designe relator conforme contido no § 2º do Artigo 56 do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

LAPA em ____/____/2011

ACYR HOFFMANN
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PRESIDENTE – ACYR HOFFMANN
CARLOS ALBERTO HAMMERSCHMIDT
JOSÉ FRANCISCO HOFFMANN

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2011

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 16/11/2011.
Apresentado em Expediente do Dia / /

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação**, em conformidade com o que determina o Artigo 20, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, designa o Vereador _____, para compor a referida Comissão, na tramitação do anteprojeto de Lei nº ____/2011, em substituição ao autor do mesmo.

Designo para relatar sobre a matéria o Vereador

Carlinhos

Em ____/____/2011

[Assinatura]

ACYR HOFFMANN

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

RECEBIMENTO DO RELATOR

Recebi o projeto em 29/11/2011

[Assinatura]

Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PRESIDENTE – ACYR HOFFMANN
CARLOS ALBERTO HAMMERSCHMIDT
JOSÉ FRANCISCO HOFFMANN

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2011


Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 16/11/2011.
Apresentado em Expediente do Dia / /

À COMISSÃO DE


Economia, Finanças e Orçamento, em 17/11/2011.


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Presidente da Câmara Municipal da Lapa

RECEBIMENTO PELA COMISSÃO

O Presidente da Comissão de **Economia, Finanças e Orçamento**, no uso de suas prerrogativas regimentais RECEBE nesta data a proposição acima citada ciente de que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para que designe relator conforme contido no § 2º do Artigo 56 do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

LAPA em 18/11/2011


WILMAR JOSÉ HORNING
Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRESIDENTE – WILMAR JOSÉ HORNING
CASTURINA COLTZ BOSCH HENDRXX
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2011

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 16/11/2011.

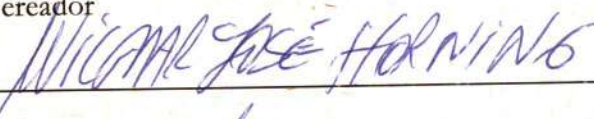
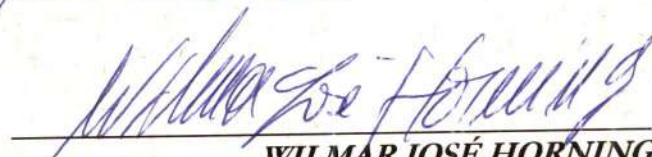
Apresentado em Expediente do Dia / /

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO

O Presidente da Comissão de **Economia, Finanças e Orçamento** em conformidade com o que determina o Artigo 20, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, designa o Vereador _____, para compor a referida Comissão, na tramitação do anteprojeto de Lei nº ____/2011, em substituição ao autor do mesmo.


Designo para relatar sobre a matéria o Vereador

Em 18/11/2011



WILMAR JOSÉ HORNING
Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento

RECEBIMENTO DO RELATOR

Recebi o projeto em 18/11/2011


Relator

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRESIDENTE – WILMAR JOSÉ HORNING
CASTURINA COLTZ BOSCH HENDRIX
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO

PARECER

Projeto de Lei Complementar nº 01/2011.

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

Trata-se da instituição no Município do Novo Código Tributário do Município, sendo que pela justificativa apresentada e anexada ao Projeto de Lei Complementar, o autor demonstra que o mesmo "tornou-se medida de extrema necessidade e urgência. O atual CTM em vigor no Município está adstrito/adaptado ao comando institucional da Carta Política de 1967, sendo que, resumidamente o que pretende é atualizar o Código Tributário".

Pelos documentos anexados, comprova-se que foi constituída uma Comissão de Estudos sobre o Código Tributário, sendo que a mesma fez um trabalho que desenvolveu-se em três etapas:

A primeira foi constituída de estudos e pesquisas na elaboração de um texto técnico jurídico, condizente com a realidade sócio-econômica e histórica do município da Lapa.

A segunda, concluídos os referidos estudos/pesquisas e debates na Comissão de Estudos, foi submetê-lo ao crivo e observações dos órgãos técnicos e hierarquia interna: Gabinete, Secretaria da Fazenda, Departamentos de Arrecadação, Tributação, Controladoria Interna, Procuradoria Fiscal e Procuradoria Geral.

A terceira, com a redação completa do texto-proposta foi a convocação de audiências públicas observando-se o comando Constitucional brasileiro, expedindo-se convites a segmentos da sociedade politicamente organizada: Câmara Municipal, Ministério Público, Judiciário, Associação Comercial e Industrial – ACIAL, Associação de Contabilistas, OAB-subseção da Lapa e comunidade em geral, para debater/discutir/sugerir/ estudar o conteúdo proposto.

Foram realizadas cinco audiências públicas, de cujos debates resultou o texto-base apresentado para a apreciação desse Poder Legislativo.

Em análise ao Projeto, o mesmo primeiramente diz quais são os Tributos Municipais, sendo estes o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana; o Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, assim como, a Cessão de Direitos para a sua Aquisição; o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; a Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas; e as taxas, especificadas nesta Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município, sendo que é de competência do Município estabelecer os preços dos Impostos e Taxas.

Diz o Projeto que é Vedado ao Município exigir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça; instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos; utilização do tributo com efeito de confisco; instituir imposto sobre: patrimônio, renda ou serviços relativos a outras esferas governamentais; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social (sem fins lucrativos) atendidos os requisitos da Lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão; e estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

A Lei estabelece as normas dos Imposto e taxas municipais, constituindo-se estes em Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, IPTU, Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis, Taxas Pelo Exercício de Poder de Polícia e Contribuição de Melhoria, sendo que tais assuntos também serão tratados por Leis Específicas.

Pelo Projeto, tem-se que a expressão "Legislação Tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações a eles pertinentes.



A Lei fala sobre a definição de crédito tributário, seu lançamento e suas modalidades, sua forma de parcelamento em até 36 (trinta e seis) vezes, a suspensão dos créditos tributários, a compensação e transação, da consignação em pagamento, da remissão, da prescrição e decadência e demais formas de extinção dos créditos tributários, exclusão dos créditos tributários e as infrações e penalidades.

Sobre o tema, nossa Constituição diz que;

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:



I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

Nossa Lei Orgânica diz que;

Art. 6º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual, no que lhe

couber;



III - instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, com a obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancete nos prazos fixados em lei;

Art. 53 - São objetos de leis complementares as seguintes matérias:

I - Código Tributário Municipal;

Art. 104 - O Município poderá instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º - Os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultada à administração tributária, especialmente para conferir efetivamente a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo próprio dos impostos.

Art. 105 - Ao Município compete instituir imposto sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV - serviços de qualquer natureza, a serem definidos em lei complementar federal, exceto os de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

§ 1º - O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

§ 2º - Em relação aos impostos previstos no incisos III e IV, o Município observará as alíquotas máximas fixadas por lei complementar federal.

Art. 106 - O Imposto Predial e Territorial Urbano, pode ser progressivo na forma da lei, para garantir o cumprimento da função social de propriedade, como dispõe o artigo 182 da Constituição Federal.

Art. 107 - A lei municipal estabelecerá medidas para que os contribuintes sejam esclarecidos sobre os tributos municipais.

Art. 108 - O Município poderá celebrar convênio com a União e o Estado para dispor sobre matéria tributária.

Art. 109 - A contribuição de melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas municipais.

Diante do exposto, tem-se que o presente Projeto atende as normas pertinentes à matéria, podendo o mesmo ter o seu regular prosseguimento com a deliberação pelo Douto Plenário.

É o parecer. SMJ.

Poder Legislativo Municipal em 13 de dezembro de 2011.

Jonathan Dittrich Junior

OAB/Pr 37.437

PARECER

Projeto de Lei Complementar nº 01/2011.

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 01/2011, de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto a instituição no Município do Novo Código Tributário do Município.

À título de justificativa, o autor do presente justifica que o presente Projeto "tornou-se medida de extrema necessidade e urgência. O atual CTM em vigor no Município está adstrito/adaptado ao comando institucional da Carta Política de 1967. Com o advento da Constituição de 1988 e em face da abertura política havida uma nova e avançada legislação tributária se fazia necessária para o país.

Considerando esse pacto federativo e a existência de um Código Tributário com mais de trinta anos em vigor no município da Lapa, a atual administração (2009-2012) propõe, através deste texto-base, a criação de um novo Código Tributário Municipal. Em razão da urgência para se aplicar a legislação tributária nacional à realidade do município, o prefeito Paulo Cesar Fiates Furiati, através do Decreto Municipal n.º 16.160 de 14/09/2010, criou a Comissão de Estudos para a implantação/formatação do projeto do novo CTM do Município da Lapa.

O trabalho da Comissão de Estudos desenvolveu-se em três etapas:

A primeira foi constituída de estudos e pesquisas na elaboração de um texto técnico jurídico, condizente com a realidade sócio-econômica e histórica do município da Lapa.

A segunda, concluídos os referidos estudos/pesquisas e debates na Comissão de Estudos, foi submetê-lo ao crivo e observações dos órgãos técnicos e hierarquia interna: Gabinete, Secretaria da Fazenda, Departamentos de Arrecadação, Tributação, Controladoria Interna, Procuradoria Fiscal e Procuradoria Geral.

A terceira, com a redação completa do texto-proposta foi a convocação de audiências públicas observando-se o comando Constitucional brasileiro, expedindo-se convites a segmentos da sociedade politicamente organizada: Câmara Municipal, Ministério Público, Judiciário, Associação Comercial e Industrial – ACIAL, Associação de Contabilistas, OAB-subseção da Lapa e comunidade em geral, para debater/discutir/sugerir/ estudar o conteúdo proposto.

Foram realizadas cinco audiências públicas, de cujos debates resultou o texto-base aqui apresentado para a apreciação desse Poder Legislativo.

Além de toda a publicidade formal convocatória da sociedade organizada e das audiências públicas realizadas e documentadas/registradas nos anais do município, o texto ficou à disposição no site oficial da Prefeitura Municipal da Lapa, para receber propostas/sugestões. Disso resultou um texto-proposta moderno, flexível, embasado em princípios técnico-jurídicos à luz da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional em vigor. Como avanço”



criou-se a possibilidade de se instituir como apêndice e adjetivamente se acoplar ao futuro texto-base substantivo, toda a legislação suplementar/extravagante que irá regulamentar os tributos a serem criados/regulamentados posteriormente.

Que, o Projeto diz que são Tributos Municipais

- I - o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- II - o Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, assim como, a Cessão de Direitos para a sua Aquisição;
- III - o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IV - a Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas;
- V - as taxas, especificadas nesta Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município.

Que, é de competência do Município estabelecer os preços dos Impostos e Taxas.

Diz o Projeto que é Vedado ao Município, instituir impostos;

I - exigir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - utilização do tributo com efeito de confisco;

IV - instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços relativos a outras esferas governamentais;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social (sem fins lucrativos) atendidos os requisitos da Lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

V - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

A Lei estabelece as normas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, IPTU, Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis, Taxas Pelo Exercício de Poder de Polícia e Contribuição de Melhoria, sendo que tais assuntos também serão tratados por Leis Específicas.

Diz o artigo 32 e 33 do Projeto que;

Art. 32 - A expressão "Legislação Tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações a eles pertinentes.

Art. 33 - Respeitadas as disposições previstas nesse Código, somente lei complementar municipal poderá vir a estabelecer novas condições referentes:

- I - à instituição de tributos e sua extinção;
- II - à majoração de tributos ou sua redução;
- III - à definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;
- IV - à fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo;
- V - à cominação de penalidades para as ações ou omissões aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- VI - às hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, de dispensa ou de redução de penalidades;

§ 1º - Não constitui majoração de tributo, para efeitos do inciso II deste artigo, a atualização do valor da respectiva base de cálculo.

§ 2º - A atualização a que se refere o parágrafo anterior será feita anualmente por Decreto do Executivo.

Art. 34 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais do direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a equidade.

§ 1º - O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em Lei.

§ 2º - O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.


Sobre a incidência dos impostos e tributos, o Projeto estabelece que nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início desse exercício, respeitado o inciso III, alínea b do artigo 150 da Constituição Federal e entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, a lei ou o dispositivo de lei que definam novas hipóteses de incidência e extingam ou reduzam isenções, salvo se dispuserem de maneira mais favorável ao contribuinte.

Estabelece ainda as obrigações principais e acessórias, definindo-as, dizendo quem são os sujeitos ativos e passivos, qual o seu domicílio e os casos de solidariedade.


Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente, razão pela qual esta Comissão é **favorável** ao mesmo.

É o parecer.

Poder Legislativo Municipal em 13 de dezembro de 2011.


Carlos Alberto Hammerschmidt

Relator


Acyr Hoffmann

Presidente

José Francisco Hoffmann

Membro

PARECER

Projeto de Lei Complementar nº 01/2011.

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de Lei Complementar nº 01/2011, de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto a instituição no Município do Novo Código Tributário do Município.

À título de justificativa, o autor do presente justifica que o presente Projeto "tornou-se medida de extrema necessidade e urgência. O atual CTM em vigor no Município está adstrito/adaptado ao comando institucional da Carta Política de 1967, sendo que, resumidamente o que pretende é atualizar o Código Tributário.

Foi constituída uma Comissão de Estudos sobre o Código Tributário, sendo que a mesma fez um trabalho que desenvolveu-se em três etapas:

A primeira foi constituída de estudos e pesquisas na elaboração de um texto técnico jurídico, condizente com a realidade sócio-econômica e histórica do município da Lapa.

A segunda, concluídos os referidos estudos/pesquisas e debates na Comissão de Estudos, foi submetê-lo ao crivo e observações dos órgãos técnicos e hierarquia interna: Gabinete, Secretaria da Fazenda, Departamentos de Arrecadação, Tributação, Controladoria Interna, Procuradoria Fiscal e Procuradoria Geral.

A terceira, com a redação completa do texto-proposta foi a convocação de audiências públicas observando-se o comando Constitucional brasileiro, expedindo-se convites a segmentos da sociedade politicamente organizada: Câmara Municipal, Ministério Público, Judiciário, Associação Comercial e Industrial – ACIAL, Associação de Contabilistas, OAB-subseção da Lapa e comunidade em geral, para debater/discutir/sugerir/ estudar o conteúdo proposto.

Foram realizadas cinco audiências públicas, de cujos debates resultou o texto-base aqui apresentado para a apreciação desse Poder Legislativo.

Que, o Projeto diz que são Tributos Municipais

I - o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - o Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, assim como, a Cessão de Direitos para a sua Aquisição;

III - o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

IV - a Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas;

V - as taxas, especificadas nesta Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município.

Que, é de competência do Município estabelecer os preços dos Impostos e Taxas.

Diz o Projeto que é Vedado ao Município, instituir impostos;

I - exigir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - utilização do tributo com efeito de confisco;

IV - instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços relativos a outras esferas governamentais;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social (sem fins lucrativos) atendidos os requisitos da Lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

V - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.



A Lei estabelece as normas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, IPTU, Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis, Taxas Pelo Exercício de Poder de Polícia e Contribuição de Melhoria, sendo que tais assuntos também serão tratados por Leis Específicas.

Diz o artigo 32 e 33 do Projeto que;

Art. 32 - A expressão "Legislação Tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações a eles pertinentes.

Art. 33 - Respeitadas as disposições previstas nesse Código, somente lei complementar municipal poderá vir a estabelecer novas condições referentes:

- I - à instituição de tributos e sua extinção;
- II - à majoração de tributos ou sua redução;
- III - à definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;
- IV - à fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo;
- V - à cominação de penalidades para as ações ou omissões aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- VI - às hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, de dispensa ou de redução de penalidades;

§ 1º - Não constitui majoração de tributo, para efeitos do inciso II deste artigo, a atualização do valor da respectiva base de cálculo.

§ 2º - A atualização a que se refere o parágrafo anterior será feita anualmente por Decreto do Executivo.

Art. 34 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais do direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a equidade.

§ 1º - O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em Lei.

§ 2º - O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

Sobre a incidência dos impostos e tributos, o Projeto estabelece que nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início desse exercício, respeitado o inciso III, alínea b do artigo 150 da Constituição Federal e entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, a lei ou o dispositivo de lei que definam novas hipóteses de incidência e extingam ou reduzam isenções, salvo se dispuserem de maneira mais favorável ao contribuinte.

Estabelece ainda as obrigações principais e acessórias, definindo-as, dizendo quem são os sujeitos ativos e passivos, qual o seu domicílio e os casos de solidariedade.

A Lei fala sobre a definição de crédito tributário, seu lançamento e suas modalidades, sua forma de parcelamento em até 36 (trinta e seis) vezes, a suspensão dos créditos tributários, a compensação e transação, da consignação em pagamento, da remissão, da prescrição e decadência e demais formas de extinção dos créditos tributários, exclusão dos créditos tributários e as infrações e penalidades.

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas econômicas, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente, razão pela qual esta Comissão é **favorável** ao mesmo.

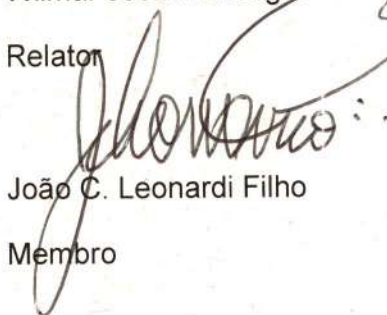
É o parecer.

Poder Legislativo Municipal em 13 de dezembro de 2011.




Wilmar José Horning

Relator



João C. Leonardi Filho

Membro



Casturina Coltz Bosch Hendrikx

Membro

PROJETO DE LEI Nº 146/2011

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, A P R O V A:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo Único SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 1º - Sem prejuízo das normas legais, supletivas e das disposições regulamentares, com fundamento na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, esta Lei dispõe sobre o Sistema Tributário do Município, regulando toda a matéria tributária de competência municipal.

Art. 2º - São Tributos Municipais:

- I - o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- II - o Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, assim como, a Cessão de Direitos para a sua Aquisição;
- III - o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IV - a Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas;
- V - as taxas, especificadas nesta Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município.

Art. 3º - Compete ao Executivo fixar e reajustar periodicamente os preços destinados a remunerar a utilização de bens e serviços públicos. Também, os relativos ao custeio de despesas com a prática de atos administrativos do interesse dos que os requererem, tais como: o fornecimento de cópias de documentos, a expedição de certidões e alvarás, a realização de vistorias e outros atos congêneres, ressalvado-se o direito assegurado no inciso XXXIV, artigo 5º da Constituição Federal.

TÍTULO II COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 4º - A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º - A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que a conferir.

Capítulo Único
LIMITAÇÃO DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 5º - É vedado ao Município:

- I - exigir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça;
- II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- III - utilização do tributo com efeito de confisco;
- IV - instituir imposto sobre:
 - a) patrimônio, renda ou serviços relativos a outras esferas governamentais;
 - b) templos de qualquer culto;
 - c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social (sem fins lucrativos) atendidos os requisitos da Lei;
 - d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;
- V - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 1º - A vedação do inciso IV, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso IV, alínea "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou nos em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso IV, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º - O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 5º - O disposto na alínea "c" do inciso IV é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

- I - não distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, que possa representar rendimento, ganho ou lucro para os respectivos beneficiários;
- II - aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem sua exatidão.

§ 6º - Na falta de cumprimento do disposto nos parágrafos 1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente poderá suspender a aplicação do benefício.

TÍTULO III **IMPOSTOS**

Capítulo I **IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

Seção I **Fato Gerador**

Art. 6º - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) tem como fato gerador a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo e, especialmente, a de serviço constante em tabela de Lei Específica Municipal.

§ 1º - A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade em Lei Específica, comporta interpretação ampla e analógica na sua horizontalidade.

§ 2º - A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não expressamente referidas, não criando direito novo, mas apenas completando o alcance do direito existente.

§ 3º - Os serviços especificados em Lei Específica ficam sujeitos ao Imposto, ainda que a respectiva prestação de serviço envolva o fornecimento de mercadorias.

Art. 7º - Considera-se ocorrido o fato gerador para os efeitos desta Lei:

I - quando a base de cálculo for o preço do serviço, o momento da prestação, independente do seu resultado;

II - quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou por sociedade nas condições da Lei Específica Municipal, respeitadas as alíneas abaixo:

- a) ao primeiro dia seguinte àquele em que tiver início a atividade;
- b) no primeiro dia de cada ano, nos exercícios subsequentes, desde que continuada a prestação de serviços.

Seção II **Incidência**

Art. 8º - A incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), independe:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III - do resultado financeiro obtido.

Art. 9º - O imposto é devido no Município da Lapa, salvo hipóteses elencadas em legislação complementar, conforme disposição constitucional do artigo 156.

Seção III **Sujeito Passivo**

Art. 10 - Contribuinte é o prestador do serviço.

Parágrafo Único - Não são contribuintes os que prestem serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades.

Seção IV **Das Disposições em Lei Específica**

Art. 11 - Ficarão regidos por Lei Específica Municipal os demais dispositivos que versam sobre o ISSQN como os casos de retenção na fonte, da Base de Cálculo, do arrendamento mercantil ou "Leasing", das Instituições Financeiras, da Inscrição do Contribuinte, da Alíquota, do Lançamento, da Arrecadação, das Penalidades e das Isenções.

Capítulo II **IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO**

Seção I **Fato Gerador**

Art. 12 - O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado em zona urbana do Município.

Parágrafo Único - O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada ano.

Art. 13 - A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 14 - Para os efeitos deste Imposto entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Município da Lapa:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotos sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º - A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos deste artigo.

§ 2º - A lei municipal pode considerar urbana a área que, localizada fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizada como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Parágrafo Único - O Imposto não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, independentemente de sua área, conforme lei específica.

Art. 15 - Os bens imóveis, para os efeitos deste Imposto, serão classificados como terrenos ou prédios.

§ 1º - Considera-se terreno o bem imóvel:

I - sem edificação;

II - em que houver construção paralisada ou em andamento, bem como aquelas em ruínas, em demolição, condenadas ou interditadas;

III - cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV - os imóveis em que houver edificação considerada inadequada, a critério da Administração, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma;

V - os imóveis que contenham edificações de valor não superior à vigésima parte do valor do terreno, localizados em áreas definidas pelo Executivo;

VI - os imóveis destinados a estacionamento de veículos e depósitos de materiais, desde que a construção seja desprovida de edificação específica.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Seção II **Sujeito Passivo**

Art. 16 - Contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel.

§ 1º - Conhecidos o proprietário ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este: dentre àqueles, tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 2º - Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil, devido ao fato de o mesmo ser imune, estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.



§ 3º - O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeitos passivos na obrigação tributária.

Art. 17 - A incidência e a cobrança do Imposto independem da legitimidade do título de aquisição ou da posse do bem imóvel, do resultado econômico da sua exploração ou do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas a ele relativas.

Seção III **Das Disposições em Lei Específica**

Art. 18 - Ficarão regidos por Lei Específica Municipal os demais dispositivos que versam sobre o IPTU, da Base de Cálculo, da Inscrição do Contribuinte, do Lançamento, da Alíquota, da Arrecadação, das Penalidades, das Isenções e da instituição do IPTU progressivo no tempo.

Capítulo III **IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS**

Seção I **Das Disposições Gerais**

Art. 19 - O imposto, de competência dos Municípios, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador:

- I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;
- II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

Parágrafo único. Nas transmissões “causa mortis”, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários.

Art. 20 - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo anterior:

- I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;
- II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 21 - O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.



§ 1º - Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º - Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º - O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 22 - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Art. 23 - O imposto compete a situação do imóvel transmitido, ou sobre que versarem os direitos cedidos, mesmo que a mutação patrimonial decorra de sucessão aberta no estrangeiro.

Art. 24 - Contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei.

Seção II

Das Disposições em Lei Específica

Art. 25 - Ficarão regidos por Lei Específica Municipal os demais dispositivos que versam sobre o Imposto da Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), como os casos de Incidência, da Base de Cálculo, da Inscrição do Contribuinte, da Alíquota, do Lançamento, da Arrecadação, das Penalidades e das Isenções.

TÍTULO IV

TAXAS

Capítulo I

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Seção I

Fato Gerador

Art. 26 - As Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia cobradas pelo Município de Lapa têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.



§ 1º - Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

§ 2º - Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei, aplicável com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio do poder.

Seção II **Base Imponível**

Art. 27 - Base imponível das Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia é o valor estimado das atividades administrativas tendentes à realização do fato imponível.

Art. 28 - O Poder Executivo fixará em ato administrativo a unidade de valor estimado para as atividades tendentes à realização do fato imponível de cada taxa.

Art. 29 - A fixação da unidade de valor levará em conta, para cada taxa, a complexidade dos trabalhos especializados e outros dados relevantes à realização dos fatos imponíveis.

Capítulo II **TAXAS DE SERVIÇOS**

Art. 30 - Ficarão regidas por leis específicas municipais, as taxas de utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, cujas leis disciplinarão os casos de incidência, da base de cálculo, da inscrição do contribuinte, da alíquota, do lançamento, da arrecadação, das penalidades e das isenções.

TÍTULO V **CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

Art. 31 - Ficará regida por lei específica municipal, a contribuição de melhoria, cuja lei disciplinará os casos de incidência, da base de cálculo, da inscrição do contribuinte, da alíquota, do lançamento, da arrecadação, das penalidades e das isenções.

TÍTULO VI
DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

Capítulo I
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32 - A expressão "Legislação Tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações a eles pertinentes.

Art. 33 - Respeitadas as disposições previstas nesse Código, somente lei complementar municipal poderá vir a estabelecer novas condições referentes:

- I - à instituição de tributos e sua extinção;
- II - à majoração de tributos ou sua redução;
- III - à definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;
- IV - à fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo;
- V - à cominação de penalidades para as ações ou omissões aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- VI - às hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, de dispensa ou de redução de penalidades.

§ 1º - Não constitui majoração de tributo, para efeitos do inciso II deste artigo, a atualização do valor da respectiva base de cálculo.

§ 2º - A atualização a que se refere o parágrafo anterior será feita anualmente por Decreto do Executivo.

Art. 34 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais do direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a equidade.

§ 1º - O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em Lei.

§ 2º - O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

Art. 35 - O Executivo regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município, observando:

- I - as normas constitucionais vigentes;
- II - as normas gerais de direito tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional e legislação federal posterior;
- III - as disposições deste Código e das leis municipais a ele subsequentes.

Art. 36 - São normas complementares das leis e decretos:

- I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa que a lei atribua eficácia normativa;
- III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- IV - os convênios celebrados entre o Município, a União e o Estado.

Art. 37 - Nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início desse exercício, respeitado o inciso III, alínea b do artigo 150 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, a lei ou o dispositivo de lei que:

- I - definam novas hipóteses de incidência;
- II - extingam ou reduzam isenções, salvo se dispuserem de maneira mais favorável ao contribuinte.

Capítulo II **DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 38 - A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

- I - obrigação tributária principal;
- II - obrigação tributária acessória.

§ 1º - Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º - Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática ou abstenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º - A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

Seção I **Do Fato Gerador**

Art. 39 - Fato gerador da obrigação tributária principal é o da situação definida neste Código e em Lei Complementar Extravagante, como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 40 - Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Seção II
Do Sujeito Ativo

Art. 41 - O Município da Lapa é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subseqüentes.

Seção III
Do Sujeito Passivo

Art. 42 - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

- I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- II - responsável quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em Lei.

Art. 43 - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

Art. 44 - O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º - A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei.

§ 2º - Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 30 (trinta) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar:

- I - da data da ciência aposta no auto;
- II - da data do recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida contar-se-á este após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;
- III - da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

Seção IV
Da Capacidade Tributária

Art. 45 - A capacidade tributária passiva independe:

- I - da capacidade civil das pessoas naturais;
- II - de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens e negócios;
- III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Seção V
Do Domicílio Tributário

Art. 46 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável de domicílio tributário para os fins desta lei, considera-se como tal:

- I - quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;
- II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;
- III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§ 1º - Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§ 2º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

§ 3º - Os contribuintes deverão comunicar à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob as penalidades da Lei específica.

§ 4º - O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.

Seção VI
Da Solidariedade

Art. 47 - São solidariamente obrigadas:

- I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;
- II - as pessoas expressamente designadas por lei;
- III - todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

§ 1º - A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§ 2º - A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários até a extinção do crédito fiscal.

Art. 48 - Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

- I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
- II - a isenção de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

Capítulo III
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 49 - Sem prejuízo do disposto neste capítulo a lei pode atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este, em caráter supletivo, o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Seção II
Da Responsabilidade dos Sucessores

Art. 50 - O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 51 - Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, assim como os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Único - No caso de arrematação em hasta pública a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 52 - São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente ou o remitente pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
- II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
- III - o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Art. 53 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

Art. 54 - A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

- I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
- II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Seção III **Da Responsabilidade de Terceiros**

Art. 55 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II - os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;
- III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;
- VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas;
- VIII - os procuradores, mandatários e herdeiros presumíveis respeitadas as normas limitadoras do Código Civil.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 56 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I - as pessoas referidas no artigo anterior;
- II - os mandatários, prepostos e empregados;
- III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Seção IV **Da Responsabilidade por Infrações**

Art. 57 - Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo Único - A responsabilidade por infrações desta lei independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 58 - A denúncia espontânea exclui a aplicação de multa, quando acompanhada do pagamento do tributo e dos juros de mora.

Parágrafo Único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada ou o pagamento do tributo em atraso, após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

TÍTULO VII **DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Capítulo I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Seção I **Da Definição**

Art. 59 - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 60 - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 61 - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 62 - Qualquer anistia que envolva matéria tributária somente poderá ser concedida através de lei específica municipal, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

Seção II **Do Parcelamento do Crédito Tributário**

Art. 63 - Os créditos tributários, lançados ou apurados em ação fiscal, inclusive os decorrentes de denúncia espontânea por parte do Contribuinte inscritos em dívida ativa, a critério da Fazenda Municipal, e respeitadas os acréscimos pecuniários devidos, inclusive futuros, poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais, iguais e consecutivos, desde que cada parcela não seja inferior a 5% do VRM.

Capítulo II **DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Seção I **Do Lançamento**

Art. 64 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único - A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 65 - O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo Único - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 66 - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - recurso de ofício;
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 74.

Art. 67 - Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, através:

- I - da notificação direta;
- II - da afixação de edital no quadro de editais da Sede do Poder Executivo Municipal;
- III - da publicação em pelo menos um dos jornais de circulação regular no Município;
- IV - da publicação no órgão de imprensa oficial do Município;
- V - da remessa do aviso por via postal.

§ 1º - Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.

§ 2º - Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma dos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 3º - A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

§ 4º - A notificação de lançamento conterá:

- I - o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;
- II - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- III - o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;

- IV - o prazo para recebimento ou impugnação;
- V - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
- VI - demais elementos estipulados em regulamento.

§ 5º - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedidas a revisão e a retificação daqueles que contiverem irregularidade ou erro.

Art. 68 - Será sempre de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente nesta Lei.

Art. 69 - Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 70 - É facultado ainda à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou em decorrência de ocorrência de fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

Art. 71 - A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Seção II **Das Modalidades de Lançamento**

Art. 72 - O lançamento é efetuado:

- I - com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;
- II - de ofício, nos casos previstos neste capítulo.

Art. 73 - Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

§ 1º - A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§ 2º - Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 74 - O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

- I - quando a lei assim o determine;
- II - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma desta lei;
- III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo seguinte;
- VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
- VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;
- IX - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;
- X - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da Lei.

Parágrafo Único - A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 75 - O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§ 1º - O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º - Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º - Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§ 4º - O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.



§ 5º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 76 - A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e atualização monetária.

Art. 77 - Nos termos do inciso VI do art. 134 do Código Tributário Nacional, até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da Justiça enviarão à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, conforme lei específica municipal, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.

Parágrafo Único - Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo das penas previstas em lei específica, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos deste artigo.

Capítulo III **DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Seção I **Das Disposições Gerais**

Art. 78 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I - a moratória;
- II - o depósito do seu montante integral;
- III - as reclamações e os recursos nos termos deste Código;
- IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI - o parcelamento.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela consequentes.

Seção II **Da Moratória**

Art. 79 - Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º - A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício desse.

Art. 80 - A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.

Parágrafo Único - A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 81 - A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

- I - o prazo de duração do favor;
- II - as condições da concessão;
- III - os tributos alcançados pela moratória;
- IV - o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;
- V - garantias.

Art. 82 - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

- I - com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;
- II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º - No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º - No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Seção III **Do Depósito**

Art. 83- O contribuinte poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária:

- I - quando preferir o depósito à consignação judicial;
- II - para atribuir efeito suspensivo:
 - a) à consulta formulada na forma deste Código;
 - b) a qualquer ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 84 - A lei municipal poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

- I - como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;
- II - como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;
- III - em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 85 - A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

- I - pelo fisco, nos casos de:
 - a) lançamento direto;
 - b) lançamento por declaração;
 - c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;
 - d) aplicação de penalidades pecuniárias;
- II - pelo próprio contribuinte, nos casos de:
 - a) lançamento por homologação;
 - b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
 - c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;
- III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
- IV - mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Parágrafo único - É facultado ao contribuinte o depósito parcial.

Art. 86 - Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria do Município, ou outro órgão municipal competente para tanto, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 87 - O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

- I - em moeda corrente do país;
- II - por cheque;
- III - em títulos da dívida pública municipal.

Parágrafo Único - O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

Art. 88 - Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.

Parágrafo Único - A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

- I - quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;
- II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Seção IV **Da Cessação do Efeito Suspensivo**

Art. 89 - Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

- I - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- II - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- III - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;
- IV - pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

Capítulo IV **DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Seção I **Das Disposições Gerais**

Art. 90 - Extinguem o crédito tributário:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV - a remissão;
- V - a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;
- VI - a conversão do depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 73 desta Lei;
- VIII - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
- IX - a decisão judicial transitada em julgado;
- X - a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da Lei.

Seção II **Do Pagamento e da Restituição**

Art. 91 - O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheques, dentro dos prazos estabelecidos em lei ou fixados pela Administração.

§ 1º - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§ 2º - O pagamento é efetuado no órgão arrecadador, sob pena de nulidade, ressalvada a cobrança em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo.

§ 3º - O pagamento poderá ser feito por meio eletrônico, conforme lei específica municipal.

Art. 92 - O Poder Executivo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabelecer o regulamento.

Art. 93 - Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo Único - No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 94 - É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 95 - O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

- I - atualização monetária;
- II - multa de mora;
- III - juros de mora;
- IV - multa de infração.

§ 1º - A atualização monetária será calculada de acordo com as leis municipais em vigor que tratam da matéria.

§ 2º - A multa de mora é calculada sobre o valor do principal atualizado à data do seu pagamento, à razão de 2% (dois por cento) sobre o valor mencionado.

§ 3º - Os juros de mora serão calculados à razão de 0,0333% (trezentos e trinta e três décimos de milésimos por cento) ao dia, sobre o montante do débito atualizado, a partir do dia seguinte ao vencimento do tributo.

§ 4º - A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

§ 5º - Entende-se como valor do principal o que corresponde ao débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa de infração.

§ 6º - No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



§ 7º - As disposições deste artigo aplicam-se a quaisquer débitos fiscais anteriores a esta lei, apurados ou não.

Art. 96 - Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito, na forma regulamentar, da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais, até o limite da respectiva importância depositada.

Parágrafo Único - Caso o depósito de que trata este artigo for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

Art. 97 - O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

Art. 98 - O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor, sujeitará este à norma contida no parágrafo único do art. 93 deste Código.

Art. 99 - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:
I - quando parcial, das prestações em que se decompõe;
II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 100 - Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

Art. 101 - A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 102 - O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

- I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação tributária municipal ou de natureza e circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º - O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

§ 2º - Os valores da restituição a que alude o caput deste artigo serão atualizados monetariamente a partir da data do efetivo recolhimento.

Art. 103 - A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.



Art. 104 - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 105 - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:
I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 102, da data da extinção do crédito tributário;
II - na hipótese do inciso III do art. 102, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 106 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 107 - O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada, conforme normas do processo contencioso administrativo, que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 108 - A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Art. 109 - Somente após decisão irrecorrível, favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, ao impugnante as importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal para efeito de discussão.

Seção III **Da Compensação e da Transação**

Art. 110 - A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Municipal, sem antecipação de suas obrigações e nas condições fixadas em regulamento.

§ 1º - É de competência para autorizar a transação o Secretário Municipal da Fazenda, o Procurador Geral e o Chefe do Poder Executivo, em conjunto, mediante fundamentado despacho em processo regular.

§ 2º - Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.

§ 3º - Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.

§ 4º - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Seção IV **Da Consignação e Pagamento**

Art. 111 - Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do tributo, nos casos:

- I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória.
- II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;
- III - de exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito com os acréscimos legais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Seção V **Da Remissão**

Art. 112 - A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I - à situação econômica do sujeito passivo;
- II - ao erro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III - à diminuta importância do crédito tributário;
- IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- V - a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 155 do CTN.

Seção VI **Da Prescrição e da Decadência**

Art. 113 - A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 114 - A prescrição se interrompe:

- I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- II - pelo protesto feito ao devedor;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

- IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;
- V - durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

Art. 115 - O direito da Fazenda Municipal constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único - O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 116 - Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da Lei.

Parágrafo Único - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

Seção VII

Das Demais Formas de Extinção do Crédito Tributário

Art. 117 - Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

- I - declare a irregularidade de sua constituição;
- II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
- IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º - Extinguem crédito tributário:

- a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- b) a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º - Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas no art. 78.

Art. 118 - Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

- I - para garantia de instância, conforme lei municipal específica;
- II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.



Parágrafo Único – Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - a diferença a favor da Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

Capítulo V

DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 119 - Excluem o crédito tributário:

- I - a isenção;
- II - a anistia.

Parágrafo Único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

Seção II

Da Isenção

Art. 120 - A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 121 - Salvo disposição em contrário, a isenção só atingirá os impostos.

Art. 122 - A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

Art. 123 - A isenção pode ser concedida:

- I - em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;
- II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

§ 1º - Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

Seção III **Da Anistia**

Art. 124 - A anistia, assim entendidos o perdão das infrações cometidas e a conseqüente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

- I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;
- II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Lei Federal n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e alterações posteriores;
- III - às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 125 - A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

- I - em caráter geral;
- II - limitadamente:
 - a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
 - b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
 - c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;
 - d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º - Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

Capítulo VI **GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Seção I **Disposições Gerais**

Art. 126 - A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 127 - Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 128 - Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

§ 1º - A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§ 2º - Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido.

Seção II **Preferências**

Art. 129 - O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Parágrafo único. Na falência:

- I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;
- II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho;
- III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Art. 130 - A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo Único - Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontrem em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 181 - Da apreensão lavrar-se-á auto com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 185 deste Código.

Art. 182 - Do auto da apreensão constará à descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarem depositadas e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 183 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando, no processo, cópia do inteiro teor de parte do interessado que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 184 - As coisas apreendidas serão restituídas a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância, será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos até decisão final os espécimes necessários à formação probatória.

Art. 185 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para a liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados à hasta pública ou leilão, afixando-se a comunicação do leilão por edital no mural de editais do Paço Municipal.

§ 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão, e, não havendo interessado, serão os bens doados a uma instituição filantrópica.

§ 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e a multa devidos, será o autuado notificado para no prazo de 5 (cinco) dias receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

Seção III **Auto de Infração**

Art. 186 - Verificando-se infração de dispositivos da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o competente auto de infração pelo Fisco Municipal.

§ 1º - Constitui infração fiscal, toda ação ou omissão que importe em inobservância da Legislação Tributária.

§ 2º - Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

Art. 187 - O Auto de Infração será lavrado por Agente Fiscal Tributário do Município e conterá obrigatoriamente:

I - a qualificação, endereço e a inscrição municipal do atuado e testemunhas, se houver ;

- II - o local, data e hora da lavratura;
- III - a descrição do fato;
- IV - a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;
- V - o valor do crédito tributário, quando devido;
- VI - a assinatura do atuado, seu representante legal ou preposto;
- VII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 20 (vinte) dias;
- VIII - a assinatura do atuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de sua matrícula.

§ 1º - Se o infrator, ou quem o representa, não puder ou negar-se assinar o auto, far-se-á necessário mencionar essa circunstância.

§ 2º - A assinatura do autuado não importa em infração, nem a sua falta ou recusa, em nulidade do auto, ou agravação da penalidade.

§ 3º - As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

Art. 188 - É admissível a apreensão de bens móveis ou mercadorias, livros ou outros documentos, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.

Art. 189 - A apreensão somente se fará lavrando-se Termo de Apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos e a qualificação do depositário, se for o caso, além dos demais requisitos mencionados no artigo 187.

Parágrafo Único - O autuado será intimado da lavratura do Termo de Apreensão, na forma estipulada para o Auto de Infração.

Art. 190 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e após os trâmites legais.

Art. 191 - Da lavratura do Auto de Infração será intimado o autuado:

- I - Pessoalmente, no auto da lavratura, mediante a entrega da copia do Auto da Infração ao próprio autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;
- II - Pôr via postal por meio de aviso de recebimento - AR;
- III - Pôr edital, com prazo de 30 (trinta) dias, quando resultar improficuos os meios referidos nos incisos I e II.

Art. 192 - As intimações subseqüentes à inicial, far-se-ão pessoalmente, por carta ou edital, conforme as circunstâncias.

Art. 193 - Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa e autorização do Diretor de Fiscalização Tributária, em processo regular.

Parágrafo Único - Lavrado o auto, o autuante terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito horas), o qual passa a fluir a partir do primeiro dia útil, para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

Seção IV
Do Processo Contencioso

Art. 194 - Considera-se processo contencioso, todo aquele que versar sobre a aplicação da legislação tributária municipal.

§ 1º. As falhas do processo não constituirão nulidade sempre que existam elementos que permitam supri-las, sem cerceamento do direito de defesa do interessado.

§ 2º. A apresentação de processo à autoridade incompetente não induzirá caducidade ou preempção, devendo a petição ser encaminhada, de ofício, à autoridade competente.

Art. 195 - Os processos contenciosos serão organizados na forma de autos forenses e sob essa forma serão instruídos e julgados, atendidas, principalmente, as seguintes normas:

I - qualquer referência a elementos constantes do processo deverá ser feita com indicação precisa do número da folha em que se encontrem registrados;

II - em caso de referências a elementos constantes de processo anexado ao que estiver em estudo, far-se-á, também, a menção do número do processo em que estiver a folha citada;

III - renumeração e rubrica a tinta, nos casos de reorganização do processo, cancelando-se a paginação anterior e consignando-se expressamente esta providência no processo, com identificação do servidor que efetuar a reorganização;

IV - nas informações ou despachos será observado o seguinte:

a) - clareza, sobriedade, precisão e linguagem isenta de acrimônia ou parcialidade;

b) - concisão na elucidação do assunto;

c) - legibilidade, adotando-se, preferencialmente, o uso da datilografia;

d) - transcrição das disposições legais citadas;

e) - ressalva, ao final, de entrelinhas, emendas e rasuras.

V - O fecho das informações ou despachos conterá:

a) - a denominação do órgão em que tem exercício o funcionário, permitida a abreviatura;

b) - a data;

c) - a assinatura;

d) - o nome do funcionário por extenso e o cargo ou função.

VI - o processo em andamento conterá, após cada ato ou juntada de documento, a declaração da data do ato, recebimento ou encaminhamento, feita pelo funcionário que praticou o ato, ou que recebeu e encaminhou o documento.

Art. 196 - Os processos com a nota "URGÊNCIA" terão preferência sobre todos os demais, de forma que sua instrução e julgamento se faça com a maior brevidade possível.

Parágrafo único - A nota de "urgência" será aposta na capa do processo, à direita, no alto, e só será considerada se rubricada pelo Procurador Fiscal ou pelo Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, se for o caso.

Art. 197 - Formam o processo contencioso:

- I – as contestações;
- II – as impugnações;
- III – os recursos;
- IV – as consultas;
- V – os pedidos de reconsiderações.

Art. 198 - O processo contencioso se constituirá, obrigatoriamente, na repartição do domicílio tributário do seu autor.

Parágrafo único - Serão canceladas do processo, por qualquer funcionário que participar de sua instrução, as expressões por ele consideradas descortesias ou injuriosas.

Sub-seção I **Da impugnação**

Art. 199 - O sujeito passivo da obrigação tributária poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração, ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, alegando de uma só vez toda matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios, das razões apresentadas.

§ 1º - A impugnação da exigência fiscal mencionará obrigatoriamente:

- I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II - a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para a notificação;
- III - os dados do imóvel, ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;
- IV - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- V - as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
- VI - o objetivo visado.

§ 2º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

§ 3º - A autoridade administrativa determinará, de ofício ou requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe o prazo e indeferirá as considerações as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

§ 4º - Se a diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor impugnado, será reaberto prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.

§ 5º - Preparado o processo para decisão, encerrada a instrução, a autoridade administrativa prolatará parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando a procedência ou improcedência da impugnação.

Art. 200 - É vedado ao contribuinte reunir, numa única petição, impugnação contra mais de um lançamento ou Auto de Infração, exceto quando se tratar de fatos conexos, sujeitos às mesmas provas, ou se os créditos tributários tiverem sido exigidos num só procedimento fiscal ou Auto de Infração, nos termos do que faculta o artigo 101.

Art. 201 - Não cabe impugnação contra lançamento referente a créditos tributários registrados nos livros fiscais próprios do sujeito passivo, ressalvadas as hipóteses de:

I - depósito prévio, em dinheiro, de seu montante integral;

II - apresentação, juntamente com a petição, do documento de arrecadação relativo ao tributo exigido na Notificação Fiscal.

Art. 202 - As impugnações terão efeito suspensivo quanto houver pagamento ou depósito prévio.

Art. 203 - O impugnador será notificado do despacho, mediante assinatura no próprio processo ou, na ordem, pelas formas previstas nos incisos II e III do art. 191.

Art. 204 - Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização, a partir da data dos respectivos vencimentos, salvo quando houver pagamento ou depósito prévio.

Art. 205 - É autoridade administrativa para decisão o Procurador Fiscal do Município ou a autoridade fiscal delegada.

§ 1º - Das decisões de primeira instância contrárias, no todo ou em parte à Fazenda Municipal, ou que acarretem ou possam acarretar grave prejuízo ao Município, em função da natureza ou objeto da decisão, a autoridade administrativa recorrerá de ofício obrigatoriamente ao Conselho de Contribuintes.

§ 2º - Não é admitido o pedido de reconsideração da decisão de 1º instância, salvo na ocorrência do parágrafo único do art. 198.

Art. 206 - É facultado ao sujeito passivo, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores devidos a essa parte, sem qualquer dedução, contestando o restante.

Sub-seção II **Do recurso voluntário**

Art. 207 - Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação tributária, caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 208 - O prazo para apresentação de recurso voluntário será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância.

Art. 209 - O recurso voluntário será entregue à repartição em que se constituiu o processo fiscal original, e por ela encaminhado à destinação.

Art. 210 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo contribuinte.

Art. 211 - Os recursos voluntários interpostos depois de esgotado o prazo previsto no artigo 208, serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, a quem caberá pronunciar-se sobre a perempção.

Parágrafo único - Mesmo perempto o recurso, se o Conselho entender seja manifesta, no lançamento ou no Auto de Infração, a ausência da vinculação legal dos fatos à norma legal, prevista no artigo 64 e seu parágrafo único, proporá ao Procurador Fiscal a sua revisão, nos termos do artigo 74. A decisão do Procurador Fiscal, ou autoridade fiscal delegada, nesse caso, será definitiva e irrecorrível na esfera administrativa.

Sub-seção III **Do recurso de ofício**

Art. 212 - Das decisões de primeira instância, contrárias no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, ou que acarretem prejuízo ao Município, inclusive por desclassificação de infração, será interposto recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 50% do VRM.

§ 1º - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando cabível a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição, encaminhada por intermédio daquela autoridade.

§ 2º - Não é definitiva, em nenhuma hipótese, para todo e qualquer fim de direito, a decisão sujeita a recurso de ofício, enquanto não for ele interposto e apreciado pelo Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 213 - Será facultado o recurso de ofício independentemente do valor fixado no artigo anterior, quando a autoridade julgadora de primeira instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito do feito, maior interesse para a Fazenda Municipal.

Sub-seção IV **Da consulta**

Art. 214 - É facultado formular consulta formal à autoridade julgadora de primeira instância, sobre assuntos relacionados com a aplicação e interpretação da legislação tributária.

§ 1º - Não se admitirá consulta que versar sobre objeto de lançamento ou de ação fiscal já iniciada contra o consulente.

§ 2º. A consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza e somente poderá focalizar dúvidas relativas à situação do consulente.

§ 3º. Quando a consulta for formulada por sindicato, associação, federação ou confederação de categorias econômicas ou profissionais, poderá ter como objeto assunto do interesse dos seus integrantes, caso em que o processamento da petição não impedirá o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria consultada.

§ 4º. A competência para decidir sobre as consultas poderá ser delegada, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º. No decurso da ação fiscal, ocorrendo dúvidas relativas à interpretação e aplicação da legislação tributária, poderá o Agente Fiscal formular consulta, interrompendo a fiscalização iniciada, se for o caso.

Seção V

Do julgamento do processo contencioso

Art. 215 - Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira, singular e a segunda, colegiada.

Parágrafo único. Em primeira instância, decide o Procurador Fiscal do Município, e em Segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 216 - Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos já apreciados, sob esses aspectos, por decisão judicial definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 217 - As autoridades julgadoras administrativas são incompetentes para:

- I - declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;
- II - dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária, ressalvado do disposto no artigo 236, inciso I.

Sub-seção I

Do Julgamento de Primeira Instância

Art. 218 - O Procurador Fiscal proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada.

Art. 219 - Ao interessado se comunicará a decisão proferida em primeira instância:

- I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;
- II - pelo correio, com aviso de recebimento;
- III - por edital, afixado no local próprio do Paço Municipal ou publicado no "Diário Oficial do Estado" ou jornal de boa circulação no Município ou ainda no Boletim Oficial do Município.

Parágrafo único - A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário à instância superior.

Art. 220 - É o Procurador Fiscal impedido de julgar:

- I - quando tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;
- II - quando for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;
- III - quando estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até o terceiro grau.

Parágrafo único - Impedido o Procurador Fiscal para decidir, competirá ao Secretário da Fazenda substituí-lo no feito.

Art. 221 - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem baixado o processo em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se julgado procedente o lançamento ou o Auto de Infração, ou improcedente a reclamação ou defesa, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Art. 222 - São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após passadas em julgado.

Sub-seção II

Do julgamento de segunda instância Do conselho municipal de contribuintes

Art. 223 - As decisões de segunda instância competem ao Conselho Municipal de Contribuintes e serão definitivas e irrecorríveis quando proferidas pela maioria ou após julgado o pedido de reconsideração.

Art. 224 - O conselho Municipal de Contribuintes será composto de 5 (cinco) membros efetivos, a saber:

- I - o Procurador Fiscal do Município, ou autoridade que este delegar;
- II - o Procurador Geral do Município, ou autoridade que este delegar;
- III - o Secretário da Fazenda, ou autoridade que este delegar;
- IV - um representante do Poder Legislativo Municipal;
- V - o Prefeito ou o Vice-Prefeito, com delegação desse, exercerá o cargo de Presidente do Conselho de Contribuintes.

Art. 225 - A função de Conselheiro não será remunerada, constituindo-se em serviço público relevante.

Art. 226 - O Conselho Municipal de Contribuintes requisitará, da Secretaria Municipal da Fazenda, servidores para o bom desempenho de suas tarefas, inclusive para secretariar seus trabalhos.

Art. 227 - O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-ão pelo disposto neste código e no Regimento Interno a ser baixado pelo Conselho, após aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 228 - O Conselho Municipal de Contribuinte só deliberará, quando presentes pelo menos 4 (quatro) de seus membros.

Parágrafo único - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 229 - Deverá declarar-se impedido de participar de julgamento, o conselheiro que:

- I - haja participado, a qualquer título, no processo ou em diligência que nele seja debatido ou lhe tenha dado origem;
- II - sejam sócios, cotista ou acionista de recorrente, como da direção ou do conselho fiscal;
- III - seja parente de recorrente, até o terceiro grau.

Art. 230 - Os processos de recursos serão distribuídos aos Conselheiros, mediante sorteio, exceto ao Presidente, garantida a igualdade numérica.

§ 1º O relator restituirá, no prazo de 30 (trinta) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º Quando, a requerimento do relator, for realizada qualquer diligência, terá este prazo de 15 (quinze) dias, para completar o estudo, contados da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º Fica automaticamente destituído da função de membro do Conselho, o relator que reter processos além dos prazos previstos nos parágrafos anteriores, salvo motivo de doença ou deferimento de dilatação de prazo, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator alegue, comprovadamente, em requerimento dirigido, tempestivamente, ao Presidente do Conselho, a necessidade da prorrogação.

§ 4º No caso de relevante interesse social o relator poderá solicitar parecer consultivo da sociedade politicamente organizada.

Art. 231 - O Conselho poderá converter em diligência qualquer julgamento, através de Resolução aprovada na forma do parágrafo único do artigo 228.

Art. 232 - A decisão, sob forma de acórdão, será redigida pelo relator, até 18 (dezoito) dias após o julgamento. Se o relator for vencido, o Presidente designará, para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos Conselheiros cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º As decisões serão enfileiradas em volumes, para distribuição aos interessados.

Art. 233 - O Presidente mandará organizar e publicar, em Edital até 08 (oito) dias antes da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

- I - data da entrada no protocolo do Conselho;
- II - data do julgamento em primeira instância;
- III - maior valor, se coincidirem os dois elementos anteriores de precedência.

Parágrafo único - Terão preferência absoluta, para inclusão na pauta de julgamento, os processos que tiverem aposição da nota "urgente".

Art. 234 - A publicação referida no artigo anterior poderá ser substituída por comunicação por via postal, telegráfica ou qualquer outro meio disciplinado por lei específica ao recorrente.

Art. 235 - Após proferida a decisão definitiva, o Conselho encaminhará comunicação da mesma à Secretaria Municipal da Fazenda, para as providências de execução.

Parágrafo único - Ficarão arquivadas no Conselho, a petição do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito, pelo prazo de cinco anos após a decisão definitiva, salvo se a pendência for objeto de ação judicial, quando esse prazo, mediante comunicação da Procuradoria Geral do Município, será contado a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial.

Art. 236 - É facultado ao Conselho Municipal de Contribuintes:

- I - sugerir ao Chefe do Executivo Municipal a dispensa de penalidades, pela aplicação do princípio de equidade;
- II - comunicar irregularidade ou falta funcional verificada no processo, na instância inferior;
- III - propor medidas que julgar necessárias à melhor organização e tramitação dos processos;
- IV - sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação;
- V - requerer de forma consultiva parecer técnico da sociedade politicamente organizada sobre o assunto versado no processo administrativo.

Art. 237 - O conselho mandará cancelar, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descorteses ou injuriosas, proferidas por qualquer das partes.

Art. 238 - A decisão do Conselho Municipal de Contribuintes será comunicada ao recorrente, de acordo com o disposto no artigo 234.

Art. 239 - As decisões definitivas serão cumpridas:

- I - pela conversão do valor do depósito em renda ordinária ou por sua devolução;
- II - pela citação do contribuinte para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazer ao pagamento da obrigação tributária principal referida na condenação ou pagar a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada;
- III - pela inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

Capítulo II **DA EXECUÇÃO**

Seção Única **Da Execução das Decisões Fiscais**

Art. 240 - As decisões definitivas serão cumpridas:

- I - pela intimação ao contribuinte, no prazo de 15 (quinze) dias, para efetuar o pagamento do valor da condenação;
- II - pela intimação ao contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributos ou multas;
- III - pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação com fundamento no artigo 185 e seus parágrafos;
- IV - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa de certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se refere o inciso I, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

TÍTULO XI **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Capítulo Único **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 241 - Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha cumprido ou liquidado os tributos de acordo com a decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Art. 242 - Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - Os prazos serão contínuos, excluído do seu cômputo o dia do início e incluído o do vencimento.

§ 2º - Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Prefeitura do Município de Lapa e/ou estabelecimento de crédito, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil seguinte.

Art. 243 - Considera-se parte integrante da presente Lei, as tabelas e anexos que a acompanham.

Parágrafo Único - A atualização da V.R.M. (Valor de Referência do Município), poderá ser atualizada anualmente, pelo FCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 244 - Esta Lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Executivo Municipal, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, ficando o mesmo autorizado, através de ato próprio, a proceder consolidação das leis de natureza tributária.

Art. 245 - Esta Lei entrará em vigor imediatamente, respeitado os prazos constitucionais, com a denominação de Sistema Tributário do Município de Lapa, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei N.º 649/1976, com exceção do artigo 4º ao artigo 28 e artigo 60 ao artigo 83.

Câmara Municipal da Lapa, em 23 de dezembro de 2011.


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Presidente


WILMAR JOSÉ HORNING
1º Secretário



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

LEI COMPLEMENTAR N.º 03, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

Súmula: Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo Único SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 1º - Sem prejuízo das normas legais, supletivas e das disposições regulamentares, com fundamento na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, esta Lei dispõe sobre o Sistema Tributário do Município, regulando toda a matéria tributária de competência municipal.

Art. 2º - São Tributos Municipais:

I - o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - o Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, assim como, a Cessão de Direitos para a sua Aquisição;

III - o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

IV - a Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas;

V - as taxas, especificadas nesta Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município.

Art. 3º - Compete ao Executivo fixar e reajustar periodicamente os preços destinados a remunerar a utilização de bens e serviços públicos. Também, os relativos ao custeio de despesas com a prática de atos administrativos do interesse dos que os requererem, tais como: o fornecimento de cópias de documentos, a expedição de certidões e alvarás, a realização de vistorias e outros atos congêneres, ressalvado-se o direito assegurado no inciso XXXIV, artigo 5º da Constituição Federal.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO II COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 4º - A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º - A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que a conferir.

Capítulo Único LIMITAÇÃO DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 5º - É vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - utilização do tributo com efeito de confisco;

IV - instituir imposto sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços relativos a outras esferas governamentais;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social (sem fins lucrativos) atendidos os requisitos da Lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

V - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 1º - A vedação do inciso IV, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso IV, alínea "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou nos em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso IV, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º - O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, asseguratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 5º - O disposto na alínea "c" do inciso IV é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

I - não distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, que possa representar rendimento, ganho ou lucro para os respectivos beneficiários;

II - aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem sua exatidão.

§ 6º - Na falta de cumprimento do disposto nos parágrafos 1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente poderá suspender a aplicação do benefício.

TÍTULO III

IMPOSTOS

Capítulo I

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I

Fato Gerador

Art. 6º - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) tem como fato gerador a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo e, especialmente, a de serviço constante em tabela de Lei Específica Municipal.

§ 1º - A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade em Lei Específica, comporta interpretação ampla e analógica na sua horizontalidade.

§ 2º - A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não expressamente referidas, não criando



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

direito novo, mas apenas completando o alcance do direito existente.

§ 3º - Os serviços especificados em Lei Específica ficam sujeitos ao Imposto, ainda que a respectiva prestação de serviço envolva o fornecimento de mercadorias.

Art. 7º - Considera-se ocorrido o fato gerador para os efeitos desta Lei:

I - quando a base de cálculo for o preço do serviço, o momento da prestação, independente do seu resultado;

II - quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou por sociedade nas condições da Lei Específica Municipal, respeitadas as alíneas abaixo:

- a) ao primeiro dia seguinte àquele em que tiver início a atividade;
- b) no primeiro dia de cada ano, nos exercícios subsequentes, desde que continuada a prestação de serviços.

Seção II

Incidência

Art. 8º - A incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), independe:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III - do resultado financeiro obtido.

Art. 9º - O imposto é devido no Município da Lapa, salvo hipóteses elencadas em legislação complementar, conforme disposição constitucional do artigo 156.

Seção III

Sujeito Passivo

Art. 10 - Contribuinte é o prestador do serviço.

Parágrafo Único - Não são contribuintes os que prestem serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Seção IV

Das Disposições em Lei Específica

Art. 11 – Ficarão regidos por Lei Específica Municipal os demais dispositivos que versam sobre o ISSQN como os casos de retenção na fonte, da Base de Cálculo, do arrendamento mercantil ou “Leasing”, das Instituições Financeiras, da Inscrição do Contribuinte, da Alíquota, do Lançamento, da Arrecadação, das Penalidades e das Isenções.

Capítulo II

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Seção I

Fato Gerador

Art. 12 - O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado em zona urbana do Município.

Parágrafo Único - O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada ano.

Art. 13 - A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 14 - Para os efeitos deste Imposto entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Município da Lapa:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotos sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado;

§ 1º - A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos deste artigo;

§ 2º - A lei municipal pode considerar urbana a área que, localizada fora da zona



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

urbana, seja comprovadamente utilizada como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Parágrafo Único - O Imposto não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, independentemente de sua área, conforme lei específica.

Art. 15 - Os bens imóveis, para os efeitos deste Imposto, serão classificados como terrenos ou prédios.

§ 1º - Considera-se terreno o bem imóvel:

I - sem edificação;

II - em que houver construção paralisada ou em andamento, bem como aquelas em ruínas, em demolição, condenadas ou interditadas;

III - cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV - os imóveis em que houver edificação considerada inadequada, a critério da Administração, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma;

V - os imóveis que contenham edificações de valor não superior à vigésima parte do valor do terreno, localizados em áreas definidas pelo Executivo;

VI - os imóveis destinados a estacionamento de veículos e depósitos de materiais, desde que a construção seja desprovida de edificação específica.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

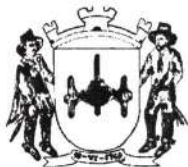
Seção II

Sujeito Passivo

Art. 16 - Contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel.

§ 1º Conhecidos o proprietário ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este: dentre àqueles, tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 2º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil, devido ao fato de o mesmo ser imune, estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

§ 3º O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeitos passivos na obrigação tributária.

Art. 17 - A incidência e a cobrança do Imposto independem da legitimidade do título de aquisição ou da posse do bem imóvel, do resultado econômico da sua exploração ou do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas a ele relativas.

Seção III

Das Disposições em Lei Específica

Art. 18 – Ficarão regidos por Lei Específica Municipal os demais dispositivos que versam sobre o IPTU, da Base de Cálculo, da Inscrição do Contribuinte, do Lançamento, da Alíquota, da Arrecadação, das Penalidades, das Isenções e da instituição do IPTU progressivo no tempo.

Capítulo III

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 19 - O imposto, de competência dos Municípios, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

Parágrafo único. Nas transmissões “causa mortis”, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários.

Art. 20 - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo anterior:

I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 21 - O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 1º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 22 - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Art. 23 - O imposto compete a situação do imóvel transmitido, ou sobre que versarem os direitos cedidos, mesmo que a mutação patrimonial decorra de sucessão aberta no estrangeiro.

Art. 24 - Contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei.

Seção II

Das Disposições em Lei Específica

Art. 25 – Ficarão regidos por Lei Específica Municipal os demais dispositivos que versam sobre o Imposto da Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), como os casos de Incidência, da Base de Cálculo, da Inscrição do Contribuinte, da Alíquota, do Lançamento, da Arrecadação, das Penalidades e das Isenções.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO IV TAXAS

Capítulo I TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Seção I Fato Gerador

Art. 26 - As Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia cobradas pelo Município de Lapa têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.

§ 1º - Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

§ 2º - Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei, aplicável com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio do poder.

Seção II Base Imponível

Art. 27 - Base imponível das Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia é o valor estimado das atividades administrativas tendentes à realização do fato imponível.

Art. 28 - O Poder Executivo fixará em ato administrativo a unidade de valor estimado para as atividades tendentes à realização do fato imponível de cada taxa.

Art. 29 - A fixação da unidade de valor levará em conta, para cada taxa, a complexidade dos trabalhos especializados e outros dados relevantes à realização dos fatos imponíveis.

Capítulo II TAXAS DE SERVIÇOS

Art. 30 – Ficarão regidas por leis específicas municipais, as taxas de utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, cujas leis disciplinarão os casos de incidência, da base de cálculo, da inscrição do contribuinte, da alíquota, do lançamento, da arrecadação, das penalidades e das isenções.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO V CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 31 – Ficará regida por lei específica municipal, a contribuição de melhoria, cuja lei disciplinará os casos de incidência, da base de cálculo, da inscrição do contribuinte, da alíquota, do lançamento, da arrecadação, das penalidades e das isenções.

TÍTULO VI DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

Capítulo I DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32 - A expressão "Legislação Tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações a eles pertinentes.

Art. 33 - Respeitadas as disposições previstas nesse Código, somente lei complementar municipal poderá vir a estabelecer novas condições referentes:

- I - à instituição de tributos e sua extinção;
- II - à majoração de tributos ou sua redução;
- III - à definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;
- IV - à fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo;
- V - à cominação de penalidades para as ações ou omissões aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- VI - às hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, de dispensa ou de redução de penalidades;

§ 1º - Não constitui majoração de tributo, para efeitos do inciso II deste artigo, a atualização do valor da respectiva base de cálculo.

§ 2º - A atualização a que se refere o parágrafo anterior será feita anualmente por Decreto do Executivo.

Art. 34 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais do direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a equidade.

§ 1º - O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em Lei.

§ 2º - O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 35 - O Executivo regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município, observando:

- I - as normas constitucionais vigentes;
- II - as normas gerais de direito tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional e legislação federal posterior;
- III - as disposições deste Código e das leis municipais a ele subsequentes.

Art. 36 - São normas complementares das leis e decretos:

- I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa que a lei atribua eficácia normativa;
- III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- IV - os convênios celebrados entre o Município, a União e o Estado.

Art. 37 - Nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início desse exercício, respeitado o inciso III, alínea b do artigo 150 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, a lei ou o dispositivo de lei que:

- I - definam novas hipóteses de incidência;
- II - extingam ou reduzam isenções, salvo se dispuserem de maneira mais favorável ao contribuinte.

Capítulo II

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

- I - obrigação tributária principal;
- II - obrigação tributária acessória.

§ 1º - Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º - Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática ou abstenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º - A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Seção I

Do Fato Gerador

Art. 39 - Fato gerador da obrigação tributária principal é o da situação definida neste Código e em Lei Complementar Extravagante, como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 40 - Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Seção II

Do Sujeito Ativo

Art. 41 - O Município da Lapa é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subseqüentes.

Seção III

Do Sujeito Passivo

Art. 42 - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em Lei.

Art. 43 - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

Art. 44 - O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º - A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei.

§ 2º - Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 30 (trinta) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar:

I - da data da ciência aposta no auto;



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

- II - da data do recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida contar-se-á este após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;
- III - da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

Seção IV

Da Capacidade Tributária

Art. 45 - A capacidade tributária passiva independe:

- I - da capacidade civil das pessoas naturais;
- II - de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens e negócios;
- III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Seção V

Do Domicílio Tributário

Art. 46 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável de domicílio tributário para os fins desta lei, considera-se como tal:

- I - quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;
- II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;
- III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§ 1º - Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§ 2º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

§ 3º - Os contribuintes deverão comunicar à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob as penalidades da Lei específica.

§ 4º - O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Seção VI Da Solidariedade

Art. 47 - São solidariamente obrigadas:

- I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;
- II - as pessoas expressamente designadas por lei;
- III - todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

§ 1º - A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§ 2º - A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários até a extinção do crédito fiscal.

Art. 48 - Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

- I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
- II - a isenção de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

Capítulo III DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

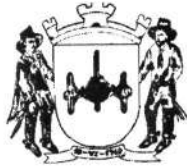
Seção I Das Disposições Gerais

Art. 49 - Sem prejuízo do disposto neste capítulo a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este, em caráter supletivo, o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Seção II Da Responsabilidade dos Sucessores

Art. 50 - O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 51 - Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, assim como os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Único - No caso de arrematação em hasta pública a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 52 - São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente ou o remitante pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
- II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
- III - o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Art. 53 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

Art. 54 - A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

- I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
- II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Seção III

Da Responsabilidade de Terceiros

Art. 55 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II - os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

- III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;
- VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas;
- VIII - os procuradores, mandatários e herdeiros presumíveis respeitadas as normas limitadoras do Código Civil.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 56 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I - as pessoas referidas no artigo anterior;
- II - os mandatários, prepostos e empregados;
- III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Seção IV

Da Responsabilidade por Infrações

Art. 57 - Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo Único - A responsabilidade por infrações desta lei independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 58 - A denúncia espontânea exclui a aplicação de multa, quando acompanhada do pagamento do tributo e dos juros de mora.

Parágrafo Único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada ou o pagamento do tributo em atraso, após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO VII DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Da Definição

Art. 59 - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 60 - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 61 - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 62 - Qualquer anistia que envolva matéria tributária somente poderá ser concedida através de lei específica municipal, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

Seção II Do Parcelamento do Crédito Tributário

Art. 63 - Os créditos tributários, lançados ou apurados em ação fiscal, inclusive os decorrentes de denúncia espontânea por parte do Contribuinte inscritos em dívida ativa, a critério da Fazenda Municipal, e respeitados os acréscimos pecuniários devidos, inclusive futuros, poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais, iguais e consecutivos, desde que cada parcela não seja inferior a 5% do VRM.

Capítulo II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Do Lançamento

Art. 64 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Único - A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 65 - O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo Único - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 66 - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - recurso de ofício;
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 74.

Art. 67 - Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, através:

- I - da notificação direta;
- II - da afixação de edital no quadro de editais da Sede do Poder Executivo Municipal;
- III - da publicação em pelo menos um dos jornais de circulação regular no Município;
- IV - da publicação no órgão de imprensa oficial do Município;
- V - da remessa do aviso por via postal.

§ 1º - Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.

§ 2º - Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma dos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 3º - A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

§ 4º - A notificação de lançamento conterá:

- I - o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

- II - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- III - o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;
- IV - o prazo para recebimento ou impugnação;
- V - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
- VI - demais elementos estipulados em regulamento.

§ 5º - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedidas a revisão e a retificação daqueles que contiverem irregularidade ou erro.

Art. 68 - Será sempre de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente nesta Lei.

Art. 69 - Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 70 - É facultado ainda à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou em decorrência de ocorrência de fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

Art. 71 - A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Seção II

Das Modalidades de Lançamento

Art. 72 - O lançamento é efetuado:

- I - com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;
- II - de ofício, nos casos previstos neste capítulo.

Art. 73 - Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

§ 1º - A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 74 - O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma desta lei;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

X - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da Lei.

Parágrafo Único - A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 75 - O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§ 1º - O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º - Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º - Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§ 4º - O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.

§ 5º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 76 - A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e atualização monetária.

Art. 77 - Nos termos do inciso VI do art. 134 do Código Tributário Nacional, até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da Justiça enviarão à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, conforme lei específica municipal, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.

Parágrafo Único - Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo das penas previstas em lei específica, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos deste artigo.

Capítulo III

DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 78 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I - a moratória;
- II - o depósito do seu montante integral;
- III - as reclamações e os recursos nos termos deste Código;
- IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI - o parcelamento

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela conseqüentes.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Seção II

Da Moratória

Art. 79 - Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º - A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício desse.

Art. 80 - A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.

Parágrafo Único - A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 81 - A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

- I - o prazo de duração do favor;
- II - as condições da concessão;
- III - os tributos alcançados pela moratória;
- IV - o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;
- V - garantias.

Art. 82 - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

- I - com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;
- II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º - No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º - No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Seção III Do Depósito

Art. 83- O contribuinte poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária:

- I - quando preferir o depósito à consignação judicial;
- II - para atribuir efeito suspensivo:
 - a) à consulta formulada na forma deste Código;
 - b) a qualquer ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 84 - A lei municipal poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

- I - como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;
- II - como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;
- III - em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 85 - A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I - pelo fisco, nos casos de:

- a) lançamento direto;
- b) lançamento por declaração;
- c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;
- d) aplicação de penalidades pecuniárias;

II - pelo próprio contribuinte, nos casos de:

- a) lançamento por homologação;
- b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
- c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
IV - mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Parágrafo único - É facultado ao contribuinte o depósito parcial.

Art. 86 - Considerar-se-á suspensão a exigibilidade do crédito tributário, a partir da



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

data da efetivação do depósito na Tesouraria do Município, ou outro órgão municipal competente para tanto, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 87 - O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

- I - em moeda corrente do país;
- II - por cheque;
- III - em títulos da dívida pública municipal.

Parágrafo Único - O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

Art. 88 - Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.

Parágrafo Único - A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

- I - quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;
- II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Seção IV

Da Cessação do Efeito Suspensivo

Art. 89 - Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

- I - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- II - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- III - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;
- IV - pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

Capítulo IV

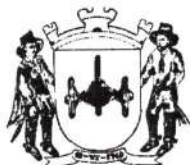
DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 90 - Extinguem o crédito tributário:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV - a remissão;



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

- V - a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;
- VI - a conversão do depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 73 desta Lei;
- VIII - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
- IX - a decisão judicial transitada em julgado;
- X - a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da Lei.

Seção II Do Pagamento e da Restituição

Art. 91 - O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheques, dentro dos prazos estabelecidos em lei ou fixados pela Administração.

§ 1º - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§ 2º - O pagamento é efetuado no órgão arrecadador, sob pena de nulidade, ressalvada a cobrança em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo.

§ 3º - O pagamento poderá ser feito por meio eletrônico, conforme lei específica municipal.

Art. 92 - O Poder Executivo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabelecer o regulamento.

Art. 93 - Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo Único - No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 94 - É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 95 - O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

I - atualização monetária;

II - multa de mora;



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

III - juros de mora;

IV - multa de infração.

§ 1º - A atualização monetária será calculada de acordo com as leis municipais em vigor que tratam da matéria.

§ 2º - A multa de mora é calculada sobre o valor do principal atualizado à data do seu pagamento, à razão de 2% (dois por cento) sobre o valor mencionado.

§ 3º - Os juros de mora serão calculados à razão de 0,0333% (trezentos e trinta e três décimos de milésimos por cento) ao dia, sobre o montante do débito atualizado, a partir do dia seguinte ao vencimento do tributo.

§ 4º - A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

§ 5º - Entende-se como valor do principal o que corresponde ao débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa de infração.

§ 6º - No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 7º - As disposições deste artigo aplicam-se a quaisquer débitos fiscais anteriores a esta lei, apurados ou não.

Art. 96 - Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito, na forma regulamentar, da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais, até o limite da respectiva importância depositada.

Parágrafo Único - Caso o depósito de que trata este artigo for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

Art. 97 - O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

Art. 98 - O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor, sujeitará este à norma contida no parágrafo único do art. 93 deste Código.

Art. 99 - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

I - quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 100 - Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

Art. 101 - A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 102 - O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação tributária municipal ou de natureza e circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º - O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

§ 2º - Os valores da restituição a que alude o caput deste artigo serão atualizados monetariamente a partir da data do efetivo recolhimento.

Art. 103 - A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 104 - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 105 - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 102, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do art. 102, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 106 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 107 - O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada, conforme normas do processo contencioso administrativo, que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 108 - A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Art. 109 - Somente após decisão irrecorrível, favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, ao impugnante as importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal para efeito de discussão.

Seção III

Da Compensação e da Transação

Art. 110 - A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Municipal, sem antecipação de suas obrigações e nas condições fixadas em regulamento.

§ 1º - É de competência para autorizar a transação o Secretário Municipal da Fazenda, o Procurador Geral e o Chefe do Poder Executivo, em conjunto, mediante fundamentado despacho em processo regular.

§ 2º - Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.

§ 3º - Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.

§ 4º - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Seção IV Da Consignação e Pagamento

Art. 111 - Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do tributo, nos casos:

I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória.

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III - de exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito com os acréscimos legais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Seção V Da Remissão

Art. 112. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 155 do CTN.

Seção VI Da Prescrição e da Decadência

Art. 113 - A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 114 - A prescrição se interrompe:



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

- I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- II - pelo protesto feito ao devedor;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;
- V - durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

Art. 115 - O direito da Fazenda Municipal constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único - O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 116 - Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da Lei.

Parágrafo Único - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

Seção VII

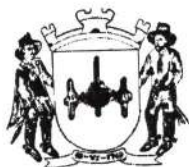
Das Demais Formas de Extinção do Crédito Tributário

Art. 117 - Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

- I - declare a irregularidade de sua constituição;
- II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
- IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º - Extinguem crédito tributário:

- a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- b) a decisão judicial passada em julgado.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas no art. 78.

Art. 118 - Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

- I - para garantia de instância, conforme lei municipal específica;
- II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

Parágrafo Único - Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

- I - a diferença a favor da Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;
- II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

Capítulo V

DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 119 - Excluem o crédito tributário:

- I - a isenção;
- II - a anistia.

Parágrafo Único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

Seção II

Da Isenção

Art. 120 - A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 121 - Salvo disposição em contrário, a isenção só atingirá os impostos.

Art. 122 - A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo,



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

Art. 123 - A isenção pode ser concedida:

I - em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

§ 1º - Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

Seção III

Da Anistia

Art. 124 - A anistia, assim entendidos o perdão das infrações cometidas e a conseqüente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;

II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Lei Federal n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e alterações posteriores;

III - às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 125 - A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

- a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
- b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
- c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º - Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

Capítulo VI

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 126 - A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 127 - Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 128 - Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido.

Seção II

Preferências

Art. 129 - O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Parágrafo único. Na falência:

I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho;

III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Art. 130 - A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União;

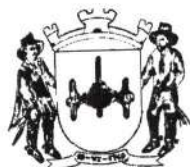
II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata;

III - Municípios, conjuntamente e pró rata.

Art. 131 - São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.

Art. 132 - São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acréscidos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Pública interessada.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

Art. 133 - São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 134 - São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art. 135 - A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.

Art. 136 - Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Art. 137 - Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

TÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Capítulo I

DAS INFRAÇÕES

Art. 138 - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições das leis tributárias e, em especial, desta Lei e demais Leis que versarem sobre matéria tributária.

Parágrafo Único - Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

Art. 139 - Constituem agravantes de infração:

I - a circunstância da infração depender ou resultar de outra prevista em lei, tributária ou não;



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

II - a reincidência;

III - a sonegação.

Art. 140 - Constituem circunstâncias atenuantes da infração fiscal, com a respectiva redução de culpa, aquelas previstas em lei específica municipal.

Art. 141 - Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 142 - A sonegação se configura procedimento do contribuinte quando:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;

IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Art. 143 - O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§ 2º - A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 144 - Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública Municipal, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Capítulo II DAS PENALIDADES

Art. 145 - São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separada ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

- I - a multa;
- II - a perda de desconto, abatimento ou deduções;
- III - a cassação do benefício da isenção;
- IV - a revogação dos benefícios de anistia ou moratória;
- V - a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;
- VI - a sujeição a regime especial de fiscalização, mediante lei específica.

Parágrafo Único - A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

Art. 146 - A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, quando consista em multa, e deverá ter em vista:

- I - as circunstâncias atenuantes;
- II - as circunstâncias agravantes.

§ 1º - Nos casos do inciso I deste artigo, reduzir-se-á a multa prevista em 50% (cinquenta por cento).

§ 2º - Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-á, na reincidência, o dobro da penalidade prevista.

Art. 147 - Independente das penalidades previstas para cada tributo nos capítulos próprios, serão punidas:

I - com multa de 03 (três) VRM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embarçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;

II - com multa de 03 (três) VRM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para as quais não tenham sido especificadas penalidades próprias nesta Lei.

Art. 148 - Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Municipal solicitará ao órgão de Segurança Pública as providências de caráter policial necessárias à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO IX ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Capítulo I DO CADASTRO FISCAL

Art. 149 - O Cadastro Municipal de Contribuintes, mantido pela Secretaria Municipal da Fazenda, se comporá:

- I - Cadastro Imobiliário;
- II - Cadastro Econômico.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal da Fazenda poderá, quando necessário, instituir outras modalidades de cadastramento de contribuinte, a fim de atender a organização fazendária dos tributos municipais.

Art. 150 - Poderão ser celebrados convênios com a União e com o Estado, visando utilizar os dados e elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuinte, de âmbito federal e estadual, e em especial de Pessoas Físicas - CPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da Secretaria da Receita Federal, para melhor caracterização de seus registros.

Seção I Cadastro Imobiliário

Art. 151 - O Cadastro Imobiliário tem por finalidade a inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas existentes, ou que vierem a existir, no Município de Lapa, bem como dos sujeitos passivos das obrigações tributárias que as gravam, e dos elementos que permitam a exata apuração do montante dessa obrigação.

Parágrafo único - Não ilidem a obrigatoriedade da inscrição, a isenção ou a imunidade.

Art. 152 - A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário será promovida:

- I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
- II - por qualquer dos condôminos;
- III - pelo compromissário comprador;
- IV - de ofício, em se tratando de propriedade de entidade de direito público, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo e na forma legal.

§ 1º. É fixado em 30 (trinta) dias o prazo para promoção da inscrição, contados da data da conclusão das construções, reconstruções ou reformas, e, nos casos de



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

aquisição, a qualquer título, da assinatura da escritura formal.

§ 2º. Aproveita ao requerente, para os fins deste artigo, o requerimento de "habite-se", devendo o processo, em tal caso, ser encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda, para registro da alteração no Cadastro Imobiliário.

Art. 153 - Para efetivar a inscrição, o responsável deverá, em petição, apresentar as seguintes informações:

- I - o nome e os dados pessoais do proprietário, possuidor ou compromissário comprador da propriedade;
- II - documento que ateste a condição de proprietário;
- III - localização da propriedade;
- IV - serviços públicos e melhoramentos existentes nos logradouros em que se situa a propriedade;
- V - descrição e área da propriedade territorial;
- VI - área, características e tempo de vida da propriedade predial;
- VII - valor venal da propriedade territorial, e de propriedade predial, quando existente;
- VIII - utilização dada à propriedade;
- IX - existência, ou não, de passeios e muro em toda a extensão da testada;
- X - valor da aquisição.

§ 1º. A propriedade que se limitar com mais de um logradouro será considerada como situada naquele em que a propriedade territorial apresentar testada de maior valor no Cadastro Imobiliário.

§ 2º. À petição mencionada neste artigo será anexada a planta da propriedade territorial, em escala que possibilite a perfeita identificação da situação. Em se tratando de área loteada, deverá a planta ser completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos, e designar o valor da aquisição, os logradouros, quadras e lotes, a área total, as áreas cedidas ao Patrimônio Municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art. 154 - Consideram-se prejudicadas para a inscrição, as propriedades cujas petições apresentem informações destinadas à identificação do sujeito passivo da obrigação tributária e à apuração de seu montante de maneira incorreta, incompleta ou inexata.

Art. 155 - Serão obrigatoriamente comunicadas à Secretaria Municipal da Fazenda, também em petição, as ocorrências que possam, de qualquer maneira, alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário.

Parágrafo único - É de 30 (trinta) dias, contados da data de ocorrência, o prazo para a comunicação referida neste artigo.

Art. 156 - Em caso de litígio sobre o domínio ou posse do imóvel, a inscrição mencionará tal circunstância, bem como o nome dos litigantes, dos possuidores da propriedade, a natureza do feito e o cartório por onde correr a ação.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 157 - Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer à Secretaria Municipal da Fazenda, a relação dos lotes alienados definitivamente ou mediante compromisso, 30 (trinta) dias após a venda, mencionando as informações definidas nos incisos I, III, e X do art. 153.

Art. 158 - Do cadastro Imobiliário constará o valor venal atribuído à propriedade nos termos da legislação tributária, ainda que discordante este do declarado pelo responsável.

Seção II

Cadastro Econômico

Art. 159 - O Cadastro Econômico tem por finalidade o registro nominal dos sujeitos passivos da obrigação tributária, ou dos que por ela forem responsáveis, referentes aos tributos sobre:

- I - Taxas do Poder de Polícia;
- II - Taxas de Serviços;
- III - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

Art. 160 - A inscrição no Cadastro Econômico será promovida pelo sujeito passivo da obrigação tributária, ou responsável, em requerimento destinado a Secretaria Municipal da Fazenda, acompanhado da respectiva ficha de cadastramento e demais informações e documentos definidos em regulamento.

§ 1º. Como complemento dos dados para a inscrição, o sujeito passivo é obrigado a fornecer, por escrito ou verbalmente, a critério do Fisco, quaisquer informações que lhe forem solicitadas.

§ 2º. Em se tratando de sociedade, a prova de identidade será exigida a um só dos membros da direção, gerência ou presidência.

Art. 161 - A inscrição, por estabelecimento ou local de atividade, precederá o início da atividade.

§ 1º. A inscrição será intransferível e obrigatoriamente renovada sempre que ocorrer qualquer modificação na identificação do contribuinte, especificamente quanto ao "nome/razão social" ou "local do estabelecimento".

§ 2º. O cancelamento de inscrição, por transferência, venda, fechamento ou baixa do estabelecimento será requerido a Secretaria Municipal da Fazenda, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ocorrência.

Art. 162 - Constituem estabelecimentos distintos, para fins de inscrição no Cadastro de que trata este Capítulo:



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

I - os, que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de serviços, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos;

II - os que, embora no mesmo local, ainda que com o mesmo ramo de serviços, pertençam a diferentes firmas ou Sociedades.

Parágrafo único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, ou os vários pavimentos de um imóvel.

Capítulo II

FISCALIZAÇÃO

Art. 163 - A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Parágrafo único. A legislação a que se refere este artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Art. 164 - Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exhibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 165 - A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

Art. 166 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

- III - as empresas de administração de bens;
- IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V - os inventariantes;
- VI - os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 167 - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente, os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 168 - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos nos artigos 166, 169 e 201, os seguintes:

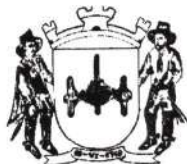
- I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
- II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I – representações fiscais para fins penais;
- II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
- III – parcelamento ou moratória.

Art. 169 - A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.

Art. 170 - As autoridades administrativas municipais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação dê medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Capítulo III

DÍVIDA ATIVA

Art. 171 - Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 172 - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 173 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 174 - A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Capítulo IV CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 175 - A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação, conforme regula lei municipal específica.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento.

Art. 176 - Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 177 - Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 178 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

TÍTULO X DOS PROCEDIMENTOS FISCAIS

Capítulo I DAS MEDIDAS PRELIMINARES E INCIDÊNCIA

Seção I Dos Termos de Fiscalização

Art. 179 - A autoridade ou funcionário fiscal que presidir ou proceder a exame a diligência, fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, do qual constarão, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo autenticado pela autoridade, mediante contra recibo no original.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não favorece ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 3º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente aos fiscalizados e infratores analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes definidos pela lei civil.

Seção II

Da Apreensão de Bens e Documentos

Art. 180 - Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias ou documentos existentes em estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas ou de prestação de serviços do contribuinte, responsável ou terceiros, ou em outros locais em trânsito, que constituam prova material de infração tributária estabelecida neste Código ou ainda em regulamento.

Parágrafo Único - Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontrem em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 181 - Da apreensão lavrar-se-á auto com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 185 deste Código.

Art. 182 - Do auto da apreensão constará à descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarem depositadas e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 183 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando, no processo, cópia do inteiro teor de parte do interessado que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 184 - As coisas apreendidas serão restituídas a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância, será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos até decisão final os espécimes necessários à formação probatória.

Art. 185 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para a liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados à hasta pública ou leilão, afixando-se a comunicação do leilão por edital no mural de editais do Paço Municipal.

§ 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão, e, não havendo interessado, serão os bens doados a uma instituição filantrópica.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e a multa devidos, será o autuado notificado para no prazo de 5 (cinco) dias receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

Seção III

Auto de Infração

Art. 186 - Verificando-se infração de dispositivos da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o competente auto de infração pelo Fisco Municipal.

§ 1º - Constitui infração fiscal, toda ação ou omissão que importe em inobservância da Legislação Tributária.

§ 2º - Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

Art. 187 - O Auto de Infração será lavrado por Agente Fiscal Tributário do Município e conterá obrigatoriamente:

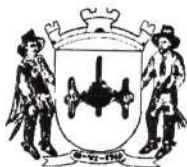
- I - a qualificação, endereço e a inscrição municipal do atuado e testemunhas, se houver;
- II - o local, data e hora da lavratura;
- III - a descrição do fato;
- IV - a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;
- V - o valor do crédito tributário, quando devido;
- VI - a assinatura do atuado, seu representante legal ou preposto;
- VII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 20 (vinte) dias;
- VIII - a assinatura do atuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de sua matrícula;

§ 1º - Se o infrator, ou quem o representa, não puder ou negar-se assinar o auto, far-se-á necessário mencionar essa circunstância.

§ 2º - A assinatura do autuado não importa em infração, nem a sua falta ou recusa, em nulidade do auto, ou agravamento da penalidade.

§ 3º - As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

Art. 188 - É admissível a apreensão de bens móveis ou mercadorias, livros ou outros documentos, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 189 - A apreensão somente se fará lavrando-se Termo de Apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos e a qualificação do depositário, se for o caso, além dos demais requisitos mencionados no artigo 187.

Parágrafo Único - O autuado será intimado da lavratura do Termo de Apreensão, na forma estipulada para o Auto de Infração.

Art. 190 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e após os trâmites legais.

Art. 191 - Da lavratura do Auto de Infração será intimado o autuado:

I - Pessoalmente, no auto da lavratura, mediante a entrega da cópia do Auto da Infração ao próprio autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - Pôr via postal por meio de aviso de recebimento - AR;

III - Pôr edital, com prazo de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutíferos os meios referidos nos incisos I e II.

Art. 192 - As intimações subseqüentes à inicial, far-se-ão pessoalmente, por carta ou edital, conforme as circunstâncias.

Art. 193 - Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa e autorização do Diretor de Fiscalização Tributária, em processo regular.

Parágrafo Único - Lavrado o auto, o autuante terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito horas), o qual passa a fluir a partir do primeiro dia útil, para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

Seção IV

Do Processo Contencioso

Art. 194 - Considera-se processo contencioso, todo aquele que versar sobre a aplicação da legislação tributária municipal.

§ 1º. As falhas do processo não constituirão nulidade sempre que existam elementos que permitam supri-las, sem cerceamento do direito de defesa do interessado.

§ 2º. A apresentação de processo à autoridade incompetente não induzirá caducidade ou perempção, devendo a petição ser encaminhada, de ofício, à autoridade competente.

Art. 195 - Os processos contenciosos serão organizados na forma de autos forenses e sob essa forma serão instruídos e julgados, atendidas, principalmente, as seguintes normas:

I - qualquer referencia a elementos constantes do processo deverá ser feita com



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

indicação precisa do número da folha em que se encontrem registrados;

II - em caso de referências a elementos constantes de processo anexado ao que estiver em estudo, far-se-á, também, a menção do número do processo em que estiver a folha citada;

III - renumeração e rubrica a tinta, nos casos de reorganização do processo, cancelando-se a paginação anterior e consignando-se expressamente esta providência no processo, com identificação do servidor que efetuar a reorganização;

IV - nas informações ou despachos será observado o seguinte:

- a) - clareza, sobriedade, precisão e linguagem isenta de acrimônia ou parcialidade;
- b) - concisão na elucidação do assunto;
- c) - legibilidade, adotando-se, preferencialmente, o uso da datilografia;
- d) - transcrição das disposições legais citadas;
- e) - ressalva, ao final, de entrelinhas, emendas e rasuras.

V - O fecho das informações ou despachos conterá:

- a) - a denominação do órgão em que tem exercício o funcionário, permitida a abreviatura;
- b) - a data;
- c) - a assinatura;
- d) - o nome do funcionário por extenso e o cargo ou função.

VI - o processo em andamento conterá, após cada ato ou juntada de documento, a declaração da data do ato, recebimento ou encaminhamento, feita pelo funcionário que praticou o ato, ou que recebeu e encaminhou o documento.

Art. 196 - Os processos com a nota "URGÊNCIA" terão preferência sobre todos os demais, de forma que sua instrução e julgamento se faça com a maior brevidade possível.

Parágrafo único - A nota de "urgência" será aposta na capa do processo, à direita, no alto, e só será considerada se rubricada pelo Procurador Fiscal ou pelo Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, se for o caso.

Art. 197 - Formam o processo contencioso:

- I - as contestações;
- II - as impugnações;
- III - os recursos;
- IV - as consultas;
- V - os pedidos de reconsiderações.

Art. 198 - O processo contencioso se constituirá, obrigatoriamente, na repartição do domicílio tributário do seu autor.

Parágrafo único - Serão canceladas do processo, por qualquer funcionário que participar de sua instrução, as expressões por ele consideradas descortesias ou injuriosas.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Sub-seção I **Da impugnação**

Art. 199 - O sujeito passivo da obrigação tributária poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração, ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, alegando de uma só vez toda matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios, das razões apresentadas.

§ 1º - A impugnação da exigência fiscal mencionará obrigatoriamente:

- I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II - a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para a notificação;
- III - os dados do imóvel, ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;
- IV - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- V - as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
- VI - o objetivo visado.

§ 2º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

§ 3º A autoridade administrativa determinará, de ofício ou requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe o prazo e indeferirá as considerações as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

§ 4º - Se a diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor impugnado, será reaberto prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.

§ 5º - Preparado o processo para decisão, encerrada a instrução, a autoridade administrativa prolatará parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando a procedência ou improcedência da impugnação.

Art. 200 - É vedado ao contribuinte reunir, numa única petição, impugnação contra mais de um lançamento ou Auto de Infração, exceto quando se tratar de fatos conexos, sujeitos às mesmas provas, ou se os créditos tributários tiverem sido exigidos num só procedimento fiscal ou Auto de Infração, nos termos do que faculta o artigo 101.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 201 - Não cabe impugnação contra lançamento referente a créditos tributários registrados nos livros fiscais próprios do sujeito passivo, ressalvadas as hipóteses de:

I - depósito prévio, em dinheiro, de seu montante integral;

II - apresentação, juntamente com a petição, do documento de arrecadação relativo ao tributo exigido na Notificação Fiscal.

Art. 202 - As impugnações terão efeito suspensivo quanto houver pagamento ou depósito prévio.

Art. 203 - O impugnador será notificado do despacho, mediante assinatura no próprio processo ou, na ordem, pelas formas previstas nos incisos II e III do art. 191.

Art. 204 - Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização, a partir da data dos respectivos vencimentos, salvo quando houver pagamento ou depósito prévio.

Art. 205 - É autoridade administrativa para decisão o Procurador Fiscal do Município ou a autoridade fiscal delegada.

§ 1º - Das decisões de primeira instância contrárias, no todo ou em parte à Fazenda Municipal, ou que acarretem ou possam acarretar grave prejuízo ao Município, em função da natureza ou objeto da decisão, a autoridade administrativa recorrerá de ofício obrigatoriamente ao Conselho de Contribuintes.

§ 2º - Não é admitido o pedido de reconsideração da decisão de 1º instância, salvo na ocorrência do parágrafo único do art. 198.

Art. 206 - É facultado ao sujeito passivo, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores devidos a essa parte, sem qualquer dedução, contestando o restante.

Sub-seção II

Do recurso voluntário

Art. 207 - Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação tributária, caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 208 - O prazo para apresentação de recurso voluntário será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância.

Art. 209 - O recurso voluntário será entregue à repartição em que se constituiu o processo fiscal original, e por ela encaminhado à destinação.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 210 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo contribuinte.

Art. 211 - Os recursos voluntários interpostos depois de esgotado o prazo previsto no artigo 208, serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, a quem caberá pronunciar-se sobre a perempção.

Parágrafo único - Mesmo perempto o recurso, se o Conselho entender seja manifesta, no lançamento ou no Auto de Infração, a ausência da vinculação legal dos fatos à norma legal, prevista no artigo 64 e seu parágrafo único, proporá ao Procurador Fiscal a sua revisão, nos termos do artigo 74. A decisão do Procurador Fiscal, ou autoridade fiscal delegada, nesse caso, será definitiva e irrecorrível na esfera administrativa.

Sub-seção III

Do recurso de ofício

Art. 212 - Das decisões de primeira instância, contrárias no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, ou que acarretem prejuízo ao Município, inclusive por desclassificação de infração, será interposto recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 50% do VRM.

§ 1º. Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando cabível a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição, encaminhada por intermédio daquela autoridade.

§ 2º. Não é definitiva, em nenhuma hipótese, para todo e qualquer fim de direito, a decisão sujeita a recurso de ofício, enquanto não for ele interposto e apreciado pelo Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 213 - Será facultado o recurso de ofício independentemente do valor fixado no artigo anterior, quando a autoridade julgadora de primeira instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito do feito, maior interesse para a Fazenda Municipal.

Sub-seção IV

Da consulta

Art. 214 - É facultado formular consulta formal à autoridade julgadora de primeira instância, sobre assuntos relacionados com a aplicação e interpretação da legislação tributária.

§ 1º. Não se admitirá consulta que versar sobre objeto de lançamento ou de ação fiscal já iniciada contra o consulente.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º. A consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza e somente poderá focalizar dúvidas relativas à situação do consulente.

§ 3º. Quando a consulta for formulada por sindicato, associação, federação ou confederação de categorias econômicas ou profissionais, poderá ter como objeto assunto do interesse dos seus integrantes, caso em que o processamento da petição não impedirá o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria consultada.

§ 4º. A competência para decidir sobre as consultas poderá ser delegada, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º. No decurso da ação fiscal, ocorrendo dúvidas relativas à interpretação e aplicação da legislação tributária, poderá o Agente Fiscal formular consulta, interrompendo a fiscalização iniciada, se for o caso.

Seção V

Do julgamento do processo contencioso

Art. 215 - Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira, singular e a segunda, colegiada.

Parágrafo único. Em primeira instância, decide o Procurador Fiscal do Município, e em Segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 216 - Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos já apreciados, sob esses aspectos, por decisão judicial definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 217 - As autoridades julgadoras administrativas são incompetentes para:

- I - declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;
- II - dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária, ressalvado do disposto no artigo 236, inciso I.

Sub-seção I

Do Julgamento de Primeira Instância

Art. 218 - O Procurador Fiscal proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada.

Art. 219 - Ao interessado se comunicará a decisão proferida em primeira instância:



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

- I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;
- II - pelo correio, com aviso de recebimento;
- III - por edital, afixado no local próprio do Paço Municipal ou publicado no "Diário Oficial do Estado" ou jornal de boa circulação no Município ou ainda no Boletim Oficial do Município.

Parágrafo único - A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário à instância superior.

Art. 220 - É o Procurador Fiscal impedido de julgar:

- I - quando tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;
- II - quando for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;
- III - quando estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até o terceiro grau.

Parágrafo único - Impedido o Procurador Fiscal para decidir, competirá ao Secretário da Fazenda substituí-lo no feito.

Art. 221 - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem baixado o processo em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se julgado procedente o lançamento ou o Auto de Infração, ou improcedente a reclamação ou defesa, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Art. 222 - São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após passadas em julgado.

Sub-seção II

Do julgamento de segunda instância

Do conselho municipal de contribuintes

Art. 223 - As decisões de segunda instância competem ao Conselho Municipal de Contribuintes e serão definitivas e irrecorríveis quando proferidas pela maioria ou após julgado o pedido de reconsideração.

Art. 224 - O conselho Municipal de Contribuintes será composto de 5 (cinco) membros efetivos, a saber:

- I - o Procurador Fiscal do Município, ou autoridade que este delegar;
- II - o Procurador Geral do Município, ou autoridade que este delegar;
- III - o Secretário da Fazenda, ou autoridade que este delegar;
- IV - um representante do Poder Legislativo Municipal;
- V - o Prefeito ou o Vice-Prefeito, com delegação desse, exercerá o cargo de Presidente do Conselho de Contribuintes;



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 225 - A função de Conselheiro não será remunerada, constituindo-se em serviço público relevante.

Art. 226 - O Conselho Municipal de Contribuintes requisitará, da Secretaria Municipal da Fazenda, servidores para o bom desempenho de suas tarefas, inclusive para secretariar seus trabalhos.

Art. 227 - O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-ão pelo disposto neste código e no Regimento Interno a ser baixado pelo Conselho, após aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 228 - O Conselho Municipal de Contribuinte só deliberará, quando presentes pelo menos 4 (quatro) de seus membros.

Parágrafo único - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 229 - Deverá declarar-se impedido de participar de julgamento, o conselheiro que:

I - haja participado, a qualquer título, no processo ou em diligência que nele seja debatido ou lhe tenha dado origem;

II - sejam sócios, cotista ou acionista de recorrente, como da direção ou do conselho fiscal;

III - seja parente de recorrente, até o terceiro grau.

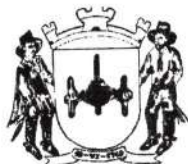
Art. 230 - Os processos de recursos serão distribuídos aos Conselheiros, mediante sorteio, exceto ao Presidente, garantida a igualdade numérica.

§ 1º. O relator restituirá, no prazo de 30 (trinta) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º. Quando, a requerimento do relator, for realizada qualquer diligência, terá este prazo de 15 (quinze) dias, para completar o estudo, contados da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º. Fica automaticamente destituído da função de membro do Conselho, o relator que reter processos além dos prazos previstos nos parágrafos anteriores, salvo motivo de doença ou deferimento de dilatação de prazo, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator alegue, comprovadamente, em requerimento dirigido, tempestivamente, ao Presidente do Conselho, a necessidade da prorrogação.

§ 4º. No caso de relevante interesse social o relator poderá solicitar parecer consultivo da sociedade politicamente organizada.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 231 - O Conselho poderá converter em diligência qualquer julgamento, através de Resolução aprovada na forma do parágrafo único do artigo 228.

Art. 232 - A decisão, sob forma de acórdão, será redigida pelo relator, até 18 (dezoito) dias após o julgamento. Se o relator for vencido, o Presidente designará, para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos Conselheiros cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º. Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º. As decisões serão enfileiradas em volumes, para distribuição aos interessados.

Art. 233 - O Presidente mandará organizar e publicar, em Edital até 08 (oito) dias antes da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

I - data da entrada no protocolo do Conselho;

II - data do julgamento em primeira instância;

III - maior valor, se coincidirem os dois elementos anteriores de precedência.

Parágrafo único - Terão preferência absoluta, para inclusão na pauta de julgamento, os processos que tiverem oposição da nota "urgente".

Art. 234 - A publicação referida no artigo anterior poderá ser substituída por comunicação por via postal, telegráfica ou qualquer outro meio disciplinado por lei específica ao recorrente.

Art. 235 - Após proferida a decisão definitiva, o Conselho encaminhará comunicação da mesma à Secretaria Municipal da Fazenda, para as providências de execução.

Parágrafo único - Ficarão arquivadas no Conselho, a petição do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito, pelo prazo de cinco anos após a decisão definitiva, salvo se a pendência for objeto de ação judicial, quando esse prazo, mediante comunicação da Procuradoria Geral do Município, será contado a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial.

Art. 236 - É facultado ao Conselho Municipal de Contribuintes:

I - sugerir ao Chefe do Executivo Municipal a dispensa de penalidades, pela aplicação do princípio de equidade;

II - comunicar irregularidade ou falta funcional verificada no processo, na instância inferior;



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

III - propor medidas que julgar necessárias à melhor organização e tramitação dos processos;

IV - sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação;

V - requerer de forma consultiva parecer técnico da sociedade politicamente organizada sobre o assunto versado no processo administrativo.

Art. 237 - O conselho mandará cancelar, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descorteses ou injuriosas, proferidas por qualquer das partes.

Art. 238 - A decisão do Conselho Municipal de Contribuintes será comunicada ao recorrente, de acordo com o disposto no artigo 234.

Art. 239 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela conversão do valor do depósito em renda ordinária ou por sua devolução;

II - pela citação do contribuinte para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazer ao pagamento da obrigação tributária principal referida na condenação ou pagar a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada;

III - pela inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

Capítulo II DA EXECUÇÃO

Seção Única Da Execução das Decisões Fiscais

Art. 240 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela intimação ao contribuinte, no prazo de 15 (quinze) dias, para efetuar o pagamento do valor da condenação;

II - pela intimação ao contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributos ou multas;

III - pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação com fundamento no artigo 185 e seus parágrafos.

IV - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa de certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se refere o inciso I, se não satisfeitos no prazo estabelecido.



MUNICÍPIO DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo Único DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 241 - Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha cumprido ou liquidado os tributos de acordo com a decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Art. 242 - Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - Os prazos serão contínuos, excluído do seu cômputo o dia do início e incluído o do vencimento.

§ 2º - Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Prefeitura do Município de Lapa e/ou estabelecimento de crédito, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil seguinte.

Art. 243 - Considera-se parte integrante da presente Lei, as tabelas e anexos que a acompanham.

Parágrafo Único - A atualização da V.R.M. (Valor de Referência do Município), poderá ser atualizada anualmente, pelo FCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 244 - Esta Lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Executivo Municipal, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, ficando o mesmo autorizado, através de ato próprio, a proceder consolidação das leis de natureza tributária.

Art. 245 - Esta Lei entrará em vigor imediatamente, respeitado os prazos constitucionais, com a denominação de Sistema Tributário do Município de Lapa, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei N.º 649/1976, com exceção do artigo 4º ao artigo 28 e artigo 60 ao artigo 83.

Edifício da Prefeitura do Município de Lapa, em 30 de Dezembro de 2011.


Paulo César Fátas Furiati
Prefeito Municipal